



UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO E PRÁTICAS
EDUCACIONAIS (PROGEPE)

LUCIANA DA CONCEIÇÃO LIBERATO

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORAS DE UM CENTRO
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL: A ALIMENTAÇÃO DOS BEBÊS
EM PAUTA

SÃO PAULO

2023



LUCIANA DA CONCEIÇÃO LIBERATO

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORAS DE UM CENTRO
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL: A ALIMENTAÇÃO DOS BEBÊS
EM PAUTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Práticas Educacionais (Progepe) da Universidade Nove de Julho (Uninove), como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação, sob orientação da Profa. Dra. Ligia de Carvalho Abões Vercelli.

SÃO PAULO

2023

Liberato, Luciana da Conceição.

Práticas pedagógicas de professoras de um centro municipal de educação infantil: a alimentação dos bebês em pauta. / Luciana da Conceição Liberato. 2023.

169 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2023.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Ligia de Carvalho Abões Vercelli.

1. Centro municipal de educação infantil. 2. Alimentação de bebês. 3. Práticas pedagógicas.

I. Vercelli, Ligia de Carvalho Abões.

II. Título.

CDU 372



LUCIANA DA CONCEIÇÃO LIBERATO

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORAS DE UM CENTRO
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL: A ALIMENTAÇÃO DOS BEBÊS
EM PAUTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Práticas Educacionais (Progepe) da Universidade Nove de Julho (Uninove), como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação, sob orientação da Profa. Dra. Ligia de Carvalho Abões Vercelli.

São Paulo, 23 de março de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Profa. Dra. Ligia de Carvalho Abões Vercelli (UNINOVE)

Membro: Profa. Dra. Marta Regina Paulo da Silva (USCS)

Membro: Profa. Dra. Nádia Conceição Lauriti (UNINOVE)

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação à Deus, por sua grandeza insondável.

Ao meu filho, Miguel, minha maior inspiração.

À minha família, pessoas tão importantes em minha vida.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus. Porque Dele e por Ele, e para Ele, são todas as coisas; glória, pois, a Ele eternamente. Amém (Romanos 11:36).

À minha família, pessoas mais que especiais. Meu esposo Anderson e meu filho, Miguel, que tanto amo. Meu pai, Osvaldo Liberato (in memoriam) e minha mãe, Maria Lúcia, por seus ensinamentos, princípios que alicerçam minha vida. Minhas irmãs e sobrinhos que torceram e torcem pelas minhas conquistas. Agradeço a minha irmã e amiga, Keli, pelo apoio incondicional e orações.

À Universidade Nove de Julho (UNINOVE), pela infraestrutura e concessão da bolsa.

À minha orientadora Prof. Dra. Ligia de Carvalho Abões Vercelli, agradeço a paciência e ensinamentos.

Aos professores da pós-graduação por todo conhecimento e auxílio.

As professoras Dra. Marta Regina Paulo da Silva (USCS) e Dra. Nádia Conceição Lauriti (UNINOVE), por aceitarem avaliar meu trabalho e pelas ricas contribuições para enriquecimento da minha pesquisa.

Aos colegas da pós-graduação por compartilharem suas vivências no chão da escola.

À equipe gestora, docentes e bebês do CEMEI “Alice no país das maravilhas” que gentilmente concordaram em participar da pesquisa e me receberam com muito respeito.

Gratidão a todas as colegas que contribuíram, direta e indiretamente, para a realização desse sonho. Seja através de palavras de encorajamento, conselhos sábios, suporte emocional ou assistência prática, cada uma de vocês teve um papel significativo nessa jornada.

LIBERATO. Luciana da Conceição. **Práticas pedagógicas de professoras de um Centro Municipal de Educação Infantil: a alimentação dos bebês em pauta.** São Paulo. 169 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Práticas Educacionais, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2023.

Resumo: A presente dissertação tem como objeto as práticas pedagógicas de professoras de um Centro Municipal de Educação Infantil, com foco na alimentação dos bebês. O problema que embasa o estudo é: como ocorre a prática pedagógica de professoras do berçário em relação à alimentação dos bebês? Como objetivo geral, buscamos analisar como ocorrem as práticas pedagógicas de professoras de berçário, em relação à alimentação de bebês. Elencamos como objetivos específicos: identificar se o momento da alimentação dos bebês contempla o cuidar e o educar e verificar se os horários da alimentação dos bebês ocorrem conforme as suas necessidades. Nossa hipótese é a de que as professoras, por desconhecimento teórico sobre a importância da alimentação, não se dão conta de que se trata de um momento rico de experiências significativas de cuidado e educação. O universo do estudo foi um Centro Municipal de Educação Infantil, localizado na zona sul da cidade de São Paulo. As participantes da pesquisa são três educadoras do berçário I e uma coordenadora pedagógica. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e os instrumentos de produção de dados são a observação das práticas pedagógicas das professoras de berçário I em relação à alimentação e entrevistas semiestruturadas com as mesmas docentes e coordenadora pedagógica. Como referencial teórico, recorreremos às ideias dos seguintes autores: Maria Cristina Faber Boog; Zilma de Moraes Ramos de Oliveira; Emi Pikler; Ilaria Cavallini, Maddalena Tedeschi; Câmara Cascudo, entre outros. Também utilizamos a Orientação Normativa de Educação Alimentar e Nutricional para Educação Infantil, importante documento, que estabelece as diretrizes para a alimentação na Educação Infantil Paulistana e determina o que precisa ser assegurado, para que horários, espaços, materiais, interações, escuta, observação e registros sejam considerados e revisitados durante os horários das refeições, como prática social. Os dados produzidos são analisados à luz da análise de conteúdo de Laurence Bardin. Após leitura flutuante, emergiram as seguintes categorias: alimentação e saúde, educação alimentar e nutricional e prática pedagógica, além do desconhecimento das leis e diretrizes da alimentação escolar para a educação infantil, em função da falta de discussões ocorridas na formação inicial e continuada. Os resultados indicaram que as práticas pedagógicas relacionadas à educação alimentar e nutricional tendem a priorizar os cuidados e a saúde, sem considerar a alimentação como uma prática social. Não há intencionalidade pedagógica, no que se refere a esse momento e uma indissociabilidade entre o ato de cuidar e o de educar. O estudo apontou também a necessidade de ampliação do diálogo sobre a temática da alimentação, pois revela que as professoras possuem pouco conhecimento sobre ela. Tal fato sugere que a formação inicial e permanente precisa dialogar com as práticas cotidianas realizadas na unidade escolar. Como proposta de intervenção desenvolvemos vídeos educativos como o objetivo de sensibilizar e conscientizar a sobre o tema abordado. Os vídeos foram apresentados à coordenação pedagógica para a articulação nos momentos de formação na escola.

Palavras-chave: Centro Municipal de Educação Infantil. Alimentação dos bebês. Práticas pedagógicas.

LIBERATO. Luciana da Conceição. Pedagogical practices of teachers of a Municipal Center of Early Childhood Education: the feeding of the babies on the agenda. São Paulo. 169 f. Dissertation (Master's) - Professional Master's Program in Management and Educational Practices, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2023.

Abstract: This dissertation focuses on the pedagogical practices of teachers at a Municipal Center for Early Childhood Education, with a focus on infant feeding. The research problem is: how do nursery teachers practice infant feeding in their pedagogy? The general objective is to analyze how nursery teachers' pedagogical practices relate to infant feeding. Specific objectives include identifying whether feeding time for infants includes both care and education, and whether feeding times occur according to infants' needs. The hypothesis is that teachers may not realize that feeding time is a rich opportunity for significant experiences of care and education due to their lack of theoretical knowledge about the importance of nutrition. The study is conducted in a Municipal Center for Early Childhood Education located in the south zone of São Paulo. The participants are three nursery teachers and a pedagogical coordinator. The research is qualitative, and the data collection instruments include observations of the teachers' pedagogical practices related to feeding and semi-structured interviews with the teachers and pedagogical coordinator. The theoretical framework includes the ideas of various authors, such as Maria Cristina Faber Boog, Zilma de Moraes Ramos de Oliveira, Emi Pikler, Ilaria Cavallini, Maddalena Tedeschi, and Câmara Cascudo, as well as the Normative Orientation of Food and Nutritional Education for Early Childhood Education, an important document that establishes guidelines for nutrition in São Paulo's Early Childhood Education and determines what needs to be ensured for meal times to be considered a social practice, including schedules, spaces, materials, interactions, listening, observation, and records. The data are analyzed using Laurence Bardin's content analysis. The following categories emerged from the analysis: nutrition and health, food and nutritional education, pedagogical practice, and lack of knowledge about laws and guidelines for school nutrition in early childhood education due to a lack of discussions in initial and continuing teacher education. The results indicate that pedagogical practices related to food and nutritional education tend to prioritize care and health without considering nutrition as a social practice. There is no pedagogical intentionality regarding feeding time, and there is a lack of connection between caring and educating. The study also highlights the need for more dialogue about nutrition because it reveals that teachers have limited knowledge about it. This suggests that initial and continuing teacher education should engage with everyday practices in the school setting. As a proposal for intervention, we developed educational videos with the objective of raising awareness and awareness of the theme addressed. The videos were presented to the pedagogical coordination for the articulation in the moments of formation in the school.

Keywords: Municipal Center for Early Childhood Education. Feeding of babies. Pedagogical practices.

LIBERATO. Luciana da Conceição. Práticas pedagógicas de los docentes de un Centro Municipal de Educación Infantil: la alimentación de los bebés en la agenda. Sao Paulo. 169 f. Disertación (Maestría) - Programa de Maestría Profesional en Gestión y Prácticas Educativas, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2023.

Resumen: La presente disertación tiene como objeto las prácticas pedagógicas de las profesoras de un Centro Municipal de Educación Infantil, enfocándose en la alimentación de los bebés. El problema que sustenta el estudio es: ¿cómo ocurre la práctica pedagógica de las profesoras del berçário en relación a la alimentación de los bebés? Como objetivo general, buscamos analizar cómo ocurren las prácticas pedagógicas de las profesoras del berçário en relación a la alimentación de los bebés. Como objetivos específicos, identificamos si el momento de la alimentación de los bebés contempla el cuidado y la educación, y verificar si los horarios de alimentación de los bebés ocurren según sus necesidades. Nuestra hipótesis es que las profesoras, por desconocimiento teórico sobre la importancia de la alimentación, no se dan cuenta de que se trata de un momento rico de experiencias significativas de cuidado y educación. El universo del estudio es un Centro Municipal de Educación Infantil, ubicado en la zona sur de la ciudad de São Paulo. Las participantes de la investigación son tres educadoras del berçário I y una coordinadora pedagógica. Se trata de una investigación de naturaleza cualitativa y los instrumentos de recolección de datos son la observación de las prácticas pedagógicas de las profesoras del berçário I en relación a la alimentación y entrevistas semiestructuradas con las mismas docentes y coordinadora pedagógica. Como referencial teórico, recurrimos a las ideas de los siguientes autores: Maria Cristina Faber Boog; Zilma de Moraes Ramos de Oliveira; Emi Pikler; Ilaria Cavallini, Maddalena Tedeschi; Câmara Cascudo, entre otros. También utilizamos la Orientación Normativa de Educación Alimentaria y Nutricional para Educación Infantil, importante documento que establece las directrices para la alimentación en la Educación Infantil Paulistana y determina lo que debe ser asegurado, para que los horarios, espacios, materiales, interacciones, escucha, observación y registros sean considerados y revisados durante los horarios de las comidas, como práctica social. Los datos producidos son analizados a la luz del análisis de contenido de Laurence Bardin. Después de la lectura flotante, emergieron las siguientes categorías: alimentación y salud, educación alimentaria y nutricional y práctica pedagógica, además del desconocimiento de las leyes y directrices de la alimentación escolar para la educación infantil, debido a la falta de discusión en la formación inicial y continua. Los resultados indican que las prácticas pedagógicas relacionadas con la educación alimentaria y nutricional tienden a priorizar los cuidados y la salud, sin considerar la alimentación como una práctica social. No hay una intención pedagógica, con respecto a este momento y una inseparabilidad entre el acto de cuidar y el de educar. El estudio también apunta para la necesidad de ampliar el diálogo sobre el tema de la alimentación, pues revela que los docentes tienen poco conocimiento al respecto. Este hecho sugiere que la formación inicial y permanente necesita dialogar con las prácticas cotidianas realizadas en la unidad escolar. Como propuesta de intervención, desarrollamos videos educativos con el objetivo de crear conciencia y sensibilización sobre el tema abordado. Los videos fueron presentados a la coordinación pedagógica para la articulación en los momentos de formación en la escuela.

Palabras clave: Centro Municipal de Educación Infantil. Alimentación de bebés. Prácticas pedagógicas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável/Agenda 2030 no Brasil

Figura 2 – Controle e compras de alimentos

Figura 3 – Linha do tempo - CEMEI

Figura 4 – Trecho da carta de intenções das professoras - BI

Figura 5 – Espaço da horta - CEMEI

Figura 6 – Comunicação com as famílias sobre higiene e alimentação

Figura 7 – Refeitório BI e BII / Entrada do lactário

Figura 8 – Refeitório BI e BII

Figura 9 – Novo conjunto de mesa BI e BII

Figura 10 – Atividade enviada às famílias, em atendimento remoto/julho de 2021

Figura 11 – Atividade enviada às famílias em as famílias em atendimento remoto/julho de 2021

Figura 12 – Registro diário de bordo/fevereiro de 2022

Figura 13 – Registro diário de bordo/março de 2022

Figura 14 – Registro diário de bordo/abril de 2022

Figura 15 – Cadeira de alimentação

Figura 16 – Refeição

Figura 17 – Momento da espera

Figura 18 – O almoço

Figura 19 – Bebê sendo auxiliado pela professora

Figura 20 – Materialidades

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Agrupamentos - CEMEI

Quadro 2 – Dados das participantes da pesquisa

Quadro 3 – Horário das refeições BI e BII

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AF – Agricultura Familiar

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFAM – Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério

CEI – Centro de Educação Infantil

CEMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

CLT – Consolidação das Leis de Trabalho

CME – Coordenação da Mobilização Econômica

CNA – Comissão Nacional de Alimentação

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNSAN – Serviço de Alimentação da Previdência Social

CODAE - Coordenadoria de Alimentação Escolar

COPAG – Comissão para o Plano do Governo

DAE – Departamento de Alimentação Escolar

DHAA – Direito Humano a uma Alimentação Adequada

DIEDAN – Divisão de Educação Alimentar e Nutricional

EAN – Educação Alimentar e Nutricional

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EI – Educação Infantil

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMEF -Escola Municipal de Ensino Fundamental

EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil

FAO – Food and Agriculture Organization

FIU – Universidade Internacional da Flórida

FNDE – Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação

GRUPEIFORP - Grupo de Pesquisa sobre Educação Infantil e Formação de Professores

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

INAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

INN – Instituto Nacional de Nutrição

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPEA – Instituto de pesquisa econômica aplicada

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIPIEI – Linha de Pesquisa e Intervenção Educação e Infância

ODS – Objetivos de desenvolvimento sustentável

OMS – Organização Mundial da Saúde

PAE – Programa Alimentar Escolar

PAE – Programa de Alimentação Escolar

PMSP - Prefeitura Municipal de São Paulo

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNLCC – Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes

PPP – Projeto Político-Pedagógico

PROGEPE – Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Práticas Educacionais

PRONAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

PRONN II - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

PSA – Programa de Suplementação Alimentar

RME – Rede Municipal de Educação

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SAPS – Serviço de Alimentação da Previdência Social

SAPS – Serviço de Alimentação da Previdência Social

SCIELO – *Scientific Eletronic Library Online*

SEMAB – Secretaria Municipal de Abastecimento

SME – Secretaria Municipal de Educação

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

U.E. – Unidade Educacional

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNINOVE – Universidade Nove de Julho

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
1. INTRODUÇÃO	20
2. MARCO HISTÓRICO DA ALIMENTAÇÃO NO BRASIL, A COMENSALIDADE E A ALIMENTAÇÃO DOS BEBÊS	30
2.1 Marco histórico da alimentação no Brasil	30
2.2 Ações governamentais e não governamentais contra a fome no Brasil	35
2.3 A comensalidade	41
2.4 Segurança alimentar e nutricional	45
2.5 A alimentação nos primeiros seis meses de vida	47
2.6 Alimentação dos seis meses aos dois anos de idade	51
2.7 Cuidar e educar no Centro de Educação Infantil, com foco na alimentação de bebês	55
3. TRAJETÓRIA DA MERENDA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	63
3.1 História da alimentação escolar no município de São Paulo	63
4. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORAS DE UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL: A ALIMENTAÇÃO DOS BEBÊS EM PAUTA	75
4.1 Os problemas, os objetivos e a hipótese da investigação	75
4.2 Percorso metodológico	75
4.3 Conhecendo o Centro de Educação Infantil País das Maravilhas	79
4.4 Conhecendo as participantes da pesquisa	82
4.5 Análise da concepção de alimentação presente no PPP da Unidade Educacional	83
4.6 O que revelam os dados das observações sobre a alimentação dos bebês	91
4.7 A alimentação dos bebês na perspectiva das professoras	115
4.8 O olhar da coordenação pedagógica sobre a educação alimentar e nutricional dos bebês	132
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS	146
APÊNDICE	151
ANEXO	167

APRESENTAÇÃO

O ser humano se alimenta de partes iguais de suas fantasias e de suas recordações, por isso que prestamos especial atenção a ambos os aspectos, tanto para gerar alegria pelos projetos futuros como para ajudar a selecionar e guardar lindos momentos na vida (BARBANCA; BARBANCA, 2018, p. 45).

Para explicar ao leitor o porquê da escolha do meu objeto de estudo, recorro às minhas memórias escolares, as quais estão pautadas nos momentos da alimentação, em diferentes tempos da minha infância, até a idade adulta. Iniciei a minha vida escolar em 1987, na cidade de São Paulo, no bairro do Jabaquara, quando a Educação Infantil ainda fazia parte da Secretaria da Assistência Social. Não me recordo muito desse período, mas ainda guardo, nas minhas poucas lembranças, a imagem do leite servido na caneca azul.

Um ano depois, em 1987, por motivos financeiros, minha família mudou-se para a cidade de Itapeverica da Serra, ano em que ingressei no antigo pré-primário, na Escola Estadual Jardim Jacira, na qual permaneci até a 8ª série do Ensino Fundamental, atualmente, 9º ano. Lembro-me das refeições na hora do recreio: formava filas com meus coleguinhas e éramos servidos pela merendeira, que ficava na cozinha, atrás de um balcão, anos depois acrescido de uma grade, devido às constantes invasões. Não me recordo de outro formato durante o horário de alimentação, exceto quando recebia bolacha ou fruta na sala. Cursei o Ensino Médio no período matutino, e no intervalo, era servida alimentação, que geralmente era uma sopa.

Ainda na infância, recordo-me dos momentos em família, da comida preparada pela minha mãe, aos domingos, das festas e da comida predileta do meu pai. O alimento é uma forma de lembrar momentos especiais e, também, também, de transmitir amor e afeto. Isso pode evocar sentimentos de conforto e aconchego, ao nos transportar de volta àqueles momentos.

Iniciei minha trajetória profissional como menor aprendiz, na Previdência Social, aos 16 anos. Quando completei 18, fui efetivada. Naquela época, com contrato de trabalho pautado na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), assim consegui ingressar na faculdade, fato sempre incentivado pelos meus pais. Prestei o processo seletivo na Universidade Anhembí Morumbi para cursar Economia, mas como não atingi a pontuação necessária,

matriculei-me em Pedagogia, segunda opção por mim escolhida, mesmo sem entusiasmo, à época.

Logo nos primeiros dias de aulas, pensei em desistir. Não entendia nada de educação. Na sala, a maioria dos colegas havia cursado o Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM) ou estava cursando a segunda graduação. Mesmo com tantas dificuldades, continuei, até concluir o curso, em 2004. Durante o curso, trabalhei como voluntária no Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos (EJA) da universidade. Experiência riquíssima, pois foi a partir dele, que conheci a obra de Paulo Freire.

Nos dois últimos anos da graduação, participei do Programa Escola da Família, da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo. O programa Bolsa Universidade é um benefício concedido pelo Governo do Estado, em parceria com instituições particulares de Ensino Superior, a alunos que tenham uma maior dificuldade em custear os estudos no ensino superior. Mesmo após formada, continuei trabalhando em empresas, nas mais variadas funções. Somente em 2010, depois de tantas perdas e frustrações, decidi atuar como professora. No final daquele ano, por indicação de uma colega, ingressei como professora de Educação Infantil em uma escola da rede parceira da Prefeitura de São Paulo.

Iniciei em um período de ascensão da Instituição. Na época, o atendimento ampliava-se com a inauguração de uma unidade que atenderia 340 crianças. Fui contratada para atuar na unidade que já prestava atendimento desde 1997, para substituir uma professora que precisou ser desligada, por não ter concluído o curso de Pedagogia. No primeiro dia de trabalho, pensei em desistir, pois o desafio de estar em uma sala de aula, com 25 crianças de três anos foi assustador, à primeira vista. Novamente, mesmo com os desafios, continuei. Sem experiência, busquei auxílio com as minhas irmãs, que já atuavam na Educação Infantil.

Não fiquei muito tempo no cargo de professora, porque em 2011, surgiu a oportunidade de assumir a coordenação pedagógica. Realizei o processo seletivo e fui aprovada. A partir de então, comecei a me aprofundar na leitura de autores que fossem referência na Educação Infantil e, logo, descobri que a docência e a gestão dessa etapa de ensino fascinavam-me. Naquele momento, com um brilho diferente no olhar, cursei pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial e em seguida, em Gestão Educacional. Realizei diversos cursos de complementação pedagógica, para potencializar as minhas ações dentro da unidade educacional, como formadora.

Minha trajetória como coordenadora começou de forma tímida e assustadora, pois não tinha muita experiência como professora regente e o desafio era maior do que eu poderia imaginar. Assumi a coordenação tendo de trabalhar com 24 docentes, 220 crianças e suas famílias. Ainda em 2011, a unidade onde iniciei como professora foi fechada e as crianças e funcionários foram então, transferidos para a unidade que eu coordenava. Que ano! Não pensei em desistir. Sofri racismo, trabalhei exaustivamente e aprendi muito. Nessa trajetória, sempre trabalhei com grupos grandes de professoras e crianças, busquei diversas formas de conduzir o trabalho, errei, mas sempre pensando em ajudar a equipe. Assim fui somando, ano após ano, muitas experiências, alegrias e desafios.

Fiquei no cargo de coordenadora por nove anos. Nesse período, sempre tive um olhar atento para a alimentação dos bebês e crianças. Juntamente com a equipe docente e direção, pensávamos no espaço, no tempo, na apresentação do prato e, principalmente, no zelo em relação ao preparo das refeições. Percebi que o trabalho com a alimentação dos bebês e crianças estava mais voltado para o cuidado, sem pensar naquele momento, como propício para ricas e importantes aprendizagens. Com frequência, orientava as professoras em relação à apresentação do cardápio em outros momentos da rotina, bem como o estímulo e oferta de alimentos variados, conforme disponibilidade da unidade educacional.

Em 2018, o Instituto foi ampliado e, no ano de 2019, passou a atender por volta de 1000 crianças, um complexo educacional composto por quatro creches. Com essa ampliação surgiram novas oportunidades, a saber: a parceria do Instituto com a Cultura Inglesa, que concedeu bolsas de estudo para todas as pedagogas da creche, curso do qual também participei. No início de 2020, assumi o cargo de diretora em uma unidade com 224 bebês. Foi naquele momento que meus anseios aumentaram, afinal trabalhar com aquela faixa etária exigia muito compromisso e responsabilidade.

No mesmo ano, ingressei como aluna especial no Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais (Progepe), na Universidade Nove de Julho (Uninove), cursando as seguintes disciplinas obrigatórias: Metodologia da Pesquisa e da Intervenção, ministrada pelos professores doutores Ligia de Carvalho Abões Vercelli e Jason Ferreira Mafra e Gestão Educacional, ministrada pela professora doutora Rosemary Roggero. Como disciplinas eletivas, cursei Educação e Infância: concepções e processos de aprendizagem, ministrada pela professora doutora Ligia de Carvalho Abões Vercelli e o seminário temático *Media Education*, parceria do Progepe com a Universidade Internacional da Flórida (FIU), ministrada pela professora doutora Márcia Fusaro.

Mergulhada em tantas informações, em um ano atípico, por conta da pandemia do coronavírus Sars-Cov-2, responsável pela doença Covid-19, que levou a população ao isolamento social e à rápidas mudanças na rotina, confesso que foi muito difícil conciliar estudo remoto, trabalho e família. Cursar essas disciplinas contribuiu muito para a minha formação, pois tive a oportunidade de estabelecer novos percursos na minha aprendizagem, tornando a ação-reflexão mais presente nos meus registros, na escuta cotidiana com os pares e na historização da gestão educacional na Educação Infantil.

Em 2021, fui aprovada como aluna regular no mestrado, compondo a Linha de Pesquisa e Intervenção Educação e Infância (Lipiei). Desde o ingresso no curso, participo do Grupo de Pesquisa sobre Educação Infantil e Formação de Professores (Grupeiforp), coordenado pela Professora Dra. Ligia de Carvalho Abões Vercelli, devidamente cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Nesse percurso, tive a oportunidade de participar dos seguintes eventos: aula magna com a professora Dra. Márcia A. Sales, da Universidade Estadual da Bahia; do Módulo Acadêmico Internacional - XII Fórum Paulo Freire. Nesse evento, apresentei o projeto de pesquisa intitulado “O cuidar e educar de professoras de berçário: a alimentação dos bebês em foco” e participei do documentário da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Também participei do Congresso Internacional Movimentos Docentes, no qual apresentei o resumo da minha pesquisa de mestrado, publicado nos anais do evento.

Além dessas participações, publiquei, em coautoria com as professoras doutoras Ligia de Carvalho Abões Vercelli; Nádia Conceição Lauriti e com a colega Maria Aparecida Mendes dos Santos, o capítulo intitulado “A gestão escolar e os protocolos de segurança em saúde no atendimento presencial à criança na educação infantil: um estudo de caso em dois municípios da Região Metropolitana de São Paulo”, que compõe o livro “Caixa de Pandora: práticas sociais de gestão educacional e de gestão escolar em tempos de pandemia”, organizado pela professora doutora Rosemary Roggero.

1. INTRODUÇÃO

Ao ingressarem no Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI), os bebês vivenciam as primeiras experiências coletivas fora da família. A acolhida é fundamental, pois a partir desse momento, complexas aprendizagens começam a emergir, sendo de grande importância a organização de propostas que contemplem as particularidades de cada bebê, considerando a cultura de suas famílias e seus modos de viver.

Dentre as ações de cuidado e educação, contempladas no cotidiano da Educação Infantil, está a alimentação, como prática pedagógica intencional e organizada, que privilegie o desenvolvimento e aprendizagens dos bebês, a partir do olhar atento das professoras, nesse momento. Quando nos referimos às práticas pedagógicas de alimentação, não nos reportamos apenas à nutrição orgânica. Comer também é um ato social e cultural, em que aprendizagens e descobertas ocorrem, em momentos conjuntos entre crianças e adultos, além de propiciar prazer e nutrir os bebês, emocionalmente.

Os momentos destinados à alimentação em espaços coletivos, como é o caso da escola, são propícios para o exercício da comensalidade. Nesse espaço, os bebês têm a oportunidade de comer juntos, o que pode promover a interação social e a construção de relações pessoais e coletivas entre eles. Portanto, entendemos como prática pedagógica em educação, alimentar e nutricional, um conjunto de experiências educativas e de cuidado, que ocorrem de forma indissociável, durante os momentos de alimentação.

Essas práticas são permeadas por ações como: comer junto, ter um ambiente organizado, a organização do tempo e espaços, as interações, as escutas, a observação, os registros, a valorização da cultura, a organização dos ritmos individuais de alimentação durante o período em que o bebê está no centro de educação infantil, do colo para a mesa, da atenção personalizada, contribuindo com vivências mais significativas. Assim, a cozinha transforma-se em um espaço onde culturas são compartilhadas.

Para isso, a comida como linguagem precisa ser valorizada no cotidiano, pois por meio dela, os bebês aprendem e se relacionam com o mundo. Isso significa que a alimentação não é um ato mecânico ou isolado, pois passa por experiências que podem se tornar aprendizagens, ação que se integra às demais, como: brincar, dormir, cantar, entre outras múltiplas experiências (HORN, 2004).

Cavallini e Tedeschi (2015), no livro *As linguagens da comida: receitas, experiências e pensamentos*, expõem a importância dos diálogos em torno da mesa, evidenciando que os momentos de alimentação possuem significado educacional e cultural, conectando-nos com o outro e expandindo o nosso olhar.

A comida é uma linguagem, pois ela pode transmitir informações e comunicar ideias sobre culturas, tradições, história, identidade e costumes de um povo. Através da comida, podemos aprender sobre a história de um país ou região, seus ingredientes típicos, as técnicas de preparação e as maneiras de servir e consumir a comida. Além disso, a comida também pode ser utilizada como um meio de comunicação não-verbal, transmitindo informações sobre a personalidade, gostos e preferências de uma pessoa.

As autoras Cavallini e Tedeschi (2015) ainda pontuam que a cozinha é um espaço no qual podemos trocar ideias, conviver com diferentes culturas gastronômicas, aprender a respeitar gostos e crença religiosa. Um lugar onde histórias são contadas e vividas, uma mistura de alegria ou às vezes, de tristeza. A relação que estabelecemos com sabores, cheiros, sons, texturas e cores vão se transformando em pontos de apoio para a efetivação de vínculos, afetos, valores, crescimento e desenvolvimento. Mais uma vez, a ideia de uma educação humanizadora permeia as práticas pedagógicas em espaços coletivos, como é a escola.

A alimentação dos bebês nas Unidades Escolares precisa ser de qualidade e contemplar as dimensões socioculturais. Nesse sentido, é importante pensar no espaço no qual serão servidos o almoço, o jantar, o café da manhã e o lanche, na preparação deles, nos utensílios utilizados e, principalmente, na participação da criança nesse processo, valorizando seus saberes e culturas. Reconhecer a alimentação como prática social é respeitar e garantir os direitos dos bebês dentro do espaço educacional, assegurando tempos, espaços, materialidades, escuta, observação e registro, em momentos pedagógicos que possibilitam a interação, a aprendizagem e a expressão, por parte dos pequenos.

Nesse sentido, documentos federais e municipais que regem a Educação Infantil trazem recomendações quanto à alimentação. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, aponta a alimentação como direito social e no artigo 227, menciona ser dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem vários direitos, entre eles, o da alimentação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, LDB – lei n.º 9.394/96) define a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, indicando como

finalidade, o desenvolvimento integral de bebês e crianças, contemplando seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, com a família e a comunidade. Entendemos que para contemplar, principalmente os aspectos físico, psicológico e intelectual, o cuidado com a alimentação tem de estar na pauta, apesar de a lei não fazer menção a essa categoria.

Para dar visibilidade a essas leis, o Ministério da Educação (MEC) publicou vários documentos orientadores para subsidiar a prática educativa. Entre eles, ressaltamos: os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL 2006a); os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006b); Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças (BRASIL, 2009), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, DCNEI, 2010) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, BNCC, 2017), além do Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 anos (2019).

No que se refere à alimentação, os *Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil* (BRASIL 2006a) estabelecem que o refeitório deve ter uma área para o preparo de alimentos e outra para refeição. Também reforça a importância de o espaço apresentar condições de higiene, boa ventilação e segurança, bem como mobília adequada. Os *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil* (BRASIL, 2006b) ressaltam, no artigo 15.1, que os espaços, materiais e equipamentos das escolas dessa primeira etapa da educação são construídos e organizados, a fim de atender “[...] às necessidades de saúde, alimentação, proteção, descanso, interação, conforto, higiene e aconchego das crianças matriculadas (BRASIL, 2006b, p.42).

O documento *Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças* objetiva auxiliar a Escolas de Educação Infantil a atingir maior qualidade, no que se refere aos direitos básicos das crianças. No subtítulo “*Nossas crianças têm direito a uma alimentação sadia*”, verificamos que os alimentos devem ser preparados com carinho e capricho adequados, para as diferentes idades, levando em consideração as preferências de cada criança e, se possível, participarem da preparação dos alimentos na cozinha. As crianças devem ser alimentadas em espaços tranquilos e agradáveis, quando bebês, no colo e, as maiores, incentivadas a se alimentarem sozinhas. Além disso, ressalta que a água deve ficar acessível às crianças e que elas devem participar da arrumação das mesas.

Ao apontar as práticas pedagógicas da Educação Infantil, as DCNEI ressaltam diversas experiências, entre elas, a de possibilitar situações de aprendizagem voltadas para a

autonomia das crianças que visem ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar. Apesar de o documento não explicitar a questão relativa à alimentação, aponta as ações voltadas à saúde.

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, BNCC, 2017) ressalta que o currículo da Educação Infantil deve estar pautado em cinco campos de experiência, a saber: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações; e em seis direitos de aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se, além de reafirmar o cuidar e o educar como indissociáveis do processo educativo. O primeiro campo de experiência, o eu, outro e o nós, explicita que as crianças participam de relações sociais e de cuidados pessoais, constroem sua autonomia e o senso de autocuidado. Tal citação leva-nos a inferir que os hábitos de alimentação estão implícitos no documento, mas não há texto desenvolvido a esse respeito.

O Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 anos (2019) é considerado de grande relevância para a saúde pública, por atender o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Aponta que a alimentação vai além da nutrição do corpo, sendo possível refletir sobre os princípios essenciais presentes na educação alimentar e nutricional, visando ao desenvolvimento da autonomia, do prazer, da saúde, da cultura, da diversidade e da sustentabilidade, apontando que o momento da alimentação é pedagógico e que pode promover experiências significativas aos bebês e crianças. O Guia Alimentar também traz recomendações sobre a alimentação das crianças nos primeiros anos de vida, a fim de promover a saúde e auxiliar as famílias, como veremos no decorrer desta dissertação.

Outro documento importante na reflexão sobre o valor que EAN exerce na transformação dos hábitos alimentares dos brasileiros, incluindo os escolares, é o *Marco Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas*, lançado em 2012, que define como prática da EAN, o uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o *diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida* (BRASIL, 2012, p. 23).

Além dessas legislações federais, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME/SP) também publica documentos para auxiliar a prática educativa e garantir os direitos de meninos e meninas da rede. No que se refere à alimentação, elencamos os seguintes: Padrões Básicos de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (2015a); os Indicadores da

Qualidade da Educação Infantil Paulistana (2016) e a Orientação Normativa de Educação Alimentar e Nutricional para a Educação Infantil (2020).

Os Padrões Básicos de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (2015a) ressaltam que o lactário é o ambiente destinado ao preparo, à higienização, à esterilização e à distribuição das mamadeiras e, o refeitório, como ambiente de alimentação das crianças maiores, no qual devem constar dimensões e mobiliário adequados.

A dimensão 4 dos Indicadores da Qualidade da Educação Infantil Paulistana (2016), intitulada *Promoção da Saúde e Bem-Estar: Experiências de Ser Cuidado, Cuidar de Si, do Outro e do Mundo*, apresenta no indicador 4.2, a responsabilidade pela alimentação saudável dos bebês e das crianças, apontando que a Unidade Educacional precisa disponibilizar um cardápio variado, inclusive às crianças que, por diferentes motivos, necessitam de dieta especial, e apresentá-lo também para as famílias. Além disso, ressalta que o ambiente de alimentação deve ser aconchegante.

A Orientação Normativa de Educação Alimentar e Nutricional para Educação Infantil (2020) imprime a relevância das práticas em EAN no contexto escolar, visando a assegurar que bebês e crianças tenham acesso a uma alimentação saudável e adequada para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis, desde cedo. Em muitas escolas de Educação Infantil, o ato de alimentar está ligado ao cuidado durante a permanência da criança na instituição. Porém, o cuidado e a educação acontecem de forma indissociável, assim, pensar em práticas que favoreçam o desenvolvimento e a aprendizagem dos pequenos, numa perspectiva humanizadora, (FALK, 2021), ainda se constitui um desafio na educação de bebês e crianças.

Os estudos realizados por Emmi Pikler (1902-1984), com bebês e crianças pequenas em instituição de acolhimento, em Budapeste, capital da Hungria, baseia-se na ideia de que o desenvolvimento saudável dos bebês e das crianças pequenas depende de uma relação afetiva forte com a mãe/educadora e de um ambiente acolhedor, que respeite a individualidade de cada criança. A abordagem destaca a importância do cuidado físico e da autonomia, na formação saudável dos indivíduos, e considera os momentos de cuidados, incluindo alimentação, saúde e a autonomia, como oportunidades de aprendizagem e de fortalecimento do vínculo afetivo (FALK, 2022).

De acordo com Appell e David (2021), no livro sobre o instituto Pikler, é importante que a alimentação dos bebês ocorra com a mesma educadora e na mesma ordem, diariamente,

para promover o contato físico, o olho no olho, o afeto e a atenção individualizada, como se o bebê estivesse com a sua mãe, como estratégia para acolher o bebê no Centro de Educação Infantil. Falk (2022) expõe que, entre as práticas de cuidado que as educadoras desenvolviam no instituto Pikler, buscava-se organizar a vida cotidiana dos bebês e das crianças, de forma a proporcionar segurança, relações significativas, com número reduzido de adultos, permitindo maior liberdade de ação, em todas as situações. A autora acrescenta que as mudanças na vida de uma criança, sejam elas grandes ou pequenas, podem ter um impacto significativo em todos os aspectos de sua vida, incluindo a alimentação.

Por isso, não basta somente o desenvolvimento de práticas voltadas para o cuidado, é necessário articular práticas que eduquem, na mesma proporção. Ao educar, a professora irá criar situações de aprendizagem favoráveis ao desenvolvimento dos bebês. Assim, para iniciarmos este estudo, buscamos pesquisas precedentes, com foco no nosso objeto, no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e no Scientific Eletronic Library Online (SciELO), utilizando as seguintes palavras-chave: Centro Municipal de Educação Infantil. Alimentação. Bebês. Práticas pedagógicas, abrangendo o período temporal de 2015 a 2020, somente na área da educação.

Ao realizar o levantamento das pesquisas sobre o tema estudado, encontramos diversos trabalhos no campo da nutrição e da saúde, porém enfocamos estudos na área de educação, por agregar a importância da alimentação às dimensões da educação, cuidado e práticas pedagógicas cotidianas dos professores/as no atendimento aos bebês. Nessa busca, encontramos apenas dois estudos que apresentavam relação direta com a nossa pesquisa, a saber: Bebês e professora em ações interativas de cuidado/educação na Educação Infantil: o banho e a alimentação em foco, dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Sergipe (UFS), no ano de 2019, autoria de Thamisa Sejanny de Andrade Rodrigues; e a dissertação intitulada “Cuidado e educação de bebês: as práticas alimentares na creche”, autoria de Deise Bruna Massena Leite, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no ano de 2020.

A pesquisa “Bebês e professora em ações interativas de cuidado/educação na Educação Infantil: o banho e a alimentação em foco” teve por objetivo compreender como são constituídas as ações de cuidado/educação entre bebês e sua professora, nos momentos destinados aos cuidados pessoais, em situações de alimentação e banho. A autora observou as

ações interativas de bebês e sua professora e como essas ações se constituem como práticas educativas na Educação Infantil. Os focos de análise da autora foram os seguintes: 1) as ações sociocomunicativas utilizadas pelos bebês em ocasiões de interações com sua professora; 2) as ações interativas iniciadas e mantidas pela professora diante das (re)ações sociais expressas pelos bebês; 3) os modos que os bebês reapresentam ações de cuidados pessoais recebidas durante o banho e a alimentação em interação com os pares de idade. O estudo pautou-se em uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório descritivo, e os participantes da pesquisa foram sete bebês e uma professora, integrantes do berçário 1, de uma instituição municipal de Educação Infantil, situada em Nossa Senhora do Socorro/SE.

O referencial teórico pautou-se em autores da Pedagogia da Infância. Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizadas a observação participante, o registro em diário de campo, as fotografias e as vídeo-gravações de momentos destinados à alimentação e ao banho. Como resultado, a autora aponta que os momentos relativos ao banho e à alimentação estão marcados, em geral, por significativas ações interativas entre bebês e sua professora, constituindo-se em práticas educativas importantes para o desenvolvimento integral dos bebês, que se materializam em ações que vão para além de necessidades dietéticas e de higiene corporal, que também são importantes, mas que no estudo, foram revelados como momentos de aprendizagens sociais, culturais e afetivas, que integram a indissociabilidade cuidar/educar a criança. As ações interativas entre bebês e companheiros de idade revelam que eles são potentes nos aprendizados que empreendem sobre os cuidados pessoais recebidos durante o banho e a alimentação.

A pesquisa “Cuidado e educação de bebês: as práticas alimentares na creche” teve como objetivo compreender como ocorrem as práticas de alimentação dos bebês entre um e dois anos em uma EMEI de Belo Horizonte, por meio da análise da organização do espaço, tempo e artefatos, durante a alimentação dos bebês na creche, das concepções das professoras e auxiliares sobre alimentação dos bebês e as formas de participação deles durante a alimentação na creche. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo.

Os instrumentos metodológicos foram a observação participante da pesquisadora; entrevistas semiestruturadas com professoras, auxiliares e coordenadora pedagógica, registro escrito em notas de campo, registros fotográficos e vídeos. A pesquisa enfatizou a importância dos tempos e espaços de alimentação na EMEI. Pôde-se perceber a potencialidade em fornecer uma alimentação de qualidade aos bebês e crianças nessa ação, em toda a sua dimensão educativa. No entanto, o tempo manifestou-se como um elemento

fundamental nas práticas alimentares que influenciam a qualidade das experiências alimentares dos bebês na creche. Outro enfoque do estudo esteve voltado para o diálogo entre os profissionais da cozinha (merendeiras e nutricionista) e professoras, a fim de equilibrar as concepções de padronização e subjetividades durante a alimentação na creche.

A autora constatou o potencial da relação de cuidado professora/bebê no atendimento às singularidades e preferências deles para a efetivação de experiências promotoras de ricas práticas alimentares. No que diz respeito à participação na alimentação, foi perceptível a capacidade de ação dos bebês, que agiram de maneira ativa e participativa nas suas refeições, criando estratégias para comer e interagir no espaço coletivo de educação, exercitando a autonomia.

De modo geral, os dois trabalhos apresentam a preocupação com o cotidiano de alimentação nas instituições de Educação Infantil, seja em relação ao tempo, aos espaços ou consolidações das práticas educativas nesses momentos, visando promover aprendizagens relacionadas aos hábitos alimentares, ao desenvolvimento da autonomia, como aprender a comer sozinha e sem se sujar e manusear os objetos, e, a interações entre os pares.

Diante do exposto, a presente dissertação tem como objeto, as práticas pedagógicas de professoras um Centro Municipal de Educação Infantil, com foco na alimentação dos bebês.

O problema que embasa o estudo é: como ocorre a prática pedagógica de professoras do berçário, em relação à alimentação dos bebês? Como objetivo geral, buscamos analisar como ocorrem as práticas pedagógicas de professoras de berçário em relação à alimentação de bebês. Elencamos como objetivos específicos: identificar se o momento da alimentação dos bebês contempla o cuidar e o educar; verificar se os horários da alimentação dos bebês ocorrem segundo as necessidades deles. Nossa hipótese é a de que as professoras, por desconhecimento teórico sobre a importância da alimentação, não se dão conta de que se trata de um momento rico de experiências significativas de cuidado e educação.

O universo do estudo é um Centro Municipal de Educação Infantil localizado na zona sul da cidade de São Paulo. As participantes são três educadoras do berçário I e uma coordenadora pedagógica. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e os instrumentos de produção de dados são a observação das práticas pedagógicas das professoras de berçário I em relação à alimentação e entrevistas semiestruturadas com as mesmas docentes e coordenadora pedagógica.

Como referencial teórico, recorremos às ideias dos seguintes autores: Maria Cristina Faber Boog (2013); Zilma de Moraes Ramos de Oliveira (2012); Judit Falk (2021); Ilaria Cavallini, Maddalena Tedeschi (2015); Câmara Cascudo (1983); José Martins Filho (2014), entre outros. Também utilizamos a Orientação Normativa de Educação Alimentar e Nutricional para Educação Infantil (2020).

Como proposta de intervenção, buscamos desenvolver vídeos educativos referentes à temática, com o objetivo de auxiliar na formação permanente sobre a temática estudada. A princípio, os vídeos produzidos foram apresentados à coordenação pedagógica, que fará a articulação nos momentos de formação na escola.

Os dados produzidos são analisados à luz da análise de conteúdo de Laurence Bardin (2010). Após leitura flutuante, emergiram as seguintes categorias: alimentação e saúde, educação alimentar e prática pedagógica, desconhecimento das leis e diretrizes da alimentação escolar para a Educação Infantil, em função da falta de discussões ocorridas na formação inicial e continuada.

Esta dissertação está dividida em cinco seções, a saber: a primeira introdutória; a segunda intitulada “Marco histórico da alimentação, a comensalidade e a alimentação dos bebês”, na qual apresentamos marcos históricos sobre a alimentação, conceituamos comensalidade e descrevemos como é a alimentação dos bebês até dois anos e a importância da segurança alimentar e nutricional para que eles tenham um crescimento saudável.

A terceira seção, denominada “Trajetória da merenda escolar no município de São Paulo”, aborda a percurso da merenda escolar no município de São Paulo, enfatizando os princípios que norteiam a alimentação nos Centros Municipais de Educação Infantil e as propostas pedagógicas do município em relação à alimentação dos bebês e crianças como prática social e de aprendizagem. Na quarta seção, “Práticas pedagógicas de professoras de berçário: a alimentação dos bebês em pauta”, retomamos os problemas, os objetivos e a hipótese da pesquisa, apresentamos a metodologia utilizada, caracterizamos os participantes envolvidos no estudo e a análise dos dados.

Na quinta seção, apresentamos as considerações finais do estudo, que indicam que as práticas pedagógicas em relação à educação alimentar e nutricional ocorrem de forma fragmentada e sem intencionalidade pedagógica, desvinculando o ato de cuidar com o de educar. Os momentos de alimentação dos bebês contemplam prioritariamente, o cuidar sem integrá-lo com o educar. A organização do tempo está pautada nos horários estabelecidos no

Projeto Político-Pedagógico (PPP), mas que em sua maioria, acompanha o horário de trabalho das professoras e demais funcionários da escola.

Verificamos que pequenos ajustes são realizados, a fim de contemplar as necessidades dos bebês, não sendo suficientes. Assim, ressaltamos a importância de se discutir essa temática na formação inicial e permanente das professoras e dos professores, a fim de contemplar a alimentação, como ato importante na rotina dos bebês.

2. MARCO HISTÓRICO DA ALIMENTAÇÃO NO BRASIL, A COMENSALIDADE E A ALIMENTAÇÃO DOS BEBÊS

Nesta seção apresentamos os marcos históricos sobre a alimentação no Brasil, conceituamos comensalidade, discutimos sobre a alimentação dos bebês até dois anos de idade e a importância da segurança alimentar e nutricional, para que os bebês tenham um crescimento saudável e a indissociabilidade entre o cuidar e o educar.

2.1 Marco histórico da alimentação no Brasil

Convidado por Assis Chateaubriand, em 1962, para escrever sobre algum aspecto da História do Brasil para a Sociedade de Estudos Históricos Dom Pedro II, Câmara Cascudo (1967) sugeriu dissertar sobre a alimentação, pois se tratava de uma temática paralela à história da humanidade. O alimento marcava uma época, traduzindo-se em uma lembrança, seja de fartura ou de fome. Em seus registros, Cascudo declarou:

Sugeri a História da Alimentação no Brasil. Tínhamos bibliografia excelente sobre o problema da nutrição, notadamente sob o ângulo da dietética, mas quase nada fixando a sistemática do passado nacional na quarta dimensão, começando pelos tupiniquins que Pero Vaz de Caminha encontrara em Pôrto Seguro. (CASCUDO, 1967, p. 2).

Cascudo (1967) colheu informações sobre o tema por mais de vinte anos, expondo em seu livro intitulado “História da Alimentação no Brasil”, que a alimentação brasileira possui forte influência dos indígenas, africanos e portugueses. Essas culturas foram, na opinião de Cascudo, as referências para a culinária brasileira. No que se refere aos africanos, o autor ressalta:

Dos africanos, d'África Ocidental, sudaneses e bantos, levantei o possível panorama alimentar, partindo de informações de fins do séc. XV. E sua presença nos vícios de um grande engenho de açúcar brasileiro, na primeira metade do séc. XVII, assim como o pequeno mundo de permutas afro-brasileiras, até o séc. XVIII, clímax da influência negra nesse setor. As épocas subsequentes foram complementares e não modificativas. (CASCUDO, 1967, p. 3).

Outro alimento que compõe a formação do hábito alimentar dos brasileiros até a atualidade é a farinha de mandioca, incorporado ao sistema alimentar brasileiro, desde a colonização. O caso da mandioca é significativo, pois permite verificar a complexidade do quadro de construção de sistemas alimentares e de cozinhas singulares, por sua origem e papel na conquista do território e no tráfico negreiro (MACIEL, 2005). A autora ressalta que:

Mais que qualquer outro alimento, a farinha de mandioca acompanhou a formação do povo brasileiro. Adotada pelos portugueses, era a "farinha de guerra", que os acompanhava nas expedições que desbravavam o território do que viria a ser o Brasil. Nessas incursões, roças de mandioca eram deixadas ao longo do caminho para que, ao retornarem, fosse possível realizar a colheita, garantindo, assim, a alimentação e o sustento da volta (MACIEL, 2005, p. 31).

Complementa, ainda, mostrando que

[...] a mandioca foi a base alimentar que permitiu a constituição do que viria a ser o Brasil, e, ainda hoje, está presente na mesa do brasileiro de norte a sul, perpassando as mais diversas clivagens sociais, tais como classe ou etnia. Constituído-se em elemento fundamental na cozinha brasileira, é indispensável tanto no acompanhamento da cotidiana dupla feijão com arroz quanto no "prato nacional", a feijoada”.

De origem africana, Cascudo destaca ainda o consumo do leite de coco. Quanto aos indígenas, aponta: “Dos indígenas pesquisei as "constantes" e "permanências" alimentares, sólidas e líquidas, técnicas, recursos, condimentos. A participação na comida contemporânea nacional”. (CASCUDO, 1967, p. 3). Além da mandioca, nomeada por Cascudo (1967) como a “rainha do Brasil”, o inhame, o palmito, o milho, o amendoim, o feijão, a banana, as pimentas e frutas como caju, abacaxi, goiaba, cajá, maracujá e mamão, de origem indígena, são amplamente consumidos até hoje. O autor também relata o uso do sal, da pimenta e outros temperos na preparação de diversos alimentos.

Referente aos portugueses, salienta:

Dos portugueses documento-me em fontes antigas, eruditas e populares, historiadores, etnógrafos, folcloristas; autos de Gil Vicente, rifões vulgares e estudos especiais, fixando os padrões alimentares através do tempo. (CASCUDO, 1967, p. 4).

De origem portuguesa, consumimos também a galinha, o ovo, a vaca, o porco, a cana-de-açúcar, o trigo, o arroz, a alface, a couve, o sal, o coentro, a salsinha, a cebolinha, a hortelã e frutas como a maçã, a pera, o pêssego, a uva e o limão (CASCUDO, 1967). Para Cascudo (1967), a formação dos hábitos alimentares de um povo expressava sua identidade cultural, suas preferências e influências de outras culturas, que nasce na família, primeiro grupo social em que a criança está inserida. Quanto a isso, ressalta:

E a eleição de certos sabores que já constituem alicerce de patrimônio seletivo no domínio familiar, de regiões inteiras, unânimes na convicção da excelência nutritiva ou agradável, cimentada através de séculos, não se transforma com a mesma relativa facilidade da mudança de trajes femininos ou aceitação de transportes mais velozes e de melhor capacidade de carga nos veículos (CASCUDO, 1967, p.5)

Nesse sentido, o processo de conhecer uma sociedade ou uma cultura passa pelo modo como as pessoas se alimentam, pois, a comida é algo para nutrir o corpo, mas também significa comunicação, descoberta e constituição de uma comunidade. Para Maciel (2005), a cozinha brasileira é fruto de diferentes grupos sociais, que contribuíram para a formação da cultura alimentar brasileira. Nesse sentido, afirma:

Pensar no Brasil é pensar em diversidade, ou melhor, em diversidades de várias ordens, tais como a religiosa, a étnica ou as regionais, só para citar algumas. O problema está na maneira como a diversidade é percebida e utilizada. Converter a participação dos povos fundadores e fundantes da nacionalidade em "influências" ou "contribuições", em suma, em "vestígios", é uma ação redutora que ignora o processo histórico em que se deu essa participação, processo este que envolveu desigualdades, conflitos, discriminações e hierarquizações (MACIEL, 2005, p. 28).

Na história da alimentação no Brasil, encontramos diversas diferenças, sejam elas regionais, de classe social ou de origem étnica, porém existe uma combinação alimentar que marca o cotidiano dos brasileiros em todo território nacional. A combinação arroz com feijão é a mais comum entre os brasileiros (MACIEL, 2005), mesmo com as novas influências alimentares. De acordo com a autora,

Essa combinação pode variar, mas, em geral, o prato da refeição principal do brasileiro constitui-se na mistura de feijão, arroz, carne (de porco, gado, ave

ou peixe) e salada. Mesmo quando é servido um "prato principal", arroz com feijão costumam ser servidos como acompanhamentos, sendo, dessa forma, quase que obrigatórios em pelo menos uma das refeições do dia (MACIEL, 2005, p. 31).

Porém, o modo de se alimentar dos brasileiros mudou muito nos últimos trinta anos, conforme dados do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC). Podemos notar a redução no consumo do arroz, do feijão e da farinha de trigo, maior consumo de carnes, em geral, de ovos, de laticínios e de açúcar, substituição da gordura animal por óleos vegetais, manteiga por margarina e aumento nos gastos com alimentos industrializados, que são a base da cultura alimentar brasileira.

Para Vinha (2015), o tema alimentação é muito abrangente, porque está presente na política, na religião, na antropologia e em outras áreas do conhecimento, como Ciências, História, Educação, e na formação da subjetividade humana, possuindo diferentes significados. A autora acrescenta que o conceito de alimentação pode ser compreendido como:

[...] elemento agregador ou transgressor; por vezes sagrado, acompanhado de rituais; outras vezes banalizado, capitalizado, transformado em simples mercadoria; meio de estabelecer laços; processar costumes ou meio de propagar marcas e criar consumidores, determinando classes, tribos, estabelecendo moda, excluindo ou incluindo pessoas (p. 290).

Nesse sentido, Carvalho e Luz (2011, p. 147) afirmam:

O comer é, assim, uma ação concreta de incorporação tanto de alimentos como de seus significados, permeada por trocas simbólicas, envolvendo uma infinidade de elementos e de associações capazes de expressar e consolidar a posição de um agente social em suas relações cotidianas.

Os autores ainda acrescentam que ao nos alimentarmos, não ingerimos somente o alimento, mas significados e símbolos que permeiam aquele alimento. Nessa perspectiva, entender o significado de alimento, comida, alimentação, nutrientes, ajuda-nos a pensar na importância e na responsabilidade de boas práticas, em alimentação na primeira infância.

Poulain, citado por Lima, Neto e Farias (2015), assinala que o ato de comer acompanha o homem desde a sua origem e que o alimento deve apresentar qualidade nutricional, características organolépticas, ser saudável e simbólico. Em relação à quarta qualidade,

entendemos que o simbolismo do alimento está nas manifestações e interações culturais que ele representa, em uma determinada cultura. A diferença simbólica entre alimento e o ato de comer é definido por Roberto DaMatta, citado por Maciel (2005). Segundo ele, o alimento está relacionado a toda substância que, introduzida no organismo, serve para nutrição dos tecidos e para a produção de energia. Já a comida constitui um veículo para manifestar significados, emoções, visões de mundo, identidades.

DeGariné (1987) aponta que as necessidades nutricionais nem sempre são consideradas, prevalecendo a cultura alimentar de um determinado grupo. Para o autor, as escolhas alimentares sofrem influência do meio no qual o indivíduo está inserido e eles utilizam-se dos recursos técnicos disponíveis.

La supervivencia de un grupo humano exige por supuesto que su régimen alimenticio satisfaga las necesidades nutritivas. No obstante, el nivel de satisfacción de estas necesidades, cuya definición sigue siendo controvertida, varía cualitativa y cuantitativamente de una sociedad a otra. También cambia en el interior de cada una según la categoría de edad, el sexo, el nivel económico y otros criterios. (DEGARINE, 1987, p. 4).¹

O autor complementa destacando que a cultura vai definir o que pode ou não ser consumido, determinando assim, o modo de se alimentar a partir da infância e da cultura, que muitos seres humanos carregarão para a vida toda. Assinala que, após o desmame, a criança quase sempre recebe uma alimentação que enfoca a cultura na qual ela está inserida e não nos nutrientes que ela necessita para crescer forte e saudável. Quanto a isso, afirma, “En la mayoría de los casos el niño es concebido como un hombre pequeño y recibe una ración adecuada a sus dimensiones pero no a sus necesidades específicas de proteínas”. (DEGARINE, 1987, p. 4).²

Contreras & Gracia, citado por Lima; Ferreira Neto; Farias (2015), definem que somos o que comemos, tanto no aspecto fisiológico como no espiritual, ao “incorporar” psicossocialmente os elementos culturais daquilo que ingerimos, que podem ser desde elementos ligados à espiritualidade como à memória afetiva. Pela mesma razão, defendem que “comemos o que somos”. O jeito de comer define não só aquilo que é ingerido como também

¹ A sobrevivência de um grupo humano, é claro, requer que sua dieta atenda às necessidades nutricionais. No entanto, o nível de satisfação dessas necessidades, cuja definição permanece controversa, varia qualitativa e quantitativamente de uma sociedade para outra. Também muda dentro de cada um de acordo com a categoria etária, sexo, nível econômico e outros critérios.

² Na maioria dos casos, a criança é concebida como um homem pequeno e recebe uma ração apropriada às suas dimensões, mas não às suas necessidades específicas de proteína.

aquele que ingere. Pode-se afirmar, portanto, que comer é mais do que apenas um ato de sobrevivência. É também um comportamento simbólico e cultural (LIMA; NETO; FARIAS, 2015).

Os autores acrescentam que o ato de comer é visto como um processo histórico-cultural que acompanha a humanidade, desde a sua origem. Os ingredientes e o modo de preparar os alimentos não são apenas hábitos, fazem parte da construção cultural de um povo, que vai se formando a partir de influências externas. Mesmo com os novos modos de se alimentar, as relações de comensalidade³ e da identidade alimentar dos indivíduos, tanto no meio urbano quanto no meio rural, propõe adaptações às novidades que são apresentadas constantemente (LIMA; NETO; FARIAS, 2015). Portanto, hábitos e comportamentos alimentares, construídos ao longo de décadas, implicam formas de perceber e expressar a cultura de um determinado grupo.

A história da alimentação brasileira marca nossa identidade cultural, nossas interações, nossas alegrias e tristezas, expressando as particularidades de diferentes territórios, em torno do alimento. Nesse sentido, não podemos deixar que a alimentação seja entendida apenas como ato biológico, precisamos cultivar nossas raízes culturais.

2.2 Ações governamentais e não governamentais contra a fome no Brasil

Para a ampliação do debate sobre alimentação e nutrição no Brasil, apresentamos algumas ações governamentais e não governamentais sobre alimentação e nutrição, até a atualidade. A alimentação e a nutrição passaram a ser demandas sociais no Brasil e no mundo, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Naquele período, principalmente na Europa, a economia havia sido drasticamente afetada pelas batalhas, agravando-se mais com a chegada da Segunda Guerra Mundial (SILVA, 2014).

A partir desse contexto, verificou-se a necessidade de políticas públicas de assistência alimentar à população mais vulnerável. Silva (2014) ressalta que, na década de 1930, os médicos foram influenciados pelas escolas de nutrição europeias e americanas, mas também pelos estudos do nutrólogo argentino Pedro Escudero. Ainda nessa década, iniciou-se uma

³ Comensalidade, de acordo com o dicionário Aurélio, significa companhia à mesa; qualidade de comensal, de quem se alimenta habitualmente na mesma mesa. Característica da pessoa que frequenta assiduamente uma casa e nela, faz as suas refeições. Familiaridade entre as pessoas que dividem a mesma mesa, durante suas refeições; camaradagem entre comensais.

importante discussão em relação à alimentação e nutrição, a partir dos trabalhos do médico Josué de Castro. Em seu livro *Geografia da Fome* (1946), o autor aborda a urgente e necessária distribuição mais justa e igualitária de renda, reforma agrária, dando início à discussão sobre alimentação e nutrição no país.

Visando à melhoria das condições de alimentação dos trabalhadores, o governo Vargas criou, em agosto de 1940, o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Um ano após sua criação, o SAPS começou a assumir uma função educativa junto à classe trabalhadora e sua família, com a finalidade de divulgar as vantagens que o trabalhador teria com uma alimentação dentro dos padrões científicos da nutrição (FOGAGNOLI, 2011).

De acordo com a autora, a primeira unidade do SAPS foi inaugurada no Rio de Janeiro, então capital federal do Brasil. O restaurante tornou-se modelo para as demais unidades espalhadas pelo país e estava localizado na Central da Praça da Bandeira. Nele, foram inseridos os projetos de ampliação do SAPS, como a biblioteca popular, a sala de música, o curso de corte e costura para as filhas dos trabalhadores, desjejum escolar, consultório de alimentação econômica, setor de encaminhamento a empregos e assistência social, cursos de nutrólogos, aulas de alfabetização para os trabalhadores e postos de subsistência. Além disso, a cozinha do restaurante central fornecia refeições para outros pontos de distribuição. O SAPS foi extinto em 1967, no governo de Castello Branco, o qual alegava corrupção no programa e reuniões não autorizadas de sindicalistas de esquerda no órgão. O programa foi um marco nas políticas de alimentação e nutrição no Brasil.

Silva (1995) aponta que com a criação da Coordenação da Mobilização Econômica (CME), em 1942, o Serviço Técnico de Alimentação Nacional tinha como objetivo, orientar a produção agrícola e industrial de alimentos, além de racionalizar a produção agropecuária e a comercialização, além de prestar assistência técnica à indústria, através de um laboratório de tecnologia de alimentos (SILVA, 2005). Em 1945, foi instalada a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) e houve a expansão SAPS, no Rio de Janeiro.

O Instituto de Tecnologia Alimentar, criado em 1944, foi incorporado em 1946, pelo Instituto Nacional de Nutrição (INN). A nova entidade estava dividida em quatro seções: pesquisa biológica, pesquisa social, educação alimentar e patologia clínica (SILVA, 1995). Na década de 1950, uma nova forma de política de alimentação e nutrição começou a se formar no Brasil, com a elaboração do plano Conjuntura Alimentar e Problemas de Nutrição no Brasil, em 1952. Naquele período, entre outras propostas, nasce o Programa de Merenda Escolar, com expansão nacional, proposta que se expandiu com o apoio de organizações internacionais, como

o Fundo Internacional de Apoio à Infância (UNICEF). O programa cresceu e se diversificou, tornando-se um dos maiores e mais abrangentes programas de distribuição de alimentos, funcionando, hoje, sob a coordenação do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) (SILVA, 1995).

O autor complementa que no período de 1950 a 1970, estudos revelaram que a situação alimentar no Brasil apontava índices elevados de desnutrição em regiões do nordeste, tomando-se um grave problema de saúde pública. Reconhecendo a importância da alimentação na década de 1950, a ONS lançou a primeira publicação que tratava exclusivamente da questão da educação nutricional. Naquele período, a OMS dava suporte aos países de Terceiro Mundo, objetivando a melhoria da qualidade de vida e da saúde. Ainda na década de cinquenta, surgiu o Programa Nacional de Alimentação Escolar (BOOG, 1997).

Em 1972, quando foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), instituição vinculada ao Ministério da Saúde, a partir daquele período, outra forma de implementação da política de alimentação foi traçada no Brasil. O órgão tinha por objetivo propor, promover, fiscalizar e avaliar o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição. O INAN foi extinto em 1997. Silva (1995) ressalta que com a integração de alguns programas, em 1973, foi criado o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan), que tinha como prioridade atendimento às gestantes, nutrízes e crianças de baixa renda até sete anos e alunos de até 14 anos. Mas, devido às dificuldades, o Programa teve sua atuação prejudicada, por dificuldades administrativas.

No período de 1976 a 1979 nasceu o primeiro modelo de política nacional de alimentação e nutrição, o qual consistia em amparar o pequeno produtor rural, visando ao combate às carências específicas, alimentação do trabalhador e apoio a pesquisas e capacitação dos trabalhadores. Nesse sentido, Silva (1995, p. 90) afirma que:

Além da merenda, que passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos anos seguintes foram implantados, sob a égide do Pronan, 10 programas e ações de alimentação e nutrição e, em 1975, foi assinado um convênio Inan-Banco Mundial em apoio ao Programa de Nutrição Brasil, que se destinava a testar formas e canais de intervenção, desenvolver capacidades técnica e gerencial e promover pesquisa e treinamento.

Vasconcelos (2015) ressalta que após vinte e um anos de Ditadura Militar, iniciou-se um novo período histórico, denominado Nova República, liderado por José Sarney, e a partir de então, surgiram propostas para o enfrentamento de questões sociais. Entre elas, incluía-se a alimentação e a nutrição, além de maior relevância sobre a questão da segurança alimentar e nutricional. Em 1988, a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil apontou a seriedade da alimentação saudável (FRASSON; LABURÚ, 2018), destacando a alimentação como um direito humano e apontando a responsabilidade do Estado em assim promovê-la, conforme expresso no artigo 6º:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015).

No ano de 1985, três instrumentos específicos de política social foram lançados: o Plano Subsídios para a Ação Imediata contra a Fome e o Desemprego, elaborado pela Comissão para o Plano do Governo (COPAG); as Prioridades Sociais para 1985 e as Prioridades Sociais para 1986. Porém, entre 1987 e 1989, em função da edição do Plano Cruzado (fevereiro de 1986), do Plano Bresser (julho de 1987) e do Plano Verão (fevereiro de 1989), observou-se um certo esvaziamento técnico, financeiro e político dos programas de alimentação e nutrição (VASCONCELOS, 2015). Para o autor, quando analisamos as prioridades do Governo nesse período, observamos que as suas estratégias operacionais seguem as mesmas diretrizes do programa anterior.

O aperfeiçoamento do discurso ideológico, entretanto, pode ser observado a partir da incorporação de novas categorias discursivas, tais como igualdade de direitos, universalização, cidadania, opção pelos mais pobres, erradicação da pobreza e prioridade do social sobre o econômico. (VASCONCELOS, 2015, p. 446).

O autor completa que as prioridades sociais, no final da República Nova, foram modificadas em função dos sucessivos planos visando à estabilização econômica do país. Em 1993, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, fundou a Ação da Cidadania, rede de mobilização de alcance nacional, a fim de aplacar a fome de mais de 32 milhões de brasileiros que, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA),

encontravam-se abaixo da linha da pobreza. Tal ação surgiu no auge do Movimento pela Ética na Política, a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, transformando-se no movimento social mais reconhecido do Brasil.

Silva (2014) ressalta que naquela época, o então presidente Itamar Franco buscou aplacar a questão da fome, da pobreza e da indigência no Brasil, após o IPEA publicar o estudo "Mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar", realizado a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Mas, um forte esvaziamento das políticas públicas contra a fome enfraqueceu as iniciativas federais.

O autor aponta que no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, a busca de políticas sociais públicas mais eficientes e o crescimento da participação da sociedade civil em iniciativas sociais levaram à criação do Programa Comunidade Ativa, vinculado diretamente à Presidência da República e que abrangia as ações do Governo Federal na área social e na de alimentação e nutrição. Criado pelo Decreto nº. 1366, de 12/01/1995, o Programa Comunidade Solidária tinha o objetivo de "coordenar as ações governamentais voltadas para o atendimento da parcela da população que não dispunha de meios para prover suas necessidades básicas e, em especial, o combate à fome e à pobreza".

Contudo, apesar dos avanços no combate à fome, à miséria e à pobreza, a década de 1990, encerrou-se com a presença da falta de prioridade política, recursos insuficientes para garantir um atendimento adequado, ausência de uma política mais agressiva na área do abastecimento popular, falta de flexibilidade para atender às demandas das comunidades locais e de um efetivo controle e participação da sociedade. Assim, a Comunidade Solidária, no seu formato original, foi abandonada no segundo mandato de FHC. Quanto a isso, Vasconcelos (2015, p. 449) afirma:

No segundo governo FHC (1999-2002), vale destacar a emissão da Portaria no 710 do Ministério da Saúde, de 10 de junho de 1999, que aprova a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e a adoção da Medida Provisória no 2.206, de 10 de agosto de 2001, que cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Saúde (Bolsa Alimentação).

O tema fome voltou ao cenário nacional com muita intensidade, com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. No seu primeiro mandato foi criado o Programa Fome Zero, que transformou a segurança alimentar e nutricional em um assunto de importância social e econômica (VASCONCELOS, 2015). Começou-se, segundo o autor, a pensar em

metas para a segurança alimentar e nutricional. A fusão dos programas para combater a fome e a má alimentação deu origem ao Bolsa Família, carro-chefe do Programa Fome Zero. Em 2010, a emenda constitucional nº 64/2010 transformou a alimentação em direito social.

Vasconcelos (2015) aponta que, em 2012, no governo da então presidenta Dilma Rousseff, foi lançado o Programa Brasil sem Miséria, baseado em três eixos fundamentais, garantia de renda; acesso a serviços públicos e saúde e cidadania das famílias. Em 2012 ocorreu o lançamento do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas produzido pelo Ministério da Saúde do Brasil, documento elaborado com base em uma ampla revisão de literatura e em consultas, especialistas e representantes de diferentes segmentos da sociedade, incluindo membros do governo, acadêmicos, profissionais da saúde e organizações da sociedade civil. O objetivo da Marco de Referência era promover a reflexão sobre as práticas em EAN por vários segmentos da sociedade, manifestado em nove princípios, que colaboram para o fortalecimento de uma cultura alimentar saudável no Brasil (FRASSON; LABURÚ, 2018).

No governo Jair Bolsonaro (2019 a 2021), a situação foi agravada pela pandemia do coronavírus e pelo declínio dos programas assistenciais. A falta de continuidade dessas ações, conforme dados do Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, da rede Penssan⁴, mostrou que quatro entre dez famílias não conseguem acesso pleno à alimentação. O documento aponta que a situação piorou muito, desde a publicação dos primeiros indicadores, em 2021. As razões são conhecidas: aprofundamento da crise econômica, segundo ano da pandemia de Covid-19 e a continuidade do desmonte de políticas públicas, que promoviam a redução das desigualdades sociais da população.

O relatório (PENSSAN, 2021) acrescenta que a fome tem gênero, raça e grau de escolaridade, ou seja, mulheres, pretos ou pardos e pessoas com baixo grau de escolaridade, são os que mais sofrem com a fome no nosso país.

Outro relatório, que apresenta o cenário da infância e adolescência no Brasil, foi publicado pela Fundação Abrinq, em 2019, apontando que 47,8% das crianças brasileiras vivem na pobreza. Muitas dependem da alimentação fornecida nas escolas, uma realidade triste, que coloca a vida de muitas delas, em risco. Um dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) deixa clara a importância da erradicar a pobreza e acabar com a fome, garantindo o

⁴ Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), como parte do projeto VIGISAN, mostra que a insegurança alimentar tornou-se ainda mais presente entre as famílias brasileiras.

acesso de todas as pessoas, em particular dos pobres e das pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, com o fornecimento de alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano. Em 2022, no Brasil, a fome já atingiu 33,1 milhões de pessoas.

Ainda no governo do presidente Jair Bolsonaro, no ano de 2019, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) foi extinto. O Consea criado em 1993 tinha como objetivo promover a participação social na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional no país. Sua extinção configurou um retrocesso nas políticas públicas de combate a fome no país.

Dada a relevância das ações do Consea, uma das primeiras medidas do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026), foi a retomada das atividades do órgão e o aumento do auxílio Brasil, visando combate à fome e a miséria no Brasil. A segurança alimentar e nutricional desempenha um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, físico e social dos bebês e crianças. A falta de acesso a uma alimentação saudável e adequada pode afetar negativamente o desempenho escolar, a capacidade cognitiva, a saúde física e a qualidade de vida em geral das crianças.

Portanto, entender o que funciona e o que não funciona nas políticas públicas de alimentação e como isso chega no chão da escola e se transformam em práticas educativas efetivas e eficazes é um caminho essencial para a melhoria da nutrição dos bebês e crianças e, conseqüentemente, da saúde da população como um todo. Além disso, o direito a uma alimentação saudável e adequada é reconhecido como um direito humano básico pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e por vários outros tratados internacionais de direitos humanos. A garantia desse direito é essencial para promover a igualdade e a justiça social, e para romper com os ciclos de pobreza e desigualdade que afetam muitas comunidades no Brasil e no mundo.

2.3 A comensalidade

De acordo com Pilla (2005), a alimentação é considerada um ato cultural e, na atualidade, estamos presenciando uma verdadeira transformação na maneira como ela ocorre. O ser humano não se alimenta apenas por uma necessidade biológica. Alimentar-se está relacionado a concepções sociais, históricas, econômicas, religiosas, éticas, estéticas e culturais. Nesse sentido, afirma:

O gosto alimentar é portador de laços sociais. Os fatores culturais, sociais e psicológicos atuam na formação e transmissão do sabor. A promoção do gosto alimentar está intimamente ligada a uma forte verbalização. O prato, a cozinha, os instrumentos, os alimentos e as bebidas são objetos de discursos, de discussões, de debates, de preferências e de exclusões. (PILLA, 2005, p. 55)

Moreira (2010) explica que o termo comensalidade deriva do latim *mensa*, que significa comer à mesa, ou ainda, partilhar o alimento entre duas ou mais pessoas. Está inserido num sistema de práticas sociais que podem tecer alianças, ou impor limites e fronteiras. Para o autor, o ato da comensalidade revela estruturas da vida cotidiana de um determinado grupo ou território, possui um sistema de códigos que influenciam as relações entre os sujeitos.

O autor complementa, ressaltando que quando nos alimentamos, estamos mais voltados para o lado social do que propriamente para o biológico. São muitas as ações envolvidas no momento da alimentação, todas rodeadas de significados, envolvendo de forma indissociável, os hábitos culturais, atos simbólicos, regras de organização social, além de compartilhamento de experiências e valores.

Segundo Frasson (2018, p.13), *o comportamento alimentar nos seres humanos é determinado pela relação entre fatores interpessoais e intrapessoais*. Assim, quando pensamos em ações relacionadas ao que se come, quando e com quem se come, em um contexto cultural, observamos que o ato de comer junto, partilhar momentos de alimentação, são práticas de comensalidade. O ser humano tem necessidade de compartilhar e agregar a experiência de comer em conjunto. Não existe nada mais prazeroso do que comer com os familiares e amigos, pois a comida harmoniza e favorece as relações sociais. Nesses momentos, estão praticando a sociabilidade e interações com objetos, territórios, pessoas e outras culturas. Nesse sentido, a comensalidade estabelece e reforça a sociabilidade e a socialização humana.

Segundo Massimo Montanari (2008), historiador italiano e um dos mais importantes pesquisadores da história da alimentação, a linguagem alimentar representa identidades, ou seja, o que se come e o modo como se come vai sofrer influência do território em que o indivíduo está inserido. Para o autor, o ato de comer e beber junto com outras pessoas pode ser visto como uma forma de comunicação e interação social. Em todas as sociedades, há convenções e regras que regem o modo de comer, assim como há regras e convenções que regem o uso da linguagem verbal. Essas regras e convenções são importantes, para dar sentido e estabilidade ao sistema alimentar de um grupo social e podem variar de acordo com a cultura e o contexto em que são utilizadas. (p. 165).

A alimentação, ação essencial que faz parte da vida e da história humana, é uma atividade cotidiana que, além de fornecer nutrientes necessários para a sobrevivência, com aromas e sabores diferentes, possui um significado também subjetivo, social e cultural (SILVA; CÁRDENAS, 2007), satisfazendo as necessidades fisiológicas dos seres humanos, preenchendo as funções simbólicas e sociais fundamentais na sedimentação de relações sociais. Para Maciel (2001), no processo de alimentação, é muito importante sabermos com quem comemos, pois esse momento envolve partilha, o que transforma o ato alimentar, de biológico em social, reforçando a união da família, da dupla, trio ou grupo, pois além de partilhar a comida, partilham-se as sensações e interações.

Segundo a autora, na alimentação humana, natureza e cultura se encontram, pois se comer é uma necessidade vital, quando e com quem se come também são aspectos que fazem parte de um sistema que implica atribuição de significados ao ato alimentar. Compreender as práticas de comensalidade é um exercício complexo, que pressupõe uma atenção às mudanças e adaptações, motivadas por mudanças socioculturais, bem como uma clareza das articulações da comensalidade com outros conceitos teóricos.

A comensalidade está presente no cotidiano, na arquitetura, na biologia, na educação, e faz-se necessário compreender sua importância dentro de cada território. Ter espaços planejados para alimentação, constitui melhor qualidade de vida. Comida é, assim, o alimento transformado pelas representações sociais e culturais.

De acordo com Moreira (2010), a primeira comunidade que se organizou para se alimentar em conjunto foi a família. Ter alguém para partilhar esse momento contribuiu para o desenvolvimento emocional e social do indivíduo, porém o autor observa que mesmo com todos os benefícios de comer junto, existem pessoas que preferem comer sozinhas, por diversas razões, e entre elas, estão o abandono, no caso do idoso, inúmeras atividades diárias, fácil acesso a comidas de preparos instantâneos *drive-thru*, ou até mesmo, por preferirem comer assistindo televisão ou na frente do computador, em pé ou até mesmo, andando. Isso evidencia outro modo de se alimentar, que denuncia formas de viver na atualidade.

Segundo o Guia alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos (2019), documento oficial do Ministério da Saúde, o ambiente familiar deve proporcionar interações e fortalecimento de vínculos entre a criança e os demais membros da família, pois uma família que proporciona afeto, segurança e nutrição, promove também boas condições para o seu desenvolvimento integral. O documento esclarece que comer com regularidade e com atenção;

comer em ambientes apropriados e comer em companhia, são ações importantes que precisam ser observadas no momento da alimentação, conforme citação abaixo,

Como se verá, os benefícios da adoção dessas orientações são vários, incluindo melhor digestão dos alimentos, controle mais eficiente do quanto comemos, maiores oportunidades de convivência com nossos familiares e amigos, maior interação social e, de modo geral, mais prazer com a alimentação (BRASIL, 2014, p. 91).

O documento recomenda a necessidade de se manter a regularidade dos horários das refeições, para que esse momento não seja corrido, oportunizando que a pessoa possa alimentar-se devagar, desfrutando o alimento. Quanto a isso,

Os mecanismos biológicos que regulam nosso apetite são complexos, dependem de vários estímulos e levam certo tempo até sinalizarem que já comemos o suficiente. Em outras palavras, comer de forma regular, devagar e com atenção é uma boa maneira de controlar naturalmente o quanto comemos (BRASIL, 2014, p. 92).

Em países economicamente emergentes, como é o caso do Brasil, os padrões de alimentação estão mudando rapidamente. A alimentação baseada em alimentos *in natura* ou minimamente processados e refeições compartilhadas vêm perdendo espaço. Os novos modos de comer ganham cada vez mais, espaço no cotidiano das pessoas que optam por alimentos ultraprocessados, encontrados principalmente em *fastfood* caracterizados pela rapidez no preparo, não exigindo locais mais convencionais para o consumo. Observamos, nesse sentido, um esvaziamento da cultura de comer junto (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, ressaltamos a relevância do EAN nas escolas, pois ao entrarem no espaço escolar, bebês e crianças irão experimentar novos modos de comer, influenciados pela cultura do sistema educacional na qual estão inseridos (FRASSON; LABURÚ, 2018).

2.4 Segurança alimentar e nutricional

O tema segurança alimentar e nutricional vem sendo amplamente discutido nos últimos anos, não apenas no campo da saúde e da nutrição, mas também na indústria e na educação. Trata-se de um direito de todo ser humano, sendo que uma boa alimentação, acessível e de qualidade, em quantidade suficiente é importante em todas as etapas da vida.

O artigo 3º da lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), define em seu artigo 3º, segurança alimentar e nutricional como:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL. 2006).

É direito de todo brasileiro ter acesso a uma alimentação saudável e em quantidade suficiente. Isso inclui a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis, que respeitem a diversidade étnica, racial e cultural da população (BRASIL, 2006 art. 4º inciso IV). No entanto, infelizmente, ainda existem muitas pessoas no Brasil que enfrentam obstáculos para ter acesso a alimentos nutritivos e seguros.

Segundo Boog (2004), a insegurança alimentar e nutricional constitui-se como um problema de políticas públicas no Brasil e no mundo. Nesse sentido, a educação nutricional voltada à segurança alimentar e nutricional contribui para o enfrentamento da erradicação da fome, a partir de metas de curto, médio e longo prazo, que demandam ações interligadas ao planejamento econômico, à agricultura, à educação, à saúde e outras interfaces, na busca por uma alimentação de qualidade para todos.

Por isso, torna-se necessária a viabilização das políticas públicas de SAN existentes, que vise garantir a oferta e o acesso aos alimentos para toda a população, promovendo a nutrição e a saúde. (BRASIL, 2014, p. 4). Nesse sentido, dois conceitos estão fortemente relacionados ao de SAN: o direito humano à alimentação e a soberania alimentar.

[...] O direito à alimentação é parte dos direitos fundamentais da humanidade, que foram definidos por um pacto mundial, do qual o Brasil é signatário. Esses direitos referem-se a um conjunto de condições necessárias e essenciais para que todos os seres humanos, de forma igualitária e sem nenhum tipo de discriminação, existam, desenvolvam suas capacidades e participem plenamente e dignamente da vida em sociedade. Cada país, por sua vez, tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população (soberania alimentar), respeitando as múltiplas características culturais dos povos. (BRASIL, 2014, p. 4).

Para garantir esses direitos, foi criada a agenda 2030. Nela, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com 169 metas a serem alcançadas até o ano de 2030, que são integrados nas dimensões Econômica, Social e Ambiental (IPEA), conforme figura 1.

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável/Agenda 2030 no Brasil



Fonte: IPEA

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 possui como meta, acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição, além de promover a agricultura sustentável. O relatório “O Estudo da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2022 (SOFI 2022)”, apresentado pela FAO, relata que em todo o mundo, até 828 milhões de pessoas passaram fome em 2021. Por isso, incentivar programas de apoio à merenda escolar e educação alimentar e nutricional é essencial no combate à má alimentação e insegurança alimentar e nutricional.

Para efetivar ações realizadas no espaço educacional em relação à segurança alimentar e nutricional e que essas ações reflitam diretamente no modo de como meninos e meninas aprendem, é necessário ampliar o debate relacionado à segurança alimentar, direito à alimentação, promoção à saúde, sustentabilidade ambiental e cuidado no espaço educacional.

2.5 A alimentação nos primeiros seis meses de vida

Muito se tem falado no Brasil e no mundo sobre a importância da educação nos primeiros 1000 dias de vida do bebê. Segundo o Dr. José Martins Filho, em seu livro *O nascimento e a família: alegrias, surpresas e preocupações (2014)*, os primeiros 1000 dias de vida do bebê inicia-se na concepção e segue até os dois primeiros anos de vida.

O autor ressalta que a gestação e os cuidados iniciais do bebê são importantes para que a criança cresça com saúde. Para que isso aconteça, é necessário oferecer proteção e aconchego e alimentá-lo adequadamente.

Dada a importância dos cuidados nos primeiros anos de vida a abordagem Pikler baseou suas pesquisas na observação direta dos bebês para entender suas necessidades e oferecer um ambiente adequado para o seu crescimento e desenvolvimento, valorizando a autonomia e liberdade da criança e que a alimentação deve ser realizada de forma prazerosa. Ela acredita que o adulto tem um papel importante na vida da criança. Isso envolve garantir seu bem-estar, higiene e segurança, na alimentação, sendo que o ato de alimentar-se deve ser realizado de forma prazerosa (APPELL; DAVID, 2021, p. 65).

As autoras Appell e David (2021) destacam a importância da interação social e emocional entre crianças e adultos, baseada em quatro princípios: valorização da atividade humana, relação afetiva privilegiada, conscientização da criança sobre si e o ambiente, além de boa saúde física. Segundo as autoras, o sucesso do sistema educativo depende do respeito constante a esses princípios igualmente importantes.

Desse modo, a educadora de referência é responsável por estabelecer um relacionamento forte, estável e autêntico com a criança. A educadora de referência é a primeira responsável pelo bem-estar da criança, e é por isso, que é importante que ela garanta ações de cuidado e educação potentes e afetivas. A regularidade das ações de cuidado, incluindo as refeições, ajuda a estabelecer uma rotina para o bebê e pode auxiliá-lo a compreender e se situar no tempo. Além disso, a rotina de refeições regulares pode ajudar a estabelecer horários de sono e outras atividades diárias (FALK et al, 2022).

Para Martins Filho (2014), a alimentação apropriada inclui uma dieta equilibrada da mãe na gravidez, o aleitamento materno exclusivo nos seis primeiros meses de vida e, a partir daí, a amamentação acompanhada de água, sucos, chás, papinhas e alimentos sólidos, ricos em proteínas, vitaminas e sais minerais, como recomenda a Organização Mundial da Saúde (OMS).

No livro “A criança e o seu mundo”, o pediatra e psicanalista inglês Donald Woods Winnicott (1982) relata a importância de um ambiente suficientemente bom, para que a criança desenvolva-se de maneira saudável. Nesse sentido, a hora em que a mãe amamenta seu bebê é importante para fortalecer os laços afetivos entre eles.

Para o autor, a alimentação da criança é fruto da relação dela com a mãe. Enfatiza que a relação de amor entre mãe e filho é a causa de uma alimentação segura. Assim, nessa relação de confiança, o bebê aprende o momento de saciedade física e emocional. Por isso, não podemos negligenciar esse momento, pois a partir da alimentação, o bebê começa a construir suas relações e a se desenvolver naturalmente.

O ambiente da amamentação deve ser o mais calmo possível, possibilitando ao bebê sentir-se envolvido durante esse ato de amor. Winnicott (1982) relata que as mães que amamentam no peito encontram uma experiência muito mais rica nesse ato e contribuem para estabelecer relações entre os dois.

Se pensarmos que a mãe que temos em mente é normalmente sadia, vive em um lar razoavelmente tolerável, mantido por ela e seu marido, e se partirmos do princípio de que o bebê chegou com boa saúde e no momento exato, então a sua alimentação constitui apenas uma parte de uma relação entre dois seres humanos. (WINNICOTT, 1982, p. 32).

A relação da mãe com seu bebê é tão intensa durante a amamentação, que naturalmente, eles irão se alinhando, sem necessidade de interferências externas. No entanto, em algumas culturas, a amamentação, fonte de vínculo inesgotável, vem sendo substituído pela mamadeira. Martins Filho (2014) adverte que o bebê bem alimentado será biologicamente mais saudável, pois os vínculos que eles estabelecem com a mãe possuem qualidade existencial e psíquica adequadas. Assim, crianças amamentadas no peito crescem melhor, são nutridas de amor, afeto e acolhimento, favorecendo seu desenvolvimento psicoemocional.

O Guia alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos (2019) reforça que até os seis meses de vida, o leite materno é o alimento ideal para o bebê, não havendo necessidade de outro e nem de água, porém, no Brasil, muitos bebês não têm a oportunidade de receber

exclusivamente leite materno nos seis primeiros meses de vida e, muito cedo, já lhes é oferecido outro tipo de alimentação, muitas vezes com alguma farinha e açúcar.

O processo da amamentação resultará em um bom desmame, pois o bebê que foi alimentado com êxito se desenvolverá em melhores condições, por ser desmamado no devido tempo, especialmente quando isso é acompanhado pela vasta ampliação do seu campo de experiências. O desmame não se restringe apenas a introduzir novos alimentos, inclui o processo gradual do bebê desfazer-se da imagem idealizada da mãe, pois ele passa a vê-la como um humano comum, como de fato é (BRASIL, 2019). Além dos benefícios afetivos, quando o bebê se alimenta somente com a leite do peito, ele recebe uma alimentação exclusiva, pois o leite materno é rico em todos os nutrientes de que o bebê precisa para crescer forte e saudável.

Podemos destacar vários fatores para justificar a importância do aleitamento materno, entre eles, para os bebês mais vulneráveis, além de se protegerem contra várias infecções, apresentam benefícios a longo prazo, tal como a diminuição dos riscos de doenças crônicas, decorrentes da alimentação inadequada (BRASIL, 2019). Muitas ações vêm sendo desenvolvidas pelo Ministério da Saúde, enfatizando a importância do aleitamento materno exclusivamente até os seis meses e de forma complementar, até os dois anos de idade. Além das campanhas, muitas publicações reforçam a importância do aleitamento materno, com o objetivo de incentivar a orientação da amamentação dos bebês e alimentação complementar para crianças menores de dois anos, atendidas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e em Centros Municipais de Educação Infantil, como apoio à rede de proteção para a infância.

O aleitamento materno configura-se como uma ação incentivada pelos governos. A Portaria nº 321/1988, que estabelece as normas e os padrões mínimos para a construção, a instalação e o funcionamento de creches em todo o território nacional, prevê uma sala de amamentação, que é definida como: “Elemento destinado à recepção das mães que necessitam amamentar os filhos que se encontram sob a proteção e os cuidados da creche, devendo contar com equipamento apropriado”.

A portaria define que o espaço destinado ao aleitamento deve ser favorável ao reflexo de descida do leite. São facilitadores desse reflexo: ambiente tranquilo e confortável que permita a adequada acomodação da nutriz, sem interrupções e interferências externas e que dê privacidade à mulher. No município de São Paulo, a implementação dessa portaria deu-se por meio do Programa “Amigo do Peito”, que apoia o aleitamento materno nas unidades escolares, com a presença da mãe ou com a retirada do leite para o bebê, consumi-lo ao longo do dia, a partir de horários estabelecidos, em conjunto com a gestão da escola.

O aleitamento materno é considerado por especialistas da área da saúde como a mais sábia estratégia natural de vínculo, afeto, proteção e nutrição para a criança e constitui a mais sensível, econômica e eficaz intervenção para a redução da mortalidade infantil, impactando na promoção da saúde integral da dupla mãe/bebê, reduzindo doenças e casos de desnutrição.

Segundo Martins Filho (2014), o desmame precoce pode acarretar graves problemas para a saúde do bebê. Para o autor, é necessário intervir nos problemas oriundos de fatores sociais, como licença maternidade por um curto tempo, apoio do empregador, ansiedade, falta de instalações adequadas para fazer a retirada do leite ou armazená-lo, incentivo para prosseguir a amamentação durante a jornada de trabalho e atendimento hospitalar. Incentivar o aleitamento pressupõe romper com essas barreiras.

Tais questões precisam ser revistas, pois a oferta de outros alimentos, antes dos seis meses, é desnecessária, podendo ser prejudicial ao bebê, ocasionando problemas de saúde e obesidade. O leite materno protege o bebê de infecções, diminuindo a gravidade das doenças da infância. Quando a introdução alimentar do bebê acontece precocemente, pode causar danos fisiológicos, além de aumentar o risco de contaminações e alergias. Ao amamentar o bebê, a mãe também é beneficiada. O aleitamento materno previne doenças e ajuda na recuperação do parto. (BRASIL, 2019).

Desse modo, a alimentação do bebê é considerada uma experiência básica e constitui importante interação com a mãe ou com outro adulto que cuide dele, seja ao ser amamentado no seio ou na mamadeira. A qualidade dessa relação é expressa no olhar primal, no qual o bebê busca um contato intenso pelo olhar, enquanto se alimenta. (GOLDSCHMIED; JACKSON (2006).

O aleitamento materno é a primeira prática alimentar a ser recomendada para a promoção da saúde e adequado desenvolvimento infantil, porém precisa ser complementado a partir dos seis meses de vida, até os dois anos ou mais. A introdução de outros alimentos na alimentação infantil deve ocorrer em momento oportuno, em quantidade e qualidade adequadas às fases do desenvolvimento. Nesse período, ocorre a formação dos hábitos alimentares e a correta introdução dos alimentos tem importante papel na promoção da saúde, além de proteger a criança de deficiências de micronutrientes e doenças crônicas na idade adulta. (BRASIL, 2019), como discutiremos a seguir.

2.6 Alimentação dos seis meses aos dois anos de idade

Como vimos anteriormente, o aleitamento materno é a base da alimentação até os seis meses, podendo ser mantida até o segundo ano. O Guia Alimentar para Crianças brasileiras menores de dois anos (2019) está alinhado ao Guia alimentar para a população brasileira, documento publicado em 2014. Ambos os documentos possuem recomendações importantes em relação à alimentação, com o objetivo de promover hábitos alimentares saudáveis e são orientadores de políticas públicas, programas e ações que objetivam apoiar, proteger e promover a saúde e a segurança alimentar e nutricional das crianças brasileiras, a saber:

O direito humano a uma alimentação adequada (DHAA) é um direito humano básico. Isso quer dizer que todas as pessoas, não importa quem sejam ou onde vivem, devem ter acesso a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, de forma permanente e regular, ficando, assim, bem nutridas e livres da fome. Esse direito é garantido pela Constituição Brasileira, sendo obrigação do Estado, tanto em âmbito federal quanto estadual e municipal, respeitá-lo, protegê-lo, promovê-lo e provê-lo. Alimentação adequada e saudável é fundamental para manutenção da vida com bem-estar e qualidade. (BRASIL, 2019, p.11).

O Guia Alimentar para Crianças brasileiras menores de dois anos (2019) aponta que a partir dos seis meses, a maioria das crianças atinge maturidade fisiológica e neurológica, sendo possível iniciar a introdução de outros alimentos, denominada alimentação complementar. Aos poucos, o bebê vai construindo sua unicidade e a passagem para o alimento sólido o faz compreender a separação que existe entre si, o adulto e os alimentos. Esse processo, além de ser acompanhado por inúmeras emoções, é também marcado pelos hábitos alimentares de cada família.

O documento adverte que a alimentação é um fator de identidade de povos e grupos e diz respeito aos afetos, ao cuidado consigo mesmo, com os outros e com o meio ambiente. Isso evidencia a importância do meio até na construção de hábitos alimentares. Entende-se que escolhas alimentares devem respeitar os hábitos e as culturas regionais. Infelizmente, no Brasil, muitas crianças ainda não possuem acesso à alimentação adequada, realidade que atinge crianças na cidade, no campo, assim como os indígenas e os quilombolas.

A forma como a alimentação é oferecida também contribui para a formação do hábito alimentar. É importante oferecer diversos alimentos *in natura* ou minimamente processados para crianças até dois anos de idade. Nesse processo, é necessário um ambiente acolhedor, com

adultos que possam influenciar de forma positiva esse momento, que é rodeado de experiências e significados (BRASIL, 2019). Ao final do primeiro ano de vida, a maioria das crianças já terá se adaptado a um esquema com três refeições diárias, mais dois ou três lanches.

Os momentos das refeições constituem um importante disparador nas interações sociais que o ser humano mantém ao longo da vida. A alimentação em grupos, seja na família ou em outro espaço social, favorece a modificação de hábitos alimentares. Ainda, segundo o Guia alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos (2019), a variedade e a forma como os alimentos são apresentados irá influenciar no paladar e principalmente, na sua relação com a alimentação. O que se espera é que por meio de uma boa influência, a criança torne-se um adulto consciente de suas escolhas alimentares. A partir do sexto mês de vida, a criança passa a ser estimulada a comer uma variedade de alimentos. Mesmo que haja recusa, ele deve continuar a ser oferecido, pois não adianta experimentar uma única vez. Nesse processo, é necessário buscar maior variedade de alimentos na hora de disponibilizá-lo. As novas experiências gustativas influenciarão na relação dela com o alimento.

O documento adverte que é importante observarmos que os alimentos sofrem diversos tipos de processamentos na sua produção e, dependendo do tipo, pode interferir na composição dos nutrientes, no sabor, na presença e nos aditivos. Ainda nesse período da vida do bebê, a alimentação deve ser um momento de experiências positivas, que envolve o aprendizado. As relações estabelecidas nesse momento, são importantes para que a criança sinta-se segura e protegida. Por isso, não basta somente alimentar o bebê ou a criança, porque o seu desenvolvimento depende de outros fatores presentes no cotidiano, que merecem total atenção.

A relação da criança com a comida leva tempo para ser construída, exigindo que cuidadores tenham atenção e paciência (BRASIL, 2019). A forma como a mãe ou adulto referência oferece essa refeição pode ajudar ou prejudicar esse bebê, pois a alimentação, como já relatamos, não possui apenas a função de nutrir o corpo, é também um ato de sociabilidade e de comensalidade.

A escolha dos alimentos por parte dos adultos merece atenção, pois é quando a criança começa a formar o seu hábito alimentar. É imprescindível que a família ou o adulto referência para o bebê escolha alimentos que o levem a adquirir hábitos saudáveis. Nesse sentido, Martins Filho (2014, s/p) assevera:

Nos primeiros mil dias, o desenvolvimento que ocorre em todo o corpo de uma criança é mais intenso e mais complexo do que em qualquer outro momento de sua vida, por isso é tão importante que ela seja olhada com todo carinho e atenção e, particularmente, com um seguimento muito cauteloso.

No segundo semestre de vida, o bebê começa a digerir e absorver melhor outros nutrientes, os dentes começam a nascer, o que reflete estar hora de modificar a alimentação. Nessa etapa, o leite materno, por si só, não preenche os nutrientes necessários para o crescimento desse bebê, por isso a introdução alimentar precisa ser realizada com cautela, pois a primeira infância é marcada pelo desenvolvimento cerebral, e assim, uma boa alimentação irá contribuir para um crescimento saudável.

A escolha dos alimentos nos dois primeiros anos de vida da criança necessita de atenção especial, pois a partir dessa fase, é quando os hábitos alimentares começam a se formar. Cabe à família, adquirir alimentos saudáveis e adequados, para que a criança possa fazer a opção entre eles. O envolvimento da criança na escolha dos alimentos e no preparo das refeições deve ser estimulado, pois permite que ela vivencie as tarefas cotidianas relacionadas à alimentação.

A introdução de alimentos seguros, acessíveis e culturalmente aceitos na dieta da criança, em época oportuna e de forma adequada, é de notória importância, para o desenvolvimento sustentável e equitativo de uma nação, para a promoção da alimentação saudável em consonância com os direitos humanos fundamentais e para a prevenção de distúrbios nutricionais de grande impacto na saúde pública. (BRASIL, 2019, p. 9).

A inclusão de alimentos sólidos na dieta do bebê requer os mesmos cuidados e princípios que o aleitamento materno. Carvalho e Luz (2010) destacam que o comer é uma ação concreta de incorporação de alimentos, permeados de significados, construídos nas trocas entre os pares. Os autores acrescentam que o gosto é uma sensação íntima, que expressa também o gosto pelo outro, um gosto social: a cultura.

Montanari (2008) define que os gostos e predileções das pessoas são influenciados pelo seu patrimônio cultural e pelo ambiente em que vivem. Isso inclui a música, a comida, as artes, a moda e muitas outras coisas. Além disso, os gostos e predileções também podem mudar com o tempo, à medida que as pessoas experimentam coisas novas e aprendem sobre diferentes culturas e estilos de vida. Portanto, é importante lembrar que os gostos e predileções são subjetivos e podem variar amplamente, entre diferentes indivíduos e grupos sociais.

O autor complementa que existem duas concepções para definir o “gosto”, a primeira é aquela relacionada ao sabor de um alimento ou bebida, que é percebido pelo paladar e, pelos receptores gustativos presentes na língua. Essa percepção do sabor é subjetiva e varia de pessoa para pessoa, dependendo da anatomia e da sensibilidade de cada um. Além disso, o gosto de um alimento também pode ser afetado por outros fatores, como o olfato, a textura e a temperatura. A segunda concepção do termo gosto, refere-se às preferências pessoais de cada indivíduo, em relação a diferentes coisas, como música, arte, moda, entre outras. Essas preferências podem ser influenciadas por muitos fatores, incluindo a educação, a cultura e a experiência de vida de cada pessoa. Assim como a percepção do sabor, o gosto pessoal também é subjetivo e pode variar bastante de uma pessoa para outra.

No início, a criança deverá receber a comida amassada com um garfo. Em seguida, alimentos picados em pedaços pequenos, raspados, ou desfiados, para que ela aprenda a mastigá-los. Também podem ser oferecidos alimentos macios, em pedaços grandes, para que a criança pegue com a mão e leve à boca. Quando já estiver um pouco maior, ela pode comer a comida da família, cortando-se os pedaços grandes, quando necessário (BRASIL, 2019).

Todas essas orientações são importantes, para que as crianças cresçam com hábitos alimentares saudáveis, sem prejuízo de nutrientes. Alimentos que fazem parte da cultura alimentar da família devem fazer parte do cardápio, pois ajudam a criança a ter uma alimentação mais equilibrada, no futuro (BRASIL, 2019). Outra estratégia a ser utilizada na transição do leite materno para a alimentação sólida, diz respeito à estética dos alimentos, aos sabores, às cores, aos aromas e à organização do ambiente. Nesse sentido, o Guia alimentar para crianças menores de dois anos orienta:

Sabores, texturas, cheiros e cores dos alimentos são parte essencial na evolução da mastigação e no desenvolvimento como um todo. Além disso, a alimentação contribui para formação da identidade, pois permite que a criança aprenda muito sobre si e sobre o ambiente em que vive. As práticas alimentares da família – o que, como e quando a criança come – desempenham papel importante na formação de hábitos saudáveis para toda a vida e influenciarão sua relação com a comida (BRASIL, 2019, p. 94).

É importante considerar que, a partir da introdução de alimentos sólidos, o adulto torna-se um parceiro, à medida que auxilia a criança a se alimentar, ou seja, ela passa de uma quase total dependência do adulto para se alimentar e começa a apropriar-se desse fazer sozinha (GOLDSCHMIED; JACKSON (2006, p. 132-133). As autoras ainda acrescentam:

Nesse segundo ano, em que a criança em crescimento está ganhando autonomia de tantas maneiras diferentes, sua fome natural é o acelerador de seu apetite. Ela precisa satisfazer esse impulso de comer de uma forma tão direta e prazerosa quanto possível.

Diante do exposto, vimos o quanto é fundamental um trabalho de formação dos (as) professores (as) que vise ao momento da alimentação. Muitos profissionais proíbem a criança de conversar enquanto come, em função da rotina engessada das escolas. Apressam as crianças para se alimentar, pois, em muitos casos, os refeitórios têm de ser divididos com outras turmas e/ou para a realização de uma determinada proposta pedagógica. Acreditamos ser de fundamental importância a discussão de tal temática no ambiente escolar, pois o momento da alimentação deixa marcas psíquicas positivas e/ou negativas, dependendo da forma como os bebês e as crianças são alimentadas.

2.7 Cuidar e educar no Centro de Educação Infantil com foco na alimentação de bebês

Apesar das contribuições da Medicina, da Psicologia, da Filosofia, da Antropologia e da Educação acerca do desenvolvimento da criança na primeira infância, as ações de cuidado e educação com foco na alimentação ainda são recentes na educação infantil (GOLDSCHMIED; JACKSON, 2006). Ortiz e Carvalho (2012) argumentam que as ações de cuidado estão ligadas às necessidades biológicas dos bebês, e que é importante atribuir significado a essas ações, o que corresponde aos processos que o bebê precisa percorrer durante a formação de seu hábito alimentar.

Falk (2021) acrescenta que o bebê não pode ser considerado como um simples objeto de cuidado, mas como uma pessoa que tem sentimentos e que interage quando é estimulado adequadamente.

De acordo com os autores acima mencionados, pensar em ações de cuidado e de educação em alimentação e nutrição da infância implica pensar no comportamento alimentar dos seres humanos, que é determinado pela relação entre fatores interpessoais e intrapessoais. Isso significa que a cultura, as relações sociais, econômicas e tecnológicas influenciam em sua formação, e em suas preferências, incluindo a alimentação.

Leonardo Boff, filósofo e teólogo brasileiro, destaca a importância da dimensão do cuidado nas ações desenvolvidas com os bebês. O autor define o cuidado essencial como uma

forma de existir no mundo que engloba diversos aspectos da vida humana, desde a dimensão individual até a dimensão coletiva e planetária. Para o autor, o cuidado é um elemento constituinte do ser humano, que o acompanha desde o seu nascimento até a sua morte (BOFF, 2005).

De acordo com autor, o cuidado essencial implica em uma atitude de respeito e consideração para com o outro, na capacidade de pensar e agir em benefício do outro, no interesse em compreender e atender às necessidades do outro. O cuidado, portanto, envolve a dimensão emocional, cognitiva e comportamental do indivíduo, e requer uma disposição para ouvir, acolher e cuidar do outro de forma integral. “Sem cuidado, deixamos de ser humanos” (BOFF, 2005. p. 28).

Além disso, o cuidado essencial se estende também para a natureza e o meio ambiente, exigindo uma postura de responsabilidade e compromisso com a preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade do planeta como um todo.

Para o autor, o cuidado essencial é um modo de ser no mundo que se pauta pela ética da solidariedade, da responsabilidade e da justiça, e que visa construir uma sociedade mais humana, justa e sustentável.

Para a doutora em saúde pública Maria Cristina Faber Boog (2013), a educação é inerente à vida e assim, é também a educação alimentar. Durante a vida, mudamos nossos hábitos, como forma de nos encaixar em um determinado grupo, ou mudança na vida social. A autora ressalta que emprega a expressão educação alimentar, por estar se referindo à apreensão da cultura alimentar do próprio meio, e que é importante ressaltar que não só a família, mas também as escolas educam para a formação do paladar, além disso, padrões alimentares são estimulados também por meio das mídias. Acrescentamos ainda que não basta só abordar, mas apontar à indissociabilidade que existe entre o cuidar e o educar, que se incorpora à indissociabilidade entre alimentação e educação.

Boog (2013), relata que na atualidade, as escolhas alimentares não são feitas apenas com referência cultural, mas estão ligadas à complexidade da sociedade em que estamos vivendo, ou seja, uma sociedade imediatista, com crescente consumo de alimentos industrializados, pessoas cada vez mais sem tempo, exigindo que desde a mais tenra idade, haja um direcionamento para a formação de atitudes favoráveis às práticas saudáveis, em relação ao comer e à comida. A autora complementa que a educação alimentar transcende ao que é aprendido na família e em outros grupos sociais, fazendo-se necessária uma educação

nutricional, orientada pelo conhecimento científico de nutrição, tornando-se assim, uma educação alimentar e nutricional.

A autora também aponta a importância da qualidade da alimentação, que é amplamente reconhecida na prevenção e no controle das doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade, diabetes, hipertensão, entre outras. O desafio de se implementar e manter políticas públicas na promoção de uma alimentação saudável passa pela esfera da escola, que precisa incorporar tal temática em sua prática. As ações de cuidado, alinhadas a uma boa alimentação, são fundamentais, para garantir a saúde do bebê. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), boa saúde significa o equilíbrio somático, mental e social do indivíduo.

Promoção da saúde e bem-estar: experiências de ser cuidado, cuidar de si, do outro e do mundo, são dimensões que compõem os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (2016). O documento expressa como indicador de qualidade:

A promoção da saúde e bem-estar dos bebês e das crianças é uma dimensão primordial do trabalho nas instituições de Educação Infantil a ser compartilhada com as famílias e profissionais da saúde. Responsabilidade que precisa ser assumida no contexto da escola e da comunidade frente a práticas culturais de cuidado e saúde individual e coletiva dos bebês e das crianças. É importante que a equipe escolar conte com competente orientação e parceria com órgãos de saúde e estabeleça um diálogo próximo com as famílias para conhecimento de necessidades individuais das crianças (SÃO PAULO, 2019, p. 53).

O conhecimento em saúde é necessário no cotidiano dos (as) professores(as) da infância, ou seja, saber reconhecer os hábitos alimentares e toda a rotina do bebê, bem como as doenças que mais atingem a primeira infância, para auxiliá-los nas tomadas de decisões (OLIVEIRA et al, 2012).

O desenvolvimento saudável dar-se-á por meio de uma boa saúde, de um modo geral, pois as crianças são mais vulneráveis em relação à saúde, ou seja, elas são mais suscetíveis a desenvolver infecções por microrganismo, tanto na família quanto em outro meio social em que frequenta. Portanto, fica evidente que mesmo que ações de higiene e proteção contra doenças infecciosas sejam realizadas, elas não são suficientes. É imprescindível que o contexto em que o bebê está inserido seja organizado, limpo e que propicie boas interações (OLIVEIRA et al, 2012).

Muitas das potencialidades do ser humano iniciam-se na infância, assim também os distúrbios alimentares podem iniciar-se nessa época, podendo acarretar graves consequências para indivíduos e comunidades. Nesse sentido, Oliveira et al (2012, p. 356) apontam:

Nos processos de formação dos professores de Educação Infantil, o conhecimento sobre saúde precisa ser problematizado e ampliado para ultrapassar concepções que, embora precisem ser consideradas no cuidado infantil em ambientes coletivos, são insuficientes para dar conta da complexidade da promoção do conhecimento e desenvolvimento humano saudável.

A prática pedagógica em uma instituição de Educação infantil precisa estar em consonância com a concepção de infância expressa nos documentos que orientam o trabalho pedagógico. Nesse sentido, não se pode desconsiderar a existência de múltiplas infâncias:

As concepções sobre criança e infância são construções sociais, históricas e culturais que se consolidam nos diferentes contextos nos quais são produzidas e a partir de múltiplas variáveis como etnia, classe social, gênero e condições socioeconômicas das quais as crianças fazem parte. Considerando tais elementos e a sua relação com a imagem de criança construída no tempo e na história, pode-se afirmar a existência de múltiplas infâncias e de várias formas de ser criança. (SÃO PAULO, 2014, p. 13)

A chegada do bebê requer cuidados, mas também ricas aprendizagens, potencializando o seu desenvolvimento. Isso quer dizer que o professor e os demais profissionais precisam estar preparados para atender os bebês. Quanto a isso, Boog (2013, p. 27) afirma:

[...] não comemos nutrientes e sim alimentos, o significado deles na esfera afetiva, na esfera das relações sociais e na cultura está presente e intimamente integrado às ações de educação alimentar e nutricional. Os alimentos atuam como mediadores dos vínculos sociais, possuem funções simbólicas, emocionais e morais importantes, e a alimentação constitui ainda uma forma de expressão artística e de expressão de desejos.

Segundo a autora, isso significa que educar os outros ou educar-se no campo da alimentação e nutrição sugere criar significados e novos sentidos para o ato de comer. Implica conhecer o fenômeno da alimentação para a nutrição do corpo e com prática cultural que vai se modificando com o passar do tempo.

Portanto, criar propostas que atendam os bebês em sua integralidade em relação à educação alimentar, pressupõe que educador tenha conhecimento em várias áreas, para lidar com essa temática, de forma que as ações em relação à alimentação não ocorram isoladamente, ou seja, somente nos horários pré-determinados, mas que esteja presente de forma intencional, no ato de cuidar e educar.

O Currículo da Cidade - Educação Infantil (2019) reforça a importância de o Projeto Político-Pedagógico (PPP) explicitar o trabalho em educação alimentar e nutricional, como forma de orientar e potencializar a escuta e o protagonismo de bebês e crianças. Isso significa efetivar e concretizar a proposta curricular com participação e diálogo dos bebês, das crianças e com as suas famílias/responsáveis.

O trabalho com bebês está embasado principalmente nas trocas simbólicas entre adultos e crianças. Essas interações podem oferecer ricas oportunidades de aprendizagem. Sob essa perspectiva, Oliveira et al (2012, p. 111) apontam:

O trabalho pedagógico com crianças até dois anos leva em conta que elas aprendem com a interação com o ambiente complexo, que inclui um espaço com determinados objetos e rotinas, um tempo para realizar certas atividades, materiais para com eles agir e interações com diferentes pessoas na realização das tarefas

Os autores acrescentam que é parte da função do professor estruturar experiências significativas durante os momentos da rotina. Nesse sentido, os momentos de alimentação são oportunidades para conversar, conhecer e respeitar as preferências alimentares dos bebês e das crianças.

As experiências educativas alimentares são ações vividas na prática, proporcionando conhecimento por meio dos sentidos. Soares (2020) expressa a importância de se apresentar os objetos e nomeá-los aos bebês, para que se inicie a interação não só com o adulto referência, mas também com os objetos utilizados.

Oliveira et al. (2012) reforçam a importância da organização do ambiente de alimentação, das materialidades, dos tempos e interações nos momentos de alimentação, mostrando que eles requerem um olhar especial, para que se fuja da burocratização. Para isso, é necessário que o professores(as) se utilizem da observação, como ferramenta do processo investigativo, que o possibilitará conhecer as mais variadas formas de expressões do bebê.

Nesse sentido, a Orientação Normativa de Educação Alimentar e Nutricional (2020, p.24-25) aponta:

Comer nas unidades de Educação Infantil não deve ser diferente do comer em outros espaços/lugares, em que se faz presente o convívio social, como por exemplo, escolher o lugar onde se sentará e interagir com as pessoas ao seu redor como conversar e rir [...] o papel das(os) educadoras(es) vai muito além de ensinar a criança a se alimentar, mas também possibilitar o imaginário, instigar a criatividade, desenvolver a autonomia e valores que dão sentido e significados ao ato de comer, promovendo diferentes aprendizagens, numa perspectiva mediadora (SÃO PAULO, 2020, p. 24-25).

Nesse sentido, a organização do refeitório precisa propiciar momentos de alimentação prazerosos. Segundo a especialista em educação de crianças de zero a três anos Leila Oliveira Costa (2019), geográfica e historicamente, a comida carrega significados construídos na coletividade. Assim, na escola, bebês e crianças precisam alimentar-se em ambientes coletivos, agradáveis e acolhedores.

O documento Padrões Básicos de Qualidade na Educação Infantil Paulista (2015a) define o refeitório como:

Ambiente para alimentação, socialização e autonomia dos bebês e crianças, com dimensões adequadas, com mobiliário móvel apropriado à faixa etária, organizado de forma a possibilitar a circulação local dos bebês e crianças, proporcionando a elas fazerem escolhas, servirem-se e permitindo descarte das sobras de alimentos. O ambiente pode ser utilizado, também, para realizações de atividades que ofereçam às crianças experiências culinárias, além de outras atividades/vivências (SÃO PAULO, 2015, p.30).

E, para tal, devem ser assegurados nesses espaços:

Espaço adaptado com o mobiliário na altura da criança; Balcão passa-pratos com altura adequada; Lavatório coletivo, dentro ou próximo do ambiente, com saboneteira para sabão líquido e papel na altura das crianças; Água potável e filtrada na altura das crianças; Luminárias com proteção contra queda e explosão (SÃO PAULO, 2015, p. 31).

A pesquisa realizada por Deise Bruna Massena Leite (2020) expressa a necessidade de se articular no cotidiano dos bebês e crianças pequenas práticas em alimentação por meio da organização do espaço, do tempo e de artefatos, durante os momentos de alimentação, por ser

uma ação educativa que, ao ser organizada de forma intencional, provoca aprendizagens significativas. Porém, observou-se:

O tempo é um fator condicionante das práticas alimentares dos bebês e crianças pequenas na creche, que tende a restringir as experiências deles nas práticas alimentares em toda a sua dimensão educativa. Contudo, nesta pesquisa, os bebês demonstraram que, apesar disso, através de gestos, choros e estratégias de alimentação individuais, manifestam suas singularidades e suas capacidades. Tais situações evidenciam a agência dos bebês em espaços coletivos de educação. As análises mostram que eles não são apenas conduzidos passivamente nas práticas alimentares, mas, sobretudo, participam de modo ativo e criativo (LEITE, 2020, p. 18).

Ao pensarmos na especificidade do trabalho com bebês, é fundamental considerar o Centro de Educação Infantil como um local que prioriza experiências ricas e variadas. A alimentação escolar no município de São Paulo, conforme especificado na Orientação Normativa de Educação Alimentar e Nutricional para Educação Infantil (2020), é considerado um projeto de política social de grande relevância para a saúde pública, sendo dever do Estado fornecê-la com qualidade, atendendo ao Direito humano à alimentação adequada (DHAA). (SÃO PAULO, 2020).

Nesse contexto, o professor exerce papel fundamental na aquisição de boas práticas alimentares, pois nesse período, os bebês estão formando hábitos e preferências alimentares. O educador deve dedicar especial atenção a esse momento, acompanhando os bebês e auxiliando-os, sempre que necessário.

Assim, a formação docente é imprescindível para o acesso a práticas pedagógicas na promoção da educação alimentar e nutricional. Para Elza Corsi (2001), bióloga e nutricionista, as cozinheiras e auxiliares também precisam de formação, pois esses profissionais estão ligados aos papéis que a alimentação exerce nas relações humanas, pois é certo que a alimentação tem a função de nutrir, mas também de intermediar relações.

Lima (2018) também aponta que, muitas vezes, o trabalho com educação alimentar e nutricional realizado pela escola perde forças, pois os meios de comunicações, principalmente a televisão e a internet têm influenciado significativamente a formação dos hábitos alimentares, desde à infância.

Ficar expostos a anúncios relacionados à alimentação pode impactar as futuras escolhas alimentares, pois inúmeras vezes, eles apresentam concepções incorretas sobre o conceito de

alimentação saudável, dando ênfase à aquisição de alimentos ultraprocessados, com alto teor de gorduras, açúcares e sal.

Nesse sentido, reforçamos a importância da educação alimentar e nutricional no espaço escolar, como forma de favorecer a construção da autonomia e do empoderamento dos sujeitos, em relação a alimentação saudável.

3. TRAJETÓRIA DA MERENDA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

A cidade acolhe seus passos, e ela passa a existir na existência deste que vive, na instância de seu itinerário, um traçado que encobre um sentido, algo que será desvendado ao seu final. Espaços, cheiros, barulhos, pessoas, objetos e naturezas que o caminhante experiencia em sua itinerância, não sem figuras pré-concebidas (ROCHA; ECKERT, 2003, p. 1).

Esta seção tem como objetivo apresentar a trajetória do Programa de Alimentação Escolar no Município de São Paulo (PAE), que está sob a responsabilidade técnica da Coordenadoria de Alimentação Escolar (CODAE).

3.1 História da alimentação escolar no município de São Paulo

Parte dos dados apresentados neste subtítulo foram retirados do site da Secretaria Municipal de Educação (SME). A Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) possui um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo, iniciado em 1935, com a criação dos Parques Infantis (PI).

Naquela época, a cidade de São Paulo começava a se estruturar como uma cidade industrial. Muitas pessoas saíam do campo e vinham para a capital, em busca de novas oportunidades. Assim, na expansão industrial, a cidade começou a crescer e com isso, novas demandas foram surgindo, entre elas, a necessidade das mães operárias encontrarem lugar para deixar seus filhos(as), enquanto trabalhavam (SÃO PAULO, 2011).

Nesse movimento de crescimento, Mario de Andrade surgiu com uma proposta inovadora, os parques infantis, para o atendimento de crianças de três a doze anos, localizados nos bairros operários da Lapa, Mooca e do Ipiranga, com o objetivo de promover atividades educacionais e culturais. Naquele período, era fornecido um copo de leite durante a permanência da criança no parque infantil (SÃO PAULO, 2011).

Rodrigues (2009), no seu texto “História da alimentação na cidade de São Paulo”, relata que no período de 1923 e 1948, vários debates foram traçados por médicos, sociólogos, higienistas, entre outros estudiosos, sobre as diversas dimensões da alimentação, entre elas estão os estudos sobre os inquéritos alimentares, que são formas de avaliação indireta da condição nutricional de indivíduos e grupos populacionais, e a importância da educação escolar como fator de correção de hábitos alimentares pouco saudáveis.

Com o crescimento acelerado, a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) iniciou, em 1956, o atendimento do ensino primário gratuito a todas as crianças. Naquele período, a divisão de Educação, Assistência e Recreio cria a “caixa de assistência escolar”, visando fornecer alimentação às crianças na escola, marcando o início do processo de alimentação escolar na rede municipal de ensino de São Paulo. Na época, havia preocupação com a qualidade do ensino e os professores sinalizavam a necessidade de prover uma alimentação adequada às crianças que vinham para a escola com alimentação precária. A “sopa escolar” era servida, apesar das dificuldades (SÃO PAULO, 2011, p. 11).

As escolas, na década de 1960, dispunham, para o preparo da alimentação das crianças, de alimentos fornecidos pelo governo americano, por meio da “campanha nacional da merenda escolar”, que consistia na oferta de leite em pó desnatado, margarina, cereais (aveia e trigo) e soja. A chamada “Caixa Escolar” era utilizada para melhorar os cardápios, uma vez que esses alimentos não eram consumidos pelos escolares, com frequência (SÃO PAULO, 2011).

Segundo Oliveira et al (2012), a elite defendia a existência dos parques infantis, por considerar que esses ambientes eram seguros e promotores de saúde. Mesmo nesse cenário assistencialista, começaram a surgir as primeiras correlações entre o cuidado e educação, instituídos através da Lei Municipal nº 7.073, de 13 de junho de 1967.

Por considerar a importância, tanto da educação quanto da saúde, o Decreto Municipal nº 8.852, de 1º de julho de 1970, define, em seu artigo 5:

Art. 5: nas escolas municipais de turnos de 4 horas, o cardápio escolar deve atingir, no mínimo, um terço das necessidades calóricas e proteicas diárias dos alunos e, nas escolas municipais de turnos de 8 horas, o cardápio escolar deve atingir, no mínimo metade das necessidades calóricas e proteicas diárias dos alunos.

Segundo Stefanini (1998), na semana da alimentação escolar, realizada em 1973, o tema desnutrição proteico calórica foi debatido, por se considerado um grave problema de saúde pública, que afetou principalmente crianças e adolescentes em idade escolar. Nesse movimento, a PMSP se responsabilizou em fornecer refeição complementar à alimentação recebida em casa, com o objetivo de suprir as necessidades nutricionais das crianças e dos adolescentes, visando contribuir para o seu crescimento e desenvolvimento saudável, através de alimentos de alto valor nutritivo, de fácil digestão e que não interferisse na refeição de

casa. A autora complementa que naquele período, cerca de 250 mil crianças foram atendidas, não havendo interrupção nem nos períodos de recesso ou férias escolares.

O primeiro modelo de política nacional criado pelo governo brasileiro foi o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), em 1972. O Programa foi dividido em duas fases, a saber: a primeira entre os anos de 1976 a 1978, e a segunda, no período de 1979 a 1981, denominado PRONAN II. As ações do PRONAN II, considerado o primeiro modelo de política pública com o foco na alimentação, segundo Stefanini (1998), incluía a distribuição de alimentos suplementares, a promoção de hábitos alimentares saudáveis, com o objetivo de melhorar a nutrição e a segurança alimentar de populações mais vulneráveis no Brasil, campanhas de informação e conscientização sobre a importância da alimentação e da nutrição, além da parceria com órgãos públicos e instituições privadas (SÃO PAULO, 2011).

Com o objetivo de garantir a alimentação saudável e de qualidade, o Programa de Alimentação Escolar (PAE) do Município de São Paulo passou a fornecer alimentação supletiva, para atender de 15 a 30% das recomendações nutricionais diárias para os pré-escolares e escolares (SÃO PAULO, 2011).

Com o crescimento da indústria alimentícia, apesar das iniciativas por uma alimentação adequada nas escolas municipais, em 1980, alimentos processados e altamente calóricos foram disponibilizados para consumo nas unidades escolares, porém sempre houve uma preocupação deste município em selecionar alimentos mais adequados para a dieta diária das crianças (SÃO PAULO, 2011, p. 13).

Após esse período, o Programa de Alimentação Escolar acompanhou o crescimento da Rede Municipal de Ensino e os aprimoramentos do Programa de Alimentação, desde cardápios até estrutura física, elevaram a qualidade não só da comida, mas também, das ações por uma educação alimentar saudável (SÃO PAULO, 2011, p. 13).

A Coordenadoria de Alimentação e Suprimento foi transferida para a Secretaria Municipal de Abastecimento (SEMAB), no final da década de 1980. Na época, eram fornecidas diariamente, 1.100.000 refeições. No ano seguinte, foi criado o programa de vitaminas da merenda escolar, com o objetivo de enriquecer determinados alimentos com nutrientes específicos (SÃO PAULO, 2011).

Considerando o caráter supletivo do PAE, que tem como objetivo complementar a alimentação das crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino, as escolas municipais intercalavam nos cardápios das EMEF, lanches com pratos salgados nas refeições

diárias, enquanto as escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), já forneciam almoço, desde 1970.

Outro fator importante que acompanha o fornecimento da merenda escolar é o conceito de redução das desigualdades sociais, uma vez que muitas crianças e adolescentes que estudam na rede pública de ensino vêm de famílias de baixa renda e podem depender da alimentação fornecida pelo programa para garantir uma alimentação adequada.

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, institui diretrizes para alimentação escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para alunos da Educação Básica, incluindo a educação de jovens e adultos. O objetivo do PDDE é garantir uma dieta balanceada e variada durante o período escolar. A lei constituiu que aproximadamente 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar.

A Lei apresenta, em seu artigo 2º, as diretrizes da alimentação escolar e mais uma vez, corrobora a importância da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, inserida no próprio currículo escolar, com enfoque no tema alimentação, nutrição e desenvolvimento de práticas saudáveis, dentro do contexto da segurança alimentar e nutricional. A Resolução CD/FNDE nº 38 de 2009 regulamenta o Programa de Alimentação Escolar à luz da Lei nº 11.947, propiciando que o PNAE atingisse notáveis avanços, reforçando o direito humano à alimentação escolar com uma alimentação adequada e saudável para todos os escolares.

Em 2001, ocorreu a padronização do tipo de alimentação servida nos horários de almoço e jantar. Após reformulações do modelo descentralizado de merenda escolar, o programa teve parte significativa do serviço terceirizada, seguindo a tendência governamental de utilizar a merenda escolar terceirizada como forma exclusiva da prestação do serviço na cidade de São Paulo.

No mesmo ano, a Coordenadoria de Alimentação e Suprimento foi extinta e criou-se o Departamento de Alimentação e Suprimento (DAS) da então Secretaria Municipal de Abastecimento. A partir desse ano até a presente data, o fornecimento de refeições passou a ser prioridade no atendimento aos alunos. Com a criação do Decreto Municipal Nº 46.220 de 2005, que reorganiza parcialmente a Secretaria Municipal de Gestão, o município passou a oferecer diariamente, 1.600.000 refeições.

Em 2008, a Portaria/SME nº 4618/08 organizou as unidades educacionais e em 2009, os CEIs com atendimento em período integral passaram de doze horas para dez, com a oferta de cinco refeições diárias, sendo o esquema alimentar composto por desjejum, colação, almoço, lanche da tarde e jantar. Em dezembro do mesmo ano, o Departamento da Merenda Escolar foi transferido para a Secretaria Municipal de Educação, por meio do Decreto Municipal nº 50.362, passaram a atender exclusivamente, as unidades educacionais desta Secretaria.

O Departamento da Merenda Escolar, em 2011, modificou os cardápios com gestão terceirizada do programa de alimentação, passando a ofertar refeição vegetariana a cada quinze dias, utilizando a proteína texturizada de soja como fonte proteica. No ano seguinte, em 2012, o Departamento da Merenda Escolar publicou o primeiro edital para a aquisição de alimento proveniente da Agricultura Familiar: arroz longo fino tipo 1 parboilizado e a ação foi concluída no ano seguinte.

Em 26 de junho de 2013, a Resolução CD/FNDE nº 26 entrou em vigor, revogando a Resolução CD/FNDE nº 38/09. Ela trouxe novas exigências à execução do PNAE, com destaque para o monitoramento e a avaliação da execução do Programa e instruções para a prestação de contas, além de outra série de inserções relativas à Agricultura Familiar e à oferta da alimentação nas escolas. A resolução apresenta em seu escopo a fundamentação legal que propiciou tal conquista, atualmente.

Considerando que a alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, reconhecido internacionalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 25) e pelo Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC (art. 11), sendo inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população, como disposto na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

Art. 2º São diretrizes da Alimentação Escolar:

I – o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II – a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema

alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III – a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

IV – a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V – o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos; e

VI – o direito à alimentação escolar, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontrem em vulnerabilidade social.

Na busca pela melhoria da alimentação escolar, a Lei Municipal 16.140/2015 inclui alimentos orgânicos e de base agroecológica na alimentação das escolas municipais. Para potencializar as ações em relação à alimentação, não apenas como fonte de nutrição do corpo, mas também como prática pedagógica, é formado um grupo de trabalho integrado por técnicos do DAE e profissionais da área pedagógica de SME, que organizou o primeiro evento relativo à Educação Alimentar e Nutricional, intitulado: “Seminário Novos Rumos da Educação Alimentar e Nutricional na SME”, dirigida aos educadores e nutricionistas da Secretaria da Educação.

A partir de então, o setor de merenda escolar da Prefeitura de São Paulo lançou diversas campanhas, com o objetivo de alavancar as ações em relação à qualidade da merenda escolar. Entre elas, destacam-se o Prêmio “Educação Além do Prato”, no ano de 2004, com o objetivo de mobilizar toda a comunidade educacional em ações, para discutir e promover o tema “Alimentação” e suas interfaces.

Ainda no ano de 2015, foi estabelecido o programa Na Mesma Mesa, por meio da Portaria nº 4.145, com o objetivo de propiciar a construção de práticas alimentares saudáveis, considerando o momento da refeição escolar como oportunidade de convívio, fortalecimento de vínculos e compartilhamento de saberes. A portaria estabelece a importância do professor/a na formação do comportamento alimentar das crianças e adolescentes que frequentam as unidades educacionais municipais.

Em outubro de 2016 aconteceu o Seminário Educação Além do Prato – Territórios Educativos Mais Saudáveis e Sustentáveis, que teve como objetivo compartilhar, discutir e inspirar estratégias para promover a alimentação escolar na perspectiva de um Currículo Integrador. O seminário apresentou quatro eixos principais: Comensalidade; Saúde e Alimentação; Sustentabilidade e Alimentação no Território. Ainda no mesmo ano iniciou-se a parceria para a realização das formações sobre as Hortas Pedagógicas, com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente e a Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo. Em 2016, existiam 351 hortas pedagógicas ativas na Rede Municipal de Educação.

Em 2017, três ações reforçaram a importância da alimentação como prática social no município, a saber: o “I Seminário: O uso pedagógico de hortas nas unidades escolares”; O monitoramento “Conhecendo as hortas pedagógicas”; e o lançamento da campanha “CEI Amigo do Peito”, que teve como objetivo incentivar ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno na RME, a fim de garantir o direito do bebê a especial proteção, para o seu desenvolvimento físico, mental e social. Os CEIs participantes da rede direta ou parceira que atenderam aos três pré-requisitos da campanha (família, equipe e ambiente) receberam o selo “CEI Amigo do Peito”.

Os números continuam subindo. Em 2018, a SME, por intermédio do PAE, atende aproximadamente 3.400 unidades educacionais, ofertando cerca de 2,3 milhões de refeições/dia. Pensando em ampliar a oferta e a qualidade das refeições servidas nas escolas municipais, a SME, em parceria com a Representação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco no Brasil), lançou nesse mesmo ano, o “Prato Aberto – Comida Boa Não Tem Segredo” para ampliar a transparência no fornecimento de merenda para bebês, crianças e jovens atendidos nas escolas. Nessa plataforma, são disponibilizados o cardápio diário, por unidade escolar e por faixa etária, elaborado por nutricionistas da SME/CODAE, prezando por uma alimentação saudável, equilibrada e variada (SÃO PAULO, 2020).

Entre os anos de 2005 e 2018, foram implementadas várias modificações na oferta de alimentos para aprimorar os cardápios oferecidos, tais como: o aumento na oferta de frutas, legumes e hortaliças, a inclusão de granola, iogurte, requeijão, pães e biscoitos integrais, além do macarrão e arroz, também integrais, excluindo da alimentação alimentos ultra processados, gorduras e corantes. Ainda em 2018, iniciou -se a inserção de outras leguminosas no cardápio. Além dos feijões carioca e preto, foi introduzido grão de bico, a ervilha e a lentilha. Foi lançado o Projeto “Cardápio Escolar Sustentável”, em parceria com a Sociedade Vegetariana

Brasileira (SVB), que desenvolveu novas receitas com as leguminosas e realizou oficinas culinárias dirigidas às cozinheiras(os) escolares e nutricionistas da SME e das empresas mistas e terceirizadas.

De 2012 a 2018, os alimentos orgânicos e da agricultura familiar passaram a integrar a merenda escolar. Para a promoção de uma alimentação saudável nas escolas municipais, foi realizado o II Seminário intitulado “O Uso Pedagógico de Hortas nas Unidades Escolares” (2018), para o compartilhamento de experiências pedagógicas entre os representantes das unidades educacionais. Devido às ações formativas, observa-se um aumento significativo no número de hortas ativas e da compostagem nas Unidades Educacionais, que em 2019, chegou a 958.

Aconteceu, em agosto desse ano, o “II Seminário: Somos Amigos do Peito”, no auditório da Universidade Nove de Julho (Uninove), Campus Vergueiro, com aproximadamente 361 participantes. Em 2019, acrescenta-se ao rol de alimentos orgânicos adquiridos, o molho de tomate e o doce de banana orgânico. A aquisição de alimentos orgânicos no biênio 2018-2019 atendeu a 471 famílias. Atendendo ao princípio da equidade do PAE, é fornecida alimentação diferenciada para bebês e crianças pequenas que apresentam alguma restrição alimentar e precisam ser acolhidos, em suas necessidades. Constitui campo importante da saúde, pois bebês e crianças alérgicos podem desenvolver reação, ao ingerir, por exemplo, carne de porco ou partículas de leite, agravando a saúde dos pequenos. Nesse sentido, é necessário assegurar a inclusão da criança, por meio da oferta do alimento equivalente e adequado, prevista na relação de alimentos substitutos para dietas especiais, elaborada pela CODAE (SÃO PAULO, 2020).

Segundo dados da SME, em 2019, foram mais de 13.229 alunos com dietas especiais, sendo que 56,7% delas estavam relacionadas a alergia à proteína do leite de vaca e a intolerância à lactose. No ano de 2020, o Programa “CEI Amigo do Peito” obteve a primeira colocação no “Premia Sampa”, na categoria Políticas Públicas. O prêmio foi promovido pelas Secretarias Municipais de Inovações e Tecnologia e de Gestão. A ação foi criada para reconhecer soluções inovadoras para a gestão da cidade, valorizando os servidores públicos municipais e consolidando a cultura da inovação na Cidade de São Paulo.

Para garantir a oferta de alimentos seguros, o fornecimento da merenda escolar visa ao desenvolvimento sustentável, conforme a lei 11.947/2009, priorizando a aquisição de alimentos da agricultura familiar e produtores locais do próprio município, por meio de licitações, controle de qualidade técnica e sensorial com pesquisa de produtos, teste de

aceitabilidade, estabelecidos nos editais, de acordo com as legislações vigentes, conforme figura 4.

Figura 2 – Contratos e Compras de Alimentos



Fonte: Site SME CODAE.

A prefeitura Municipal de São Paulo, além de criar mecanismos para garantir o direito humano à alimentação adequada, disponibiliza diversas informações e materiais no site da SME/CODAE, para ajudar os gestores, professores e equipe de apoio, a planejar as atividades que contemplem a alimentação, como forma de promover a nutrição e as práticas sociais. Esses materiais podem incluir informações sobre qualidade dos alimentos servidos na escola, cardápios, orientações sobre nutrição e atividade de conscientização sobre alimentação saudável, entre outras informações sobre educação alimentar e nutricional.

O percurso da alimentação escolar na PMSP buscou acolher as necessidades biológicas e sociais dos bebês e crianças que frequentam as unidades educacionais municipais. Desse modo, pensando em materializar as ações que ao longo das décadas foram sendo construídas, em abril de 2019, foi formado pela Portaria 4.928, um grupo de trabalho composto por diferentes segmentos presentes nas Unidades Educacionais e Divisões Pedagógicas das Diretorias Regionais de Educação, equipe da Diretoria de Educação Infantil e nutricionistas da CODAE, com o intuito de abordar vários temas, referentes à alimentação dos bebês e crianças na Educação Infantil e publicar um material referente à temática.

No entanto, em março de 2020, foi publicado o Decreto 59.283, que declara estado de emergência no Município de São Paulo, devido à pandemia do coronavírus, ocasionando a suspensão das aulas presenciais, o que levou o município a buscar novas formas para continuar atendendo os alunos da rede, tanto nos aspectos educacionais, quanto no fornecimento de alimentação. No período mais crítico da pandemia, para garantir a alimentação aos estudantes, iniciou-se, no mês de abril de 2020, a transferência de recurso financeiro mensal, por meio de um cartão magnético, cujo valor variava, de acordo com a etapa em que o estudante estava matriculado, para a aquisição exclusiva de alimentos. O

benefício contemplou primeiro os alunos cadastrados no Bolsa Família e, a partir de junho do mesmo ano, foi estendido para todos os estudantes regularmente matriculados na Rede Municipal de Educação. Os alunos mais vulneráveis receberam cestas básicas, por meio da ação social, intermediada pelo Governo do Estado de São Paulo.

Pensado em garantir não só alimento na mesa dos meninos e meninas da rede, CODAE organizou dois guias para nortear as unidades educacionais quanto aos novos procedimentos a serem adotados no retorno das atividades presenciais: o “Guia Orientativos Sobre Alimentação Escolar Para o Retorno às Aulas para Unidades Terceirizadas e Mistas” e o “Guia Orientativos Sobre Alimentação Escolar Para o Retorno às Aulas para Unidades para as Unidades Parceiras, SME convênio, CECI e Gestão Direta da Alimentação Escolar”, que estão alinhados ao “Protocolo Volta as Aulas publicado pela SME.

Atualmente, o programa de alimentação escolar municipal oferece 2,2 milhões de refeições por dia, nas mais de 3,2 mil unidades educacionais, para 995 mil crianças e jovens atendidos, conforme *merendômetro*, disponibilizado no site do Prato Aberto. A Orientação Normativa de Educação Alimentar e Nutricional para Educação Infantil, publicada em 2020, foi elaborada pelo grupo de trabalho instituído pela Portaria 4.928, em 2019 e foi aprovada pela Instrução Normativa SME N ° 42 de 12/11/2020, após ter parecer favorável do Conselho Municipal de Educação. A normativa fornece orientações e diretrizes para a implementação do programa de educação alimentar e nutricional em instituições de educação infantil.

O documento é um marco e foi construído em conjunto com nutricionistas e professores, com base em práticas educativas já desenvolvidas e de acordo com o Currículo da Cidade – Educação Infantil, a fim de apoiar os educadores (as) no planejamento de propostas que respeitem o tempo da alimentação, de acordo com as necessidades e os ritmos dos bebês e crianças pequenas, a potência de suas escolhas, quando são incentivadas e como se apropriam dos espaços e materialidades com facilidade, quando eles encontram-se acessíveis, além de considerar os valores sociais, culturais e emocionais da alimentação no processo educativo.

A Orientação Normativa de Educação Alimentar e Nutricional para a Educação Infantil, documento publicado em 2020, é o material mais recente que auxilia os profissionais da educação a pensarem as práticas pedagógicas em relação à educação alimentar e nutricional de forma mais reflexiva, pois discorre por temáticas importantes, que precisam ser consideradas no cotidiano dos bebês e crianças, bem como na formação permanente do professor e da professora.

O documento é um marco, pois foi construído em conjunto com nutricionistas e professores/as, a partir de práticas educativas desenvolvidas e alinhadas ao Currículo da Cidade – Educação Infantil, a fim de apoiar os educadores/as no planejamento de propostas que respeitem o tempo da alimentação, de acordo com as necessidades e os ritmos das crianças, a potência de suas escolhas, quando são incentivadas e como se apropriam dos espaços e materialidades com facilidade, quando eles encontram-se acessíveis, além de considerar os valores sociais, culturais e emocionais da alimentação no processo educativo.

Nota-se que ao longo do tempo, muitos avanços ocorreram em relação à educação alimentar e nutricional no município de São Paulo. O momento que se vive agora é o intenso esforço em articular as políticas públicas já existentes e as ações desenvolvidas nas unidades educacionais. Entende-se que isso ocorre por meio da formação permanente dos professores e professoras e demais funcionários de apoio e em parceria com as famílias. Quanto a isso, a Orientação Normativa de Educação Alimentar e Nutricional para a Educação Infantil, deixa claro:

Nesta lógica, o papel das(os) educadoras(es) vai muito além de ensinar a criança a se alimentar, mas também possibilitar o imaginário, instigar a criatividade, desenvolver a autonomia e valores que dão sentido e significados ao ato de comer, promovendo diferentes aprendizagens, numa perspectiva mediadora. (SÃO PAULO, 2020, p. 25).

É importante lembrar que a alimentação vai além de apenas fornecer nutrientes para o corpo. É um aspecto fundamental da vida humana e pode ter um impacto profundo na saúde, bem-estar e qualidade de vida das pessoas. Como mencionado pela autora Boog (2004), a alimentação também pode ser um meio de promover a dignidade, esperança, autoconfiança e força em indivíduos ou comunidades que enfrentam vulnerabilidades sociais ou insegurança alimentar. É importante que os professores tenham empatia e se coloquem no lugar de seus estudantes ao discutir questões relacionadas à alimentação, para que possam promover uma compreensão mais profunda da importância da alimentação para a saúde e o bem-estar geral das crianças.

De acordo com Poulain e Proença (2003), a alimentação é a primeira aprendizagem social da criança. Ela está no centro do processo de socialização primária. Então, a imersão de uma criança em um contexto alimentar dentro e fora do ambiente familiar precisa conter experiências significativas e prazerosas. Pereira, et al. (2019, 55-56) reforçam a ideia de que as práticas alimentares constituem uma das atividades humanas mais importantes, não só por

razões biológicas, mas também por envolver aspectos econômicos, sociais, científicos, políticos, psicológicos e culturais fundamentais na dinâmica da evolução das sociedades.

Portanto, para que haja no espaço escolar práticas pedagógicas coerentes com intencionalidade, afetividade e dialogicidade, é necessário que os profissionais envolvidos nesse processo tenham consciência da importância não só nutricional, mas também social da alimentação. Alimentação é um tema que pode ser abordado de muitas maneiras diferentes nos contextos investigativos, desde discussões sobre valores sociais e culturais relacionados à alimentação, até atividades práticas, como cozinhar e preparar refeições saudáveis.

É importante que os professores utilizem uma abordagem intencional, afetiva e dialógica para ensinar sobre alimentação, de forma a promover o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis e uma compreensão mais profunda sobre a importância da alimentação para a saúde e o bem-estar geral das crianças.

4. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORAS DE UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL: A ALIMENTAÇÃO DOS BEBÊS EM PAUTA

Educar cuidando inclui acolher, garantir a segurança, mas também alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade infantis (BRASIL, 2009).

Nesta seção, retomamos os problemas, os objetivos e os pressupostos da investigação, apresentamos o percurso metodológico e os procedimentos de produção de dados utilizados, caracterizamos o universo e os participantes da pesquisa e analisaremos as entrevistas semiestruturadas, realizadas com as professoras e coordenadora pedagógica, além das observações da pesquisadora e o PPP da unidade educacional.

4.1 Os problemas, os objetivos e a hipótese da investigação

A presente dissertação tem como objeto, as práticas pedagógicas de professoras de um Centro Municipal de Educação Infantil, com foco na alimentação dos bebês. O problema que embasa o estudo é: como ocorre a prática pedagógica de professoras do berçário, em relação à alimentação dos bebês? Como objetivo geral, buscamos analisar como ocorrem as práticas pedagógicas de professoras de berçário, em relação à alimentação de bebês. Elencamos como objetivos específicos: identificar se o momento da alimentação dos bebês contempla o cuidar e o educar e verificar se os horários da alimentação dos bebês ocorrem conforme as suas necessidades. Nossa hipótese é a de que as professoras, por desconhecimento teórico sobre a importância da alimentação, não se dão conta de que se trata de um momento rico de experiências significativas de cuidado e educação.

4.2 Percurso metodológico

A metodologia utilizada nesta pesquisa é de natureza qualitativa, tendo como instrumentos de produção de dados, a observação das práticas pedagógicas de três professoras de berçário I, em relação à alimentação, entrevistas semiestruturadas com as mesmas docentes e com a coordenadora pedagógica e a análise documental do PPP da unidade educacional.

A pesquisa qualitativa é um procedimento que, de acordo com Ludke e André (2022), citando Bogdan e Biklen, possui cinco características, a saber:

1. Aponta que a pesquisa qualitativa possui ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Na pesquisa qualitativa, o pesquisador mantém contato direto e prolongado com o ambiente e a situação que está sendo pesquisada;
2. Os dados coletados são predominantemente descritivos, ou seja, o material coletado é rico em descrição de pessoas, situações, acontecimentos; inclui transcrição de entrevistas e de depoimentos, fotografias, desenhos e extratos de vários documentos;
3. O processo na pesquisa qualitativa é mais importante do que o produto, pois o pesquisador, ao realizar a pesquisa, busca verificar problemas das interações cotidianas.
4. O “significado” que as pessoas dão às coisas e a sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador, tendo uma real preocupação por parte dele, em capturar a perspectiva dos participantes, considerando diferentes pontos de vistas.
5. A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. Não há a preocupação com evidências que comprovem as hipóteses definidas no início da pesquisa. (LÜDKE; ANDRÉ, 2022).

Portanto, a pesquisa qualitativa envolve a coleta dos dados descritivos, por meio do contato direto do pesquisador com a situação pesquisada (LUDKE; ANDÉ, 2022). Por isso, ao elegermos para essa dissertação como procedimentos de produção de dados a observação, a entrevista semiestruturada e a análise documental, buscávamos compreender com maior clareza não só os resultados da pesquisa, mas também todo o processo percorrido durante a investigação.

Lüdke e André (2022) apontam que a observação é a técnica utilizada para a coleta dos dados empíricos na pesquisa qualitativa e para validar os dados coletados, é imprescindível que a observação tenha um planejamento cuidadoso e uma preparação rigorosa do observador.

[...] um lugar privilegiado nas novas abordagens de pesquisa educacional. Usada como o principal método de investigação ou associada a outras técnicas de coleta, a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que apresenta uma série de vantagens. Em primeiro lugar, a experiência direta é sem dúvida o melhor teste de verificação da ocorrência de um determinado fenômeno. (LÜDKE E ANDRÉ, 2022, p. 30).

O pesquisador precisa planejar com antecedência “o quê” e “como” observar, definindo claramente o foco da investigação e sua configuração espaço temporal, evidenciando quais problemas serão observados na interação com o meio pesquisado. Segundo Patton (1980, apud LÜDKE; ANDRÉ, 2022), para realização das observações, é preciso preparo de material físico, intelectual e psicológico. O autor complementa que o pesquisador precisa aprender a fazer registros descritivos, saber separar os detalhes relevantes dos triviais, aprender a fazer anotações e utilizar métodos rigorosos, a fim de validar suas observações.

Elegemos com foco de observação, as ações realizadas pelas professoras de berçário I, somente nos momentos das refeições. Foi realizado um diálogo com as professoras envolvidas, para apresentar a proposta e garantir que elas se sentissem confortáveis em realizar suas atividades com as crianças, sem se preocupar com a observação, que foi realizada durante seis semanas e as ações foram observadas em diferentes espaços, como a sala de referência, o solário e o refeitório, seguindo um roteiro.

Também utilizamos como coleta de dados, entrevistas semiestruturadas, gravadas em áudio, com as educadoras e a coordenadora pedagógica. As perguntas feitas às participantes de pesquisa seguiram ordem aleatória, permitindo que elas se sentissem confortáveis durante a conversa (LÜDKE; ANDRÉ, 2022). Realizamos as entrevistas em dias diferentes, mas devido às muitas demandas das professoras, o horário que conseguíamos conversar era após o almoço dos bebês e na sala de referência. Enquanto duas professoras colocavam as crianças para dormir, uma se disponibilizava à entrevista. Com a coordenadora pedagógica, a entrevista foi realizada na sala da coordenação, no intervalo entre o almoço dos bebês e o HTPC. Para realização, consideramos o tempo disponível das participantes e buscamos garantir que as entrevistas fossem conduzidas de maneira respeitosa e confortável.

Para triangular os dados da pesquisa e obter uma compreensão mais completa do problema pesquisado, realizamos a análise do PPP da unidade educacional do ano de 2022, a fim de verificarmos quais ações estão expressas no documento em relação àquelas relacionadas à educação alimentar e nutricional. Ao combinar as observações e entrevistas com a análise do PPP, objetivamos compreender de forma abrangente e variada das questões.

A fim de entendermos como as professoras de Berçário I realizam no cotidiano as práticas pedagógicas em relação à alimentação dos bebês, utilizamos para a análise dos conteúdos das entrevistas e das observações, os estudos de Bardin (1977). Segundo a autora, “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Ou seja, é um conjunto de

técnicas usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos produzidos durante a pesquisa, além de possibilitar ao pesquisador, observar cuidadosamente os elementos colocados em evidência por procedimentos mais ou menos complexos (BARDIN, 1977, p. 38-39). De acordo com a autora, a análise de conteúdo é dividida em três etapas principais:

1. Pré-análise: fase em que são definidos os objetivos pesquisa, e o levantamento das categorias de análise, bem como a seleção dos documentos e textos a serem analisados, e estabelece os procedimentos para produção e registro dos dados.
2. Exploração do material: nesta fase da pesquisa realizada, a leitura e a codificação dos documentos e textos selecionados, utilizando as categorias e os critérios estabelecidos na fase de pré-análise.
3. Tratamento dos resultados e interpretação: nessa fase, em que o pesquisador organizará, sistematizará e interpretará as informações coletadas, buscando identificar temas, padrões e tendências. A inferência e interpretação dos resultados é realizada a partir dos dados coletados e sistematizados.

Cada fase da análise de conteúdo é importante para se entender o objeto pesquisado, pois permite ao pesquisador organizar e interpretar as informações de forma sistemática e objetiva, garantindo que os resultados sejam precisos e confiáveis. Na fase de pré-análise, realizamos a “leitura flutuante” dos dados produzidos nas transcrições das entrevistas que foram gravadas em áudio, revisitamos o diário de campo da pesquisadora e realizamos a leitura do PPP. A partir daí, elencamos as categorias que surgiram com mais frequência, a saber: alimentação e saúde, educação alimentar e nutricional e prática pedagógica, desconhecimento das leis e diretrizes da alimentação escolar para a educação Infantil.

Na fase de exploração do material, realizamos a leitura mais profunda das informações coletadas, a fim de extraímos os elementos para chegarmos as três categorias de análise: alimentação e saúde; educação alimentar e nutricional e prática pedagógica e desconhecimento das leis e diretrizes da alimentação escolar para educação infantil.

E por fim, chegamos à terceira fase do processo de análise do conteúdo, que é o tratamento dos resultados – a inferência e interpretação. Nesta fase, os dados coletados são comparados com o referencial teórico utilizado, permitindo ao pesquisador interpretar as práticas pedagógicas relacionadas à alimentação dos bebês no contexto do berçário. A análise das falas das professoras e coordenação pedagógica, observações da pesquisadora e análises do PPP

nessa fase, permitem ao pesquisador compreender como essas práticas são realizadas no cotidiano e identificar possíveis desafios ou problemas relacionados a esse tema.

4.3 Conhecendo o Centro de Educação Infantil País das Maravilhas⁵

A pesquisa foi realizada em um Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI) localizado na zona sul de São Paulo, entre dois municípios, Embu das Artes e Itapeverica da Serra, denominado por nós “Alice no País das Maravilhas”. Para subsidiar a caracterização da escola, utilizamos o PPP da unidade escolar do ano de 2022.

A região onde ele está localizado é privilegiada, por possuir inúmeros comércios, Centros Educacionais Unificados (CEUs), escolas municipais e estaduais, além de contar com linhas de ônibus, que dão fácil acesso ao metrô.

Segundo relato de um morador e líder comunitário, existem ofícios datados da década de 1970, com solicitações de construção de uma escola que atendesse as crianças do bairro. Mas somente em 2018 foi inaugurada a tão sonhada escola, construída em terreno da Prefeitura de São Paulo, antes, for utilizado como ocupação de moradores oriundos de diversas regiões do Brasil, e como campo de futebol aberto à comunidade.

A Proposta Pedagógica do CEMEI está pautada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – lei nº 9394/96), no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA 8069/90), no Currículo Integrador da Infância Paulistana (2015) e no Currículo da Cidade – Educação Infantil (2019). Essas leis e documentos fornecem orientações e diretrizes sobre como a educação deve ser oferecida e quais os objetivos e metas que devem ser alcançados. Eles também estabelecem os direitos das crianças em relação à educação e ao cuidado.

A gestão é participativa e democrática, desse modo, a construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) pressupõe uma proposta flexível, a ser concretizada nos projetos educacionais planejados. O PPP da escola também revela as inquietações em relação à reorganização de eixos importantes como o brincar, as interações e a alimentação dos bebês e das crianças pequenas. Apesar dos poucos recursos disponíveis (por ser uma escola nova), tem

⁵ A escolha do nome do CEMEI deu-se em função do livro Alice no País das Maravilhas, uma obra literária que foi publicada pela primeira vez em 1865, na Inglaterra. O livro foi escrito por Lewis Carroll, pseudônimo do autor Charles Lutwidge Dodgson, e conta a história de uma menina curiosa que segue um coelho branco de colete e relógio, mergulhando sem pensar, na sua toca. A trama é rodeada de aventuras, mas também de momentos prazerosos como o famoso chá e os convidados do Chapeleiro Maluco.

o desafio de inovar e de manter uma boa parceria com as famílias e a comunidade, que tem mostrado receptivas e acolhedoras para com a unidade escolar.

Os espaços internos do CEMEI possuem salas de convivência; brinquedoteca; banheiros para crianças e funcionários; banheiros adaptados; fraldários; almoxarifado; secretaria; sala de coordenação; sala de professores; sala da direção; cozinha; lactário; copa para funcionários; refeitórios (um específico para os bebês e outro para as crianças maiores); lavanderia; recepção e elevadores. O espaço externo é amplo e possui parque, horta e estacionamento.

O quadro de recursos humanos é composto por: um diretor; dois assistentes de direção; uma coordenadora pedagógica; quarenta docentes; oito funcionários da equipe de apoio (auxiliar técnico de educação/agente escolar); um vigia; seis funcionárias na cozinha (BASE – empresa terceirizada); três funcionários para conservação e limpeza (LUME – empresa terceirizada).

O CEMEI é destinado ao atendimento de crianças de zero a cinco anos. Em 2022, atendeu 285 bebês e crianças, divididos nos seguintes agrupamentos:

Quadro 1 – Agrupamentos CEMEI

Período integral	Berçário I
	Berçário II
	Mini-Grupo I
	Mini-Grupo II
Meio período	Infantil I
	Infantil II

Fonte: Quadro organizado pela pesquisadora.

Para os bebês que ficam na unidade educacional no período integral (dez horas), são ofertadas cinco refeições: desjejum, colação, almoço, lanche e refeição da tarde⁶. Para as crianças que frequentam meio período (seis horas), são ofertados lanche e refeição da tarde. As refeições são adequadas, conforme cada faixa etária.

⁶ Informativo Técnico Sme/Codae Nº 05/2016 aborda a mudança da alteração da denominação “Jantar” para “Refeição da Tarde”, pois sugere que, considerando a jornada diária de 10 horas dos CEIs e a hora em que a última refeição é oferecida, geralmente entre 15h30 e 16h, a denominação “jantar” não é adequada, já que, na tradição brasileira, o jantar ocorre mais tarde, no início da noite. Além disso, o Informativo Técnico mencionado orienta que é importante incentivar a alimentação partilhada com a família, devido às vantagens que isso traz. Portanto, a “refeição da tarde”, oferecida nos CEIs, tem o objetivo de fornecer um reforço alimentar, para que bebês e crianças pequenas possam aguardar o momento do jantar com suas famílias.

Figura 3 – Linha do tempo CEMEI

	B I A/B/C	BII A/B	MG I A/B	MG I C/D	MG II A	MG II B
CAFÉ	7h40	7h30 lac	7h40 ref/lac	8h10	7h30	7h50
COLAÇÃO	8h30	9h	9h	9h	9h	9h
ALMOÇO	10h30 ref/ lac	10h30 ref/ lac	10h50 ref/lac	10h40	11h	11h20
PARQUE	8h40-9h25	9h40-10h25	10h-10h45	8h50-9h35	9h35-10h20	10h30-11h15
QUINTAL	13h45-14h30	14h-14h45	13h55-14h40	14h30-15h15	14h45-15h30	15h30-16h15
COLAÇÃO	13h	13h	13h	13h	13h	13h
JANTAR	15h ref/lac	15h ref/lac	15h20 ref/lac	15h	15h20	15h40

	7A	7B	7C	7D	7E	7F
CAFÉ	7h30	7h50	8h10	13h20	13h40	14h
ALMOÇO	11h20	11h	11h40			
PARQUE	8h50-9h35	8h10-8h55	7h20-8h05	17h-17h45	15h30-16h15	15h30-16h15
QUINTAL	11h40-12h10	11h30-12h	11h10-11h40	13h45-14h30	14h-14h45	13h-13h45
JANTAR				16h20	15h10	15h40

Fonte: PPP do CEMEI, 2022.

A cozinha da instituição é terceirizada e uma empresa especializada, contratada por meio de licitação pública, é responsável por fornecer serviços de preparo e distribuição de alimentos para as unidades educacionais. O processo de licitação é regido por regras e normas estabelecidas em um edital, e as empresas que venceram a licitação são obrigadas a cumprir essas regras durante a vigência do contrato. Atualmente, o regulamento aplicável a essas licitações é o Edital de Pregão 78/SME/16. A empresa terceirizada contratada é responsável por contratar e treinar pessoal, adquirir alimentos e suprimentos, de acordo com as especificações da CODAE.

Mesmo com a terceirização da cozinha, cabe a cada diretor, a responsabilidade pelo acompanhamento, fiscalização e controle diário do Programa de Alimentação Escolar no âmbito da sua unidade, conforme o Decreto Municipal nº 29.692 de 1991, e Portaria Intersecretarial 001/2008 SMG/DME. O documento Guia Orientativo Para Unidade Educacional Edital 78/SME/16 – Alimentação Escolar Terceirizada 2020, orienta os procedimentos que deverão ser adotados, caso haja necessidade de mudança na alimentação a ser ofertada. De acordo com o documento, mesmo sendo de responsabilidade do gestor da unidade educacional, o acompanhamento de todas as ações que envolvam a alimentação, ele possui restrições para realizar alterações nos cardápios, mesmo que seja para fins pedagógicos.

O PPP revela que a unidade educacional reconhece a importância da alimentação para nutrição e dos aspectos sociais da alimentação, estabelecendo diálogo, para mapear e discutir ações que considerem a alimentação como nutrição e os aspectos sociais.

4.4 Conhecendo as participantes da pesquisa

As participantes da pesquisa são três professoras de Berçário I e uma coordenadora pedagógica, que fazem parte do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de São Paulo. A escolha das professoras se deu por serem as responsáveis diretas por servir, alimentar e acompanhar as refeições dos bebês, tanto no refeitório quanto em outros espaços do CEMEI.

A coordenadora pedagógica foi selecionada, pois entendemos que ela é o elo entre as professoras, os profissionais de apoio, os bebês e as famílias, na efetivação das práticas pedagógicas, para a promoção de uma educação alimentar e nutricional, pautada em ações que integram cuidado e educação. Para preservar nós as identidades, a identificamos com os nomes de frutas, que são consumidas frequentemente na unidade escolar, conforme quadro 2.

Quadro 2 – Dados das participantes da pesquisa

NOME	IDADE	ESCOLARIDADE	TEMPO DE MAGISTÉRIO	TEMPO DE MAGISTÉRIO NA EI	TEMPO DE MAGISTÉRIO DA PMSP
CP Laranja	43 anos	PEDAGOGIA E PÓS-GRADUAÇÃO <i>LATO SENSU</i> PEDAGOGIA HOSPITALAR / ARTE EDUCAÇÃO	24 ANOS	20 ANOS	19 ANOS
PROFA.1 Maçã	44 anos	PEDAGOGIA	24 ANOS	10 ANOS	10 ANOS
PROFA. 2 Banana	42 anos	PEDAGOGIA / LETRAS/HISTÓRIA	15 ANOS	10 ANOS	10 ANOS
PROFA. 3 Melancia	32 anos	PEDAGOGIA	1 MÊS	1 MÊS	1 MÊS

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

Todas as participantes da pesquisa são formadas em Pedagogia. Uma delas, também em Letras e História. Apenas a coordenadora pedagógica é pós-graduada em Pedagogia Hospitalar e Arte Educação. As participantes têm idades entre 32 anos e 44 anos, possuem experiência na educação infantil municipal de, no mínimo 10 anos e máximo, de 20 anos. Somente uma iniciou há pouco mais de um mês.

Solicitamos às participantes da pesquisa, autorização prévia, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para contextualizar, apresentamos o estudo, seus objetivos e informações sobre a entrevista e relatamos sobre o anonimato de suas identidades. O roteiro das perguntas objetivou entender como as práticas pedagógicas em

relação à alimentação, são percebidos pelas professoras e coordenadora pedagógica, em suas dimensões nutricionais e culturais.

A alimentação é muito mais do que uma atividade física de mastigar e engolir. Ela também pode ser uma oportunidade de aprendizado e desenvolvimento para as crianças. As práticas pedagógicas em relação à alimentação podem influenciar o modo como elas percebem e interagem com os alimentos. Ou seja, se as crianças são incentivadas a experimentar novos alimentos e a desenvolver suas habilidades motoras através da alimentação, elas podem tornar-se mais confortáveis e dispostas a experimentar o novo. Além disso, a alimentação também pode ser uma oportunidade para ensinar as crianças sobre diferentes culturas e práticas alimentares, o que pode ajudá-las a desenvolver um senso de curiosidade e respeito pelas diferenças.

4.5. Análise da concepção de alimentação presente no PPP da Unidade Educacional

Analizamos o PPP da unidade escolar, com a finalidade de compreender a concepção da instituição sobre os processos de alimentação, os recursos e os profissionais responsáveis pela alimentação dos bebês. Na leitura do PPP do CEMEI, observamos que o documento está em consonância com as DCNEI (2009) e Currículo da Cidade Educação Infantil (2019), porém não há um detalhamento das práticas pedagógicas nos momentos de alimentação dos bebês.

Assim, adotamos especial cuidado durante a análise, ao interpretar os dados, pois somente a leitura poderia não refletir a realidade, da prática cotidiana. Para ter uma compreensão mais completa da forma como a alimentação é realizada na escola, consideramos outras fontes de dados, como entrevistas com as professoras e coordenadora pedagógica e, observação direta da prática cotidiana nos momentos da alimentação, como apontado anteriormente.

A Orientação Normativa de Educação Alimentar (2020) prescreve que o ambiente da alimentação seja permeado de práticas sociais e pedagógicas intencionais. Isso significa que o momento da alimentação deve ser mais do que apenas um tempo para se alimentar, deve ser um momento de aprendizado e socialização.

Desse modo, a Normativa orienta que:

No Projeto Político-Pedagógico (PPP), deve estar expressa a concepção sobre a alimentação, como é a organização desse momento e a intencionalidade pedagógica. Assumir coletivamente a alimentação na UE, enquanto uma prática social, requer rever continuamente o planejamento, de forma a assegurar a observação, escuta e registro também nesses momentos (SÃO PAULO. 2020, p, 10).

Com base nessa orientação, observamos que o PPP da unidade não apresenta tal sistematização. Os itens mencionados sinalizam a necessidade de trilhar novos caminhos, para que os momentos de alimentação tornem-se momentos significativos de cuidados e educação, e aponta que essas ações serão desenvolvidas ao longo do ano, porém não deixa claro como essas ações serão executadas, com a finalidade de oferecer aos bebês e às crianças pequenas, momentos ricos e diversificados de aprendizagens, conforme aponta a Orientação Normativa (2020). No PPP, encontramos:

No presente ano, está presente a intencionalidade de retomar o diálogo com diferentes segmentos (gestão, coordenação, nutrição, educadoras da cozinha, educadoras da limpeza, educadoras de apoio – ATEs e mães do Programa Operação Trabalho, docentes, crianças e famílias) para estruturar e iniciar esta implantação (PPP, 2022, p. 112).

Sem dúvida, o desenvolvimento infantil, no primeiro ano de vida, é crucial para o futuro das crianças. Durante esse período, os bebês aprendem e se desenvolvem rapidamente, através da interação com o ambiente e com as pessoas ao seu redor. É importante que os bebês tenham acesso a experiências positivas e estimulantes, bem como à atenção e o cuidado carinhosos de adultos responsáveis, para garantir o seu pleno desenvolvimento. No entanto, é importante lembrar que essas práticas pedagógicas intencionais e humanizadoras são essenciais para o pleno desenvolvimento dos bebês, por isso é preciso encontrar maneiras de adaptar as propostas, a fim de contemplar os bebês, não apenas as crianças maiores.

O envolvimento de diferentes grupos é fundamental, para garantir que as necessidades e preocupações de cada um sejam levadas em consideração e para assegurar que todos os envolvidos estejam comprometidos e engajados, na implementação das mudanças. É importante lembrar-se de envolver também as crianças e as famílias na discussão, pois elas são as principais beneficiárias dessas mudanças e podem ter *insights* valiosos.

Não há coerência em persistir na atual organização dos momentos de alimentação. Objetivamos ressignificá-los com introdução do autosserviço e do uso de garfos, aproveitando a potência existente nestes momentos para o desenvolvimento da autonomia, autoconhecimento, autocuidado, escolhas, hábitos de alimentação saudável, acesso a novos sabores (incentivo a provar novos alimentos), códigos e valores culturais associados aos ritos culturais de alimentação, socialização e outros, haja visto que as crianças sempre surpreendem com sua capacidade de desenvolvimento e aprendizagem por meio de interações (PPP, 2022, p. 113).

O PPP apresenta uma proposta de mudança na organização dos momentos de alimentação na escola, com o objetivo de torná-los mais significativos e educativos para os bebês e crianças. A introdução do autosserviço e do uso de garfos, pode ser uma maneira de promover a autonomia e o autoconhecimento das crianças, além de incentivar a tomada de decisões e o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis. Além disso, esses momentos podem ser aproveitados para explorar a cultura alimentar oriundos das famílias dos bebês e da comunidade escolar, tornando-se uma maneira valiosa de promover a socialização e o respeito à diversidade cultural.

É importante lembrar que as ações que envolvem cuidado e educação, precisam atender também os bebês, que são extremamente dependentes dos adultos. Desse modo, o PPP precisa explicitar com clareza, quais ações serão desenvolvidas como prática pedagógica intencional e organizada nos momentos de alimentação dos bebês. A abordagem de Emmi Pikler ajuda-nos a pensar na organização dos momentos de alimentação na escola, do ponto de vista afetivo e respeitando a individualidade de cada bebê, destacando a importância de respeitar o ritmo e o desenvolvimento das crianças e de proporcionar um ambiente seguro e estimulante. Isso pode incluir, por exemplo, proporcionar aos bebês, tempo, espaço e materiais adequados.

Ao proporcionar um ambiente que respeite o senso de autonomia das crianças e permita que elas explorem e aprendam por conta própria, é possível promover o seu desenvolvimento e bem-estar, de forma mais eficaz. A abordagem também aponta a passagem da alimentação do colo aos pequenos grupos, tudo dentro da harmonia, que tem como foco o desenvolvimento pleno da criança. Esses momentos, que muitas vezes parecem ser detalhes sem importância, são extremamente essenciais, quando detalhamos o trabalho realizado com bebês e crianças pequenas. São elementos centrais na comunicação educativa, o tom de voz usado durante uma conversa ou a maneira como se segura um bebê, podem ter um impacto significativo no desenvolvimento emocional e físico das crianças. Portanto, é importante prestar atenção em cada ato de cuidado e educação ao trabalhar com bebês e crianças pequenas.

Soares (2020) aponta que o bebê é um ser competente e cheio de potencialidade para estabelecer relacionamentos, desde o seu nascimento. Isso significa que não podemos tratá-lo como um ser passivo, que está no mundo apenas para receber o que o adulto lhe oferecer. Ele necessita, para se desenvolver, de relações de confiança e que lhe ofereçam conforto. No entanto, a autora acrescenta a importância do tempo que é dedicado aos cuidados, incluindo os momentos de alimentação e criação de vínculos afetivos aprofundados (SOARES, 2020, p. 22).

Falk et al (2022) e Soares (2020) esclarecem que a qualidade dos cuidados direcionados aos bebês, oportuniza um sentimento de segurança e confiança, o que se traduz em experiências valiosas em sua vida cotidiana. Essas ações geram aprendizagens preciosas sobre si mesmo e sobre o outro. Por isso, enfatizamos a importância das relações afetivas estáveis entre o bebê e o adulto referência. Essa relação irá apoiá-lo na conquista de sua autonomia, respeitando seu ritmo.

A Orientação Normativa de Educação Alimentar (2020) orienta que o ambiente da alimentação seja permeado de práticas sociais e pedagógicas. É importante lembrar que a organização do ambiente de alimentação está relacionada com práticas que visam à sustentabilidade, de acordo com o PPP. Além disso, os momentos de alimentação são "essencialmente pedagógicos" e devem ser planejados e registrados de forma cuidadosa, pois são uma oportunidade valiosa para promover o desenvolvimento e o aprendizado das crianças. Nesse sentido, a Orientação Normativa acrescenta:

Enquanto prática social e pedagógica, a alimentação é um momento rico e oportuno que permite interações entre crianças/crianças, crianças/adultos. Bebês, crianças e adultos aprendem uns com os outros, espelham-se, incentivam-se, experimentam e criam novas práticas. Comer nas unidades de Educação Infantil não deve ser diferente do comer em outros espaços/lugares, em que se faz presente o convívio social, como por exemplo, escolher o lugar onde se sentará e interagir com as pessoas ao seu redor como conversar e rir (SÃO PAULO. 2020, p. 24).

O PPP da unidade educacional, no item 11.1, relaciona a importância da alimentação com a cultura e como parte da identidade de um povo. O documento ainda adiciona que os tempos destinados à alimentação são essencialmente pedagógicos e, portanto, objetos de planejamento e registro permanentes.

[...] alimentação também é sociocultural. Cada agrupamento humano, ao longo da história da civilização e em diferentes lugares constitui hábitos e rituais que lhe são peculiares, servindo peculiares, servindo à nutrição do corpo e à manutenção das características identitárias do grupo (PPP, 2022, p. 111).

Cada agrupamento humano, ao longo da história e em diferentes lugares, tem seus próprios hábitos e rituais alimentares, que servem tanto para nutrir o corpo, quanto para manter as características identitárias do grupo. Esses hábitos e rituais podem ser influenciados por uma variedade de fatores, incluindo os geográficos, econômicos e sociais. Além disso, a alimentação é uma forma de se conectar com outras pessoas e compartilhar experiências e valores culturais.

[...] é importante propiciar as crianças momentos de interação e de diálogo que enriqueçam seu conhecimento através das mais diversas propostas de vivências, das diversas linguagens artísticas, leitura de histórias, rodas de conversa, **culinária**, apreciação de imagens, brincadeiras e **brinquedos originários dos povos indígenas e africanos** e pesquisas envolvendo as famílias, ampliando o trabalho desenvolvido na escola para a família e sociedade de modo geral (PPP, 2022, p. 91).

Como já dito anteriormente, nossa cultura alimentar possui forte influência portuguesa, indígena e africana. Ainda hoje, consumimos alimentos advindos dessas culturas, como: a banana, a pimenta malagueta, o café, o azeite de dendê; o inhame, a farinha de mandioca; o leite de coco; o cuscuz, e muitos outros alimentos, apresentados no livro a História da Alimentação de Câmara Cascudo. (CASCUDO, 1967).

O viés da alimentação, nas respectivas culturas e suas influências, não é aprofundados no PPP. Entendemos que comer e confraternizar é algo valorizado em nossa cultura. É comum que os momentos de encontro ou celebração tenham como parte importante, a oferta de alimentos. O Currículo da Cidade (2019) expõe que as festividades na U.E, devem constar no PPP e não podem estar atreladas às datas comemorativas, evitando assim, que bebês e crianças sejam estimulados a consumirem algo apenas por conta de uma propaganda.

Por ser considerado fundamental, o momento da alimentação, tanto do ponto de vista da manutenção da saúde e do bem-estar quanto do sociocultural, o PPP da unidade expressa que:

O momento da alimentação é compreendido como essencial na constituição de bebês e crianças, tanto por seu valor no que tange a manutenção da saúde e bem-estar quanto ao caráter sociocultural que representa (PPP, 2022, p. 110).

A Orientação Normativa de Alimentação (2020) e os Indicadores de Qualidade (2016), reafirmam a importância da saúde nos cuidados com os bebês e acrescenta os inúmeros desdobramentos que esse ato deve ter.

A alimentação tem a finalidade de promover a saúde e bem-estar de bebês e crianças numa relação que vai além do cuidado com a saúde física, integrando aspectos afetivos, sociais e cognitivos. É preciso considerar a integralidade do sujeito e atuar de forma reflexiva e intencional, respeitando e acolhendo os desejos e necessidades infantis (SÃO PAULO. 2020, p. 09).

Falk (2022, p. 32) expõe que entre as necessidades essenciais está a busca e a manutenção de um bom estado de saúde física e bem-estar corporal. Isso quer dizer que uma criança em situação precária de atendimento não irá se desenvolver adequadamente.

O PPP da unidade apresenta as cartas de intenções das educadoras e coordenadora pedagógica do ano de 2022, que é uma ferramenta importante para o planejamento pedagógico e para o desenvolvimento de um trabalho coerente e consistente. Elas permitem que os professores/as expressem suas intenções e metas para o ano letivo e podem ser utilizadas como base para o planejamento de atividades e projetos.

A carta de intenção também pode ser um meio para que os/as docentes reflitam sobre suas práticas e façam ajustes, de acordo com os objetivos e metas estabelecidos. Além disso, as cartas de intenção podem ser um meio para promover a colaboração entre os professores/as e a coordenação pedagógica, permitindo que haja uma maior sinergia e coesão no trabalho realizado na unidade educacional.

Figura 4 – Trecho da carta de intenções das professoras do BI

Conhecer um pouco da rotina da casa e uso de objetos afetivos, para trazer o aconchego e proteção que esse bebê precisa sentir nesses primeiros meses, assim como pensar no momento desse acolhimento inicial durante os primeiros meses desse semestre, uma vez que muitos bebês do agrupamento ainda não compareceram. Ter assim um olhar diferenciado, ouvindo, interpretando os choros, balbucios e interações (escuta). Adaptar horários de alimentos e oferecer suportes necessários para transformar esse acolhimento ideal de acordo com a necessidade de cada um.

Fonte: PPP da escola, 2022.

As ações expressas na Carta de Intenções evidenciam que os momentos de cuidados e educação ainda ocorrem de forma separadas. Ainda existem fortes tendências higienistas na educação em relação às ações de cuidado, embora essa abordagem esteja mudando gradativamente. Historicamente, a higiene e a limpeza têm sido valorizadas como elementos essenciais para a saúde e a segurança em ambientes educacionais. Embora isso seja importante, a ênfase exclusiva na limpeza pode levar a uma abordagem superficial e mecânica do cuidado.

É importante que as educadoras estejam presentes e atentas durante as refeições das crianças, mediante interações, incentivando e apoiando-as a experimentar novos alimentos, explorando as suas características como cor, cheiro e textura. A comunicação verbal e corporal também são cruciais para criar um ambiente positivo e estimulante para as crianças, durante as refeições (SÃO PAULO, 2020).

O PPP da unidade educacional ainda faz menção ao trabalho com hortas pedagógicas e apresenta o tema sustentabilidade, como relevante em todos os contextos, na Educação Infantil, conforme fragmentos a seguir:

Do processo do cultivo, colheita, transporte, seleção, preparo, relações de compra e venda, até o servir-se e ingerir o alimento, há um percurso marcado por aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais. Cada prato carrega em si a assinatura de quem o preparou e de toda uma cadeia produtiva peculiar de uma determinada cultura, sintetizando em si a história de um povo. Portanto, comer é mais do que apenas um instinto de sobrevivência: também é cultural, simbólico e afetivo (PPP, 2022, p.111).

Tendo em vista a importância de atentar-se para **sustentabilidade, o uso do autosserviço pode, ainda, contribuir para a diminuição do descarte de alimentos preparados, evitando o desperdício** (PPP, 2022, p. 113).

O trabalho com hortas pedagógicas pode ser uma ótima maneira de promover a aprendizagem de crianças pequenas e contribuir para a construção de hábitos alimentares saudáveis. Através do contato com a terra, do plantio, o cuidado, da colheita, do manuseio e da degustação dos alimentos cultivados, as crianças podem ter uma experiência mais significativa e pessoal com a alimentação e compreender melhor o processo de produção dos alimentos. Isso pode ajudar a promover um maior vínculo com os alimentos e incentivar a escolha de opções mais saudáveis.

Figura 5 – Espaço da horta no CEMEI



Fonte: PPP da escola, 2022.

A Orientação Normativa (2020) incentiva a adoção de práticas sustentáveis, visando à diminuição de resíduos que impactam o meio ambiente, medida importante para a proteção do planeta e do bem-estar de todos. É importante lembrar que a sustentabilidade vai além de apenas reduzir os resíduos, mas também inclui práticas que visam proteger e preservar os recursos naturais. Em relação ao contexto pandêmico e o retorno das atividades presenciais, o PPP destaca a Minuta Protocolo Volta às Aulas publicado pela “Secretaria Municipal de Educação de São Paulo”, em 2021.

A minuta do Protocolo de Volta às Aulas, publicada pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, orienta as ações na garantia de um retorno seguro às atividades presenciais, especialmente no que diz respeito à segurança alimentar, pois no contexto pandêmico, a insegurança alimentar aumentou consideravelmente. É importante garantir que os bebês tenham acesso a alimentos nutritivos e seguros, e que as medidas de higiene e desinfecção sejam rigorosamente seguidas, para minimizar o risco de transmissão de doenças.

4.6 O que revelam os dados das observações sobre a alimentação dos bebês

A seguir, apresentamos nossas observações somente dos momentos de alimentação dos bebês no CEMEI. Para não me tornar repetitiva na descrição das observações, irei apresentar as observações por tema, de acordo com a relevância na construção de práticas pedagógicas em EAN.

1ª semana – 16 de setembro 2021 – Primeiros passos

Meu primeiro contato com a escola foi no segundo semestre de 2021, no retorno parcial do atendimento presencial. Ao chegar à unidade, fui recepcionada pela coordenadora pedagógica, que me apresentou os espaços, os recursos disponíveis na escola e o quadro de funcionários daquele ano. Conversamos sobre as concepções que permeiam a construção do PPP e sobre o trabalho com os bebês, em um ano atípico.

No ano de 2021⁷, o CEMEI contava com duas turmas de berçário, totalizando 14 bebês, com idades entre 8 meses e 1 ano, que dividem a mesma sala, sendo nove no atendimento presencial e cinco no remoto. Do total de bebês no atendimento presencial, apenas um ainda não completou um ano. No atendimento remoto, recentemente, foi matriculado uma bebê de sete meses. Para realizar o atendimento desses bebês, o CEMEI conta com quatro educadoras, duas no período da manhã e duas no período da tarde. Em relação às questões alimentares dos bebês que permanecem em atendimento remoto, o retorno era dado pelas famílias, a partir das atividades enviadas pelas professoras, conforme material trilhas de aprendizagem⁸.

Após conversar com a coordenadora pedagógica, ela levou-me para conhecer as professoras e os bebês do berçário I. Naquele dia ensolarado, as professoras estavam com os eles no solário, espaço que pode ser acessado facilmente, através da sala referência. Os bebês pareciam bem familiarizados com o espaço escolar, mesmo com tão pouco tempo do retorno presencial parcial. Aqueles bebês que nasceram na pandemia, estavam desfrutando dos primeiros contatos com o ambiente educativo.

No solário, eles exploravam o espaço que dá acesso a uma parte com gramado. O que os separava era uma extensa cortina, feita com tampa de garrafa pet. Alguns bebês

⁷ No ano de 2022, a oferta de vagas para BI foi ampliada. O CEMEI passou a atender 21 bebês em período integral e presencialmente, com o fim do decreto emergencial.

⁸ A SME, diante da necessidade de propor práticas pedagógicas possíveis para o período pandêmico, criou a coleção de cadernos: “Trilhas de Aprendizagens”, que foram enviados para as famílias, com o objetivo de aproximar a relação escola e a família.

engatinhavam outros andavam nas pontas dos pés. Tudo era novidade. No solário, naquele dia, foi servida a “colação”. As professoras organizaram os bebês sentados, para receber a fruta (banana), que veio em uma bandeja. Alguns a receberam, para tentar descascar e outros a receberam descascada pelas educadoras, as quais não utilizavam luvas para manipular o alimento. O bebê que conseguiu descascar a fruta sozinho era orientado a colocar as cascas e sobras no prato. Depois da colação, os bebês permaneceram no solário.

Conversei brevemente com as educadoras sobre como ocorre a alimentação dos bebês. Elas explicaram que o café da manhã e o lanche são realizados na sala de referência e a colação, na sala ou no espaço no qual a turma estiver em atividade. Almoço e a refeição da tarde ocorrem no refeitório. As professoras relataram que as famílias são informadas diariamente sobre a rotina do bebê, via agenda, em relação à alimentação e higiene, conforme figura 6.

Figura 6 – Comunicação com as famílias - higiene e alimentação

O formulário é dividido em duas seções principais: 'Manhã' e 'Tarde'. Cada seção contém campos para 'Leite' e 'Almoço' (ou 'Lanche' na tarde), com opções de 'Aceitou' ou 'Rejeitou' marcadas por parênteses vazios. Há também um campo para 'Trocas' e um espaço para a assinatura das 'Profas'. O formulário é preenchido com uma data e hora no topo.

Manhã:		/ Dia: _____	
Leite:	() Aceitou	() Rejeitou	
Almoço:	() Aceitou	() Rejeitou	
Trocas:	Profas _____		
Tarde:			
Leite:	() Aceitou	() Rejeitou	

Fonte: Acervo da pesquisadora.

A oferta de água filtrada deve ser constante durante a permanência dos bebês na unidade educacional, exceto para aqueles cuja ingestão ainda não é recomendada, porém observamos que a bandeja com os copos com tampa e mamadeiras não ficam na altura dos bebês. O tempo para beber água também passa pelo tempo de todas as ações de cuidado, que são orquestradas pelas professoras, ou seja, de tempos em tempos, elas oferecem água a eles, partindo de uma situação que pode ser: choro, irritação ou outro gesto.

Entendemos que na construção de espaços que privilegiem o desenvolvimento integral do bebê, deve-se atentar até, para o modo como a água é oferecida. Para tanto, a Normativa de Alimentação (2020) expõe *que maneira de oferecer as canecas para todas as crianças, seja em*

diferentes ambientes ou concentradas em um local, deve ser pauta de discussão com toda a equipe (SÃO PAULO, 2020. p. 20), retomando princípios inegociáveis nos cuidados com os bebês.

Além disso, a cena descrita aponta a necessidade constante de reagirmos positivamente às manifestações do bebê (SOARES, 2020, p. 27). Reagir positivamente aos movimentos e manifestações do bebê pode ajudar a estimular o seu desenvolvimento e aprendizado e mostrar que a professora está disponível e atenta a ele. É importante lembrar-se de manter sempre o cuidado e o respeito pelo bebê, adaptando a forma de cuidar às suas necessidades e características individuais (FALK et al, 2021).

2ª Semana – 23 de setembro 2021 – O refeitório

Naquele dia, observamos os dois refeitórios do CEMEI. O primeiro é destinado para a refeição das crianças maiores, com espaço físico amplo. O segundo, mais compacto, é destinado aos bebês. O refeitório possui cadeirões encostados na parede e mesas com cadeiras, tendo encosto apropriados para o tamanho das crianças, utilizados para servir as crianças que já conseguem sentar-se sozinha. O acesso ao lactário, local onde é preparado e servida a alimentação, dá-se por dentro do refeitório dos bebês.

A sala de referência fica em frente ao refeitório, para facilitar a locomoção dos bebês nos momentos de refeição. Muitas vezes, as professoras contam com a ajuda de alguma funcionária de apoio, outras, organizam-se entre elas, para transportarem e acomodarem os bebês no refeitório. Os bebês que ainda não andam são transportados no colo, os que andam com apoio, seguram na mão da professora e aqueles que já andam com um pouco mais de firmeza, seguem a professora, de mãos dadas com um bebê ou sozinho. Independentemente do tamanho, se estão chorando ou sonolentos, todos são direcionados ao refeitório, nos horários das principais refeições.

Não há, nas paredes do refeitório, nenhum tipo de alusão à alimentação. Também não encontramos o cardápio fixado, para o acesso das professoras e funcionárias de apoio, que circulam dentro do refeitório. O cardápio, que segue o prato aberto, e outras orientações sobre a alimentação dos bebês estão dentro lactário⁹, de acesso restritivo aos funcionários que ali trabalham. O local conta com pia acessível aos adultos. O chão é revestido de piso

⁹ Lactário - Ambiente destinado ao preparo, à higienização, à esterilização e à distribuição das mamadeiras. Pode ser implantado separadamente ou junto da cozinha.

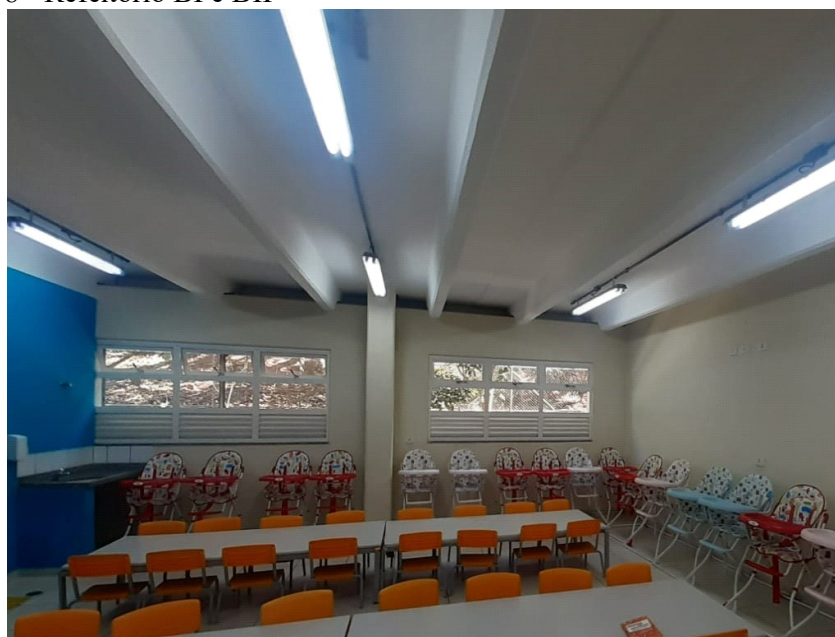
antiderrapante e as paredes pintadas com tinta lavável. Os bebês e crianças têm suas mãos higienizadas na sala de referência ou no refeitório, com álcool em gel. O ambiente é iluminado por lâmpadas frias e possui janelas na parte superior, para auxiliar na ventilação e iluminação natural do local, como podemos observar a seguir.

Figura 7 – Refeitório BI e BII / Entrada do lactário



Fonte: acervo da pesquisadora.

Figura 8 - Refeitório BI e BII



Fonte: Acervo da pesquisadora

As refeições principais são preparadas na cozinha, *ambiente destinado a todas as atividades que englobam a higienização, o preparo e a distribuição das refeições, não acessível às crianças* (SÃO PAULO, 2015, p. 34) do CEMEI e depois, levadas ao lactário, para que sejam servidas aos bebês. O café da manhã, a colação e o lanche são preparados no lactário. São servidas cinco refeições diárias. A nutricionista acompanha o funcionamento do lactário e demais dependências ligadas à cozinha, porém, em dias específicos, realiza orientações, conforme manuais de boas práticas da SME/CODAE.

Observamos que com a proximidade do horário do almoço, as professoras interrompem a atividade com as quais os bebês estão envolvidos e começam a se dirigir para o refeitório. Os menores (BI) são os primeiros a serem direcionados a ele, e em seguida, chegam as maiores (BII). O almoço dos bebês inicia às 10h, conforme o quadro a seguir.

Quadro 3 – Horário das Refeições BI e BII

HORÁRIO DAS REFEIÇÕES	
BERÇÁRIO I	BERÇÁRIO II
Café da manhã 7h15 – 7h30	Café da manhã 7h15 – 7h30
Colação 8h30	Colação 8h30
Almoço 10h – 10h20	Almoço 10h25 – 10h40
Lanche 13h15	Lanche 13h15
Refeição da tarde 15h – 15h20	Refeição da tarde 15h – 15h20
Saída A partir das 16h30	Saída A partir das 16h30

Fonte: Quadro organizado pela pesquisadora.

Observamos que o tempo de permanência no refeitório é reduzido. Em seguida, outras turmas entraram para fazer a refeição. Durante a permanência dos bebês no refeitório, não há encontro com as crianças maiores (MGI / MG2 e Infantil). Quando os bebês terminam a refeição, são conduzidos para a sala de referência, na qual são higienizados e colocados para

dormir. O trajeto de volta para a sala referência é feito principalmente no colo, pois neste momento a maioria dos bebês se encontram sonolentos.

As transições cotidianas, como mudar de um ambiente para outro, podem ser oportunidades importantes para o desenvolvimento do repertório de práticas sociais da criança. Nesse sentido, o refeitório pode ser um lugar de aprendizagem e de construção de vínculos afetivos para os bebês. É importante lembrar-se de adaptar o ambiente e as atividades oferecidas ao nível de desenvolvimento e às necessidades individuais da criança, promovendo o bem-estar e o cuidado durante o processo de alimentação

Observamos que o refeitório é visto apenas como um lugar de passagem, no qual os bebês vão apenas para se alimentar e depois, seguem para outras atividades. No entanto, o refeitório pode ser um espaço muito rico para o aprendizado e o desenvolvimento das crianças, e é importante que os profissionais envolvidos no cuidado dos bebês reconheçam e valorizem essa potencialidade. O refeitório é caracterizado, segundo os Padrões Básicos de Qualidade na Educação Infantil Paulistana, 2015, p. 30, como:

Ambiente para alimentação, socialização e autonomia dos bebês e crianças, com dimensões adequadas, com mobiliário móvel apropriado à faixa etária, organizado de forma a possibilitar a circulação local dos bebês e crianças, proporcionando a elas fazerem escolhas, servirem-se e permitindo descarte das sobras de alimentos.

O documento expande a utilização do refeitório *para a realizações de atividades que ofereçam às crianças experiências culinárias, além de outras atividades/vivências* (SÃO PAULO, 2015, p. 30). Isso indica que o espaço do refeitório não pode ser neutro, sem estímulo, mas um ambiente onde os bebês possam aprender a compartilhar as refeições e conversas com colegas e adultos.

Figura 9 – Mesas compactas



Fonte: acervo da pesquisadora.

Próximo ao final do ano letivo, as mesas foram substituídas por um formato mais compacto. Observamos que o refeitório não oportuniza que as professoras e outros adultos sentem com os bebês e crianças durante as refeições ou para realizar outra atividade. Sentar-se à mesa com os bebês e crianças pode ser uma excelente prática para fomentar as interações, o desenvolvimento social e a saúde alimentar (SÃO PAULO, 2020).

Ainda sobre as diversas possibilidades que o refeitório possui como um espaço educador, que é socialmente construído (HORN, 2004), destacamos que não encontramos nos momentos de alimentação, nenhum trabalho para a apresentação dos pratos com estética, nem a presença de utensílios que valorizassem esse momento. A retirada dos pratos ocorria imediatamente após a última colherada.

3ª Semana – 30 de setembro de 2021 – Alimentação e o planejamento docente

O planejamento das professoras fora observado em dois períodos em 2021, quando ele era realizado de forma *on-line* e em 2022, retomamos a observação dos registros já no formato impresso. É importante ressaltarmos que no ano de 2022, as professoras fazem uso do “Diário de Bordo¹⁰”, um instrumento de registro que considera os protagonismos infantil e docente na

¹⁰ O termo diário de bordo pode remeter a muitas situações organizativas do dia a dia docente dos bebês e das crianças. Defendemos que um desdobramento natural do semanário, quando é adequadamente preparado (trazendo as intenções pedagógicas do que se pretende desenvolver junto às crianças e narrativas do que os bebês e crianças vão apresentando como centro de interesses), é apresentar-se como um diário de bordo (SÃO PAULO, 2020b, p. 43).

elaboração do planejamento daquilo que vai ser oferecido para bebês e crianças (SÃO PAULO. 2020b, p. 42).

Observamos que os registros são muitos parecidos durante um longo período. Por isso, extraímos alguns exemplos de como eles são descritos, para entendermos como a temática da alimentação é trabalhada pelas professoras.

Figura 10 – Atividade enviada às famílias, em atendimento remoto/julho de 2021

Autonomia Alimentar					
Hoje é dia de deixar o bebê sentir realmente sua alimentação, cores, sabores e texturas. O ideal seria colocar o bebê no cadeirão e ir ofertando seu almoço ou fruta do dia, deixando ele pegar com as mãos. Porém caso não tenham o cadeirão podem deixar o bebê sentado em um lençol no chão. O importante é estar sempre conversando com seu bebê, nomeando e falando as características como cores e sabores. Assista o vídeo abaixo anexado para melhor compreensão. OBJETIVO: (EI03E002) Agir de maneira independente, com confiança em suas capacidades, reconhecendo suas conquistas e limitações.	<table> <tr> <td>0</td> <td>7</td> </tr> <tr> <td>Entregue</td> <td>Trabalhos atribuídos</td> </tr> </table>	0	7	Entregue	Trabalhos atribuídos
0	7				
Entregue	Trabalhos atribuídos				

Fonte: Planejamento online - professoras do BI.

Figura 11 – Atividade enviada às famílias, em atendimento remoto/julho de 2021

- Alimentação					
Olá famílias! Vamos ensinar o (a) bebê cantando? Escolha uma refeição, dê preferência o almoço, diga o nome de cada alimento que está no prato do bebê para ele (a). Sente-o de maneira que tenha acesso ao prato e colher, embora faça bagunça e sujeira, deixe-o manusear os alimentos, levando-os para a boca, esse momento exige	<table> <tr> <td>1</td> <td>6</td> </tr> <tr> <td>Entregue</td> <td>Trabalhos atribuídos</td> </tr> </table>	1	6	Entregue	Trabalhos atribuídos
1	6				
Entregue	Trabalhos atribuídos				

Fonte: Planejamento online - professoras do BI.

Figura 12 – Registro diário de bordo/fevereiro de 2022

[REDACTED] Não aceitou o leite! ao chegar, no almoço comecei a alimentá-lo porém percebi que ele tentava mexer no prato, quando deixei ele se alimentar sozinho com sua autonomia ~~para~~. Comeu tudo e ficou tentando pegar o prato do bebê ao seu lado. Peguei outro prato (repetição) e ele comeu tudo sem auxílio. Mesmo ouvindo muitos choros não chorou em nenhum momento. Precisamos dar atenção a esse bebê (propor atividades diferenciadas) senti que ele ficou ocioso, procurando o que fazer. A proposta do acanhamento hoje foi pensada para os bebês pequenos e a cidade foi maior com muitas trocas e choros. Em alguns momentos ele jogou bolinhas gloriamente batendo nos bebês sem intenção.

Fonte: Diário de bordo professoras do BI.

Figura 13 – Registro diário de bordo/março de 2022

Hoje trabalhamos com 9 bebês: [REDACTED]

[REDACTED] passou a manhã bem, explorando todo o ambiente e interagindo com os colegas. No solário brincou com as panelas e colheres de pau e explorou o ambiente. Se alimentou e dormiu bem. Ele está com alguns caroços no corpo e a mãe disse que é uma provável alergia, e que já marcou dermatologista para levá-lo.

[REDACTED] passou a manhã bem, explorando todo o ambiente e interagindo com os colegas, estava um pouco mais quieto do que de costume, pedindo colo e dando abraços. No solário brincou com as panelas e potes e também explorou o ambiente. Se alimentou e dormiu bem.

[REDACTED] passou a manhã bem, chegou bem sorridente, explorando todo o ambiente e interagindo com os colegas. No solário explorou o ambiente e brincou com as panelas e colheres de pau. Se alimentou e dormiu bem.

[REDACTED] passou a manhã bem, explorando todo o ambiente e interagindo com os colegas. No solário ficou brincando com as panelas e colheres de pau, não quis explorar o ambiente. Se alimentou e dormiu bem.

[REDACTED] passou a manhã bem, explorando todo o ambiente e interagindo com os colegas. No solário explorou todo o ambiente e brincou um pouco com as panelas e colheres de pau. Se alimentou e dormiu bem.

[REDACTED] passou a manhã bem, explorando todo o ambiente e interagindo com os colegas. No solário brincou com as panelas e colheres de pau e também explorou o ambiente. Se alimentou e dormiu bem.

[REDACTED] passou a manhã bem, explorando todo o ambiente e interagindo com os colegas. No solário brincou com as panelas e colheres e também explorou um pouco o ambiente. Se alimentou e dormiu bem.

[REDACTED] passou a manhã bem, explorando ao seu redor e interagindo com os colegas. No solário brincou com as panelas e colheres. Aceitou as frutas. Dormiu bem.

[REDACTED] passou a manhã chorosa, está querendo ficar no colo. No solário explorou um pouco o ambiente e brincou com as panelas e colheres, pois quis ficar no colo da [REDACTED] (mãe pot), por quem tem um carinho muito grande. Se alimentou e dormiu bem.

No mais a manhã se encerrou bem!

Propostas: Acolhimentos com chocalhos e pelúcia/ Brinquedos da sala/ Folhear livros/ Solário com panelas, potes e colheres de pau.

Fonte: Diário de bordo - professoras do BI.

Figura 14 – Registro diário de bordo / abril de 2022

Manhã agitada com 16 bebês, o bebê [] retornou depois de quase 1 mês afastado, chegou no colo da mãe, estava chorando muito, a mãe informou que ele estava sem mamar, [] engatinhava e se dirigia ao meu lado, agarrava nas minhas pernas, como se estivesse pedindo algo, eu o peguei no colo tentando acalmar, quando a colaboradora da cozinha entrou na sala com a bandeja de mamadeiras e copos com leite, [] começou a chorar mais alto e eu peguei a mamadeira e fui logo oferecendo a ele, que tomou o leite com toda força, senti que o coração dele estava acelerado, parecia que queria sair e logo que tomou a mamadeira ficou calmo, parou de chorar.

Acolhemos os bebês com bichos de pelúcias e chocalhos, brinquedos da sala, canos de PVC, roda de história e solário, tivemos uma manhã muito chorosa, [] choraram muito, [] vomitou na sala, tive que dar um banho, porque tinha sujado desde a cabeça aos pés, o chuveiro não esquentou, então utilizei o lenço umedecido, [] no momento da alimentação aceitou pela primeira a comida, percebi que temos que levantar um pouco a cabeça dele e o queixo, [] chorou bastante no momento do almoço, porque estava sonolento e quando era oferecido a comida ele se engasgava com facilidade.

Fonte: Diário de bordo - professoras do BI.

Quando observamos o planejamento das educadoras, verificamos a existência de atividades com o tema alimentação, de forma esporádica e sem alinhamento, com as propostas curriculares atuais, é importante considerar que isso pode indicar uma falta de planejamento e reflexão sobre como o tema alimentar está sendo abordado na educação infantil. É importante que as educadoras reflitam e planejem como estão trabalhando tal tema, de forma a garantir o alinhamento com as propostas curriculares atuais, como sugere a Orientação Normativa de Educação Alimentar e Nutricional para Educação Infantil (2020) que sinaliza a importância da alimentação saudável, e em seus aspectos culturais, sociais e ambientais.

Durante as visitas para observação, não constatei, na prática, a realização das atividades descritas no planejamento *on-line* e diário de bordo. Não basta apenas descrever atividades isoladas com tema alimentação, quando falamos em práticas pedagógicas em educação alimentar e nutricional, precisamos considerar diferentes enfoques, que estão presentes nas ações de cuidado e educação. Deve-se considerar o modo como os alimentos são preparados, a cultura das famílias dos bebês, os modos e fazeres das professoras, as interações, a organização dos tempos e espaços, o cheio, o gosto, o afeto.

É comum que as rotinas de trabalho com bebês possam ser afetadas por diversas ocorrências, como o choro, o vômito ou o retorno de crianças afastadas, que podem desviar o foco do planejamento inicial. Isso pode ser desafiador para as professoras, que precisam adaptar sua prática para lidar com essas situações e garantir que os bebês recebam o cuidado e a atenção de que precisam. Mas, entendemos também que o trabalho com os pequenos envolve de forma indissociável, ações de cuidado e educação, por isso é necessário criar caminhos para superar esses obstáculos, que por sua vez, são naturais devido à pouca imunidade que os bebês possuem.

Barbosa (2010) relata que existem vários desafios que as professoras enfrentam no trabalho com bebês, pois o cotidiano é construído por meio dos atos de cuidado e educação permanente. Assim, dentro de uma mesma turma, nem todos participam da mesma forma, devido à singularidade de cada um, que se traduz em choro, fome, sono, necessidade de troca ou se está doente e até mesmo, falta de interesse por aquela atividade, em específico, sendo necessário que o trabalho seja diversificado, para atender as necessidades e interesses individuais dos bebês.

Outro ponto que observamos nos registros das professoras participantes da pesquisa é a repetição das ações na construção do relato. Ou seja, não encontramos a individualidade de cada bebê e sim, um registro geral. Os registros pedagógicos precisam comunicar o percurso e

o processo das experiências vividas nas interações pelos bebês (SÃO PAULO, 2020b. p. 19), ficando muito reducionista mencionar que o bebê **“alimentou-se bem”**.

Os registros precisam ir além de mencionar informações básicas, eles devem incluir informações sobre como a criança se comportou durante a refeição, se ela expressou interesse ou desinteresse pelos alimentos, se ela precisou de ajuda para comer, entre outras informações relevantes. Isso permitirá às educadoras avaliar o desenvolvimento da criança e adaptar as atividades, para atender as suas necessidades.

4ª Semana – 7 de outubro 2021 – Vínculo e cuidado

Observamos as crianças no período da tarde. O leite é servido na sala referência, após o sono, de acordo com o esquema alimentar da prefeitura. Quando o alimento chegou, um bebê foi em direção, e logo estendeu os braços para pegar, porém a professora pediu que ele aguardasse, pois ainda estava quente. Aos poucos, as educadoras foram acordando os bebês e colocando-os sentados, para tomar o leite.

Uma professora sentou-se no colchonete, ao lado de um bebê e segurou-o no colo, começando a alimentá-lo, com a mamadeira. Depois de alguns minutos, a educadora deixou-o deitado no colchonete, segurando a mamadeira e foi auxiliar outro bebê que estava correndo pela sala. O bebê terminou de mamar sozinho. As práticas pedagógicas intencionais e humanizadoras são essenciais, para garantir que os bebês recebam o cuidado adequado. Como mencionado anteriormente, o cotidiano deles é construído por meio dos atos de cuidado e educação dos docentes. A acolhida é uma parte importante desse processo, isso significa acolher não só na chegada à unidade escolar, e sim acolher nas múltiplas necessidades, que vão surgindo ao longo do dia.

Falk et al (2021) evidenciam que os pequenos diálogos sejam sorrisos, choro e balbucios devem ser percebidos e respondidos, pois essa atitude irá refletir no comportamento da criança e do grupo, ou seja, a criança não se sentirá invisível aos olhos de quem cuida. Soares (2020), enfatizando a importância dos estudos de Pikler na educação de bebês e crianças pequenas, sugere que os bebês que ainda não se sentam, sejam alimentados no colo, em posição diagonal. Esse momento não pode ter interrupções, pois não se trata apenas do ato de alimentar, porque vínculos são estabelecidos.

Appell e David (2021) pontuam que os cuidados só devem ser interrompidos, considerando raras exceções. É fundamental que a professora termine o que se propôs a fazer

com o bebê (p. 66). As autoras ainda destacam que, durante a rotina de cuidados, as ações devem ser comunicadas aos bebês, pois a atitude de olho no olho trará segurança ao bebê. A atenção individualizada é imprescindível para o bom desenvolvimento. As interrupções durante o momento de alimentação devem ser evitadas, exceto em casos excepcionais, e é fundamental que a professora termine o que se propôs a fazer com eles.

Além disso, é importante que as ações de cuidado sejam comunicadas aos bebês de forma clara e efetiva, e que a professora mantenha o contato visual durante o processo de alimentação. Atenção individualizada é fundamental para o bom desenvolvimento deles, e é importante evitar dividir a atenção da professora com outros acontecimentos, durante o momento de alimentação.

Soares (2020) assinala não ser possível criar vínculos, se a professora alimentar vários bebês ou até mesmo, se ela precisa dividir a atenção com outros acontecimentos, no momento da alimentação. A Orientação Normativa de Educação Alimentar e Nutricional para Educação Infantil (2020) reforça os cuidados que os educadores/as precisam ter com os bebês nesses momentos. A orientação esclarece que:

Para bebês que ainda não tenham atingido o desenvolvimento postural necessário para se manterem sentados em equilíbrio estável por si só, a oferta de leite (preferencialmente materno) e introdução da alimentação (comida amassada, “papa”) **somente devem acontecer no colo** da(o) educadora(o). [...] (p. 14).

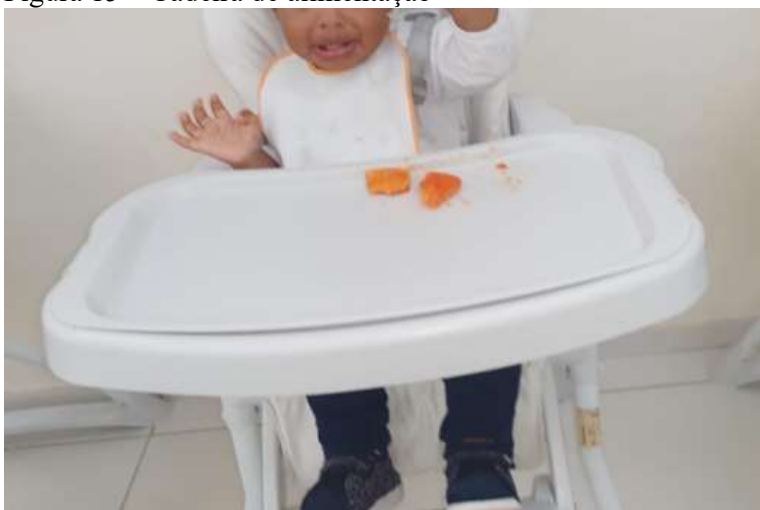
É importante atentar para alguns cuidados específicos durante o processo de alimentação dos bebês, para garantir a sua saúde e segurança. Alimentar o bebê em cadeiras que balançam ou em bebê conforto pode comprometer a mastigação e deglutição, o que pode aumentar o risco de engasgos (SÃO PAULO, 2019). Além disso, é importante evitar alimentar o bebê quando ele está chorando ou sonolento, pois isso também pode aumentar o risco de engasgos. É importante lembrar-se de seguir as recomendações de profissionais de saúde e de respeitar as necessidades e características individuais de cada bebê, durante o processo de alimentação.

5ª Semana – 28 de outubro 2021 – A cadeira de alimentação

As educadoras posicionam os bebês nos cadeirões e em seguida, o almoço é servido. O prato é preparado pela funcionária da cozinha, que faz o porcionamento, conforme orientação da prefeitura. Alguns bebês choram, aparentam irritação, mas aos poucos, as educadoras vão

alimentando todos, ao mesmo tempo. Mesmo chorando, o bebê é alimentado, até que em um determinado momento, adormece sentado no cadeirão. A rotina não pode ser interrompida, então as professoras continuam alimentando os outros bebês, até que todos terminem e sejam levados para a sala de referência, para higienização e sono.

Figura 15 – Cadeira de alimentação



Fonte: acervo da pesquisadora.

Durante a observação, notamos que cotidianamente, esse movimento se repete. Não existe muita interação entre os bebês e os adultos que deles cuidam. No entanto, é importante ser flexível e adaptar a rotina às necessidades individuais do bebê. Se ele estiver dormindo ou chorando, pode ser melhor adiar a alimentação, até que ele esteja pronto para se alimentar.

Guimarães (2011) aponta que a cadeira de alimentação pode ser um lugar passivo, monótono e bastante limitado, pois ao serem preenchidas, inicia-se um período de espera, sono e choro, até que chegue a sua vez de ser alimentado. Essa ação acaba se repetindo cotidianamente, tornando, em muitos casos, o momento da alimentação doloroso para o bebê. A autora ainda acrescenta: *Rapidez e pratos vazios marcam a eficácia da alimentação* (p. 154).

Posicionar os bebês em cadeirões e alimentá-los ao mesmo tempo pode comprometer o desenvolvimento da autonomia e a criação de vínculos afetivos, além de aumentar o risco de engasgos. Além disso, é importante levar em consideração as necessidades e características individuais de cada bebê, e evitar alimentá-los quando estão chorando ou irritados. É importante lembrar que o processo de alimentação deve ser prazeroso e acolhedor, e que é fundamental respeitar as necessidades e características individuais de cada um.

Observamos que os bebês não são estimulados a participarem das práticas alimentares. A participação deles nas práticas alimentares é importante para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis, a autonomia, além de estimular o seu paladar e o interesse por novos alimentos. Algumas maneiras de incluir os bebês nas práticas alimentares revelam-se em dar-lhes alimentos para segurar, experimentar e deixá-los ajudar no preparo de refeições.

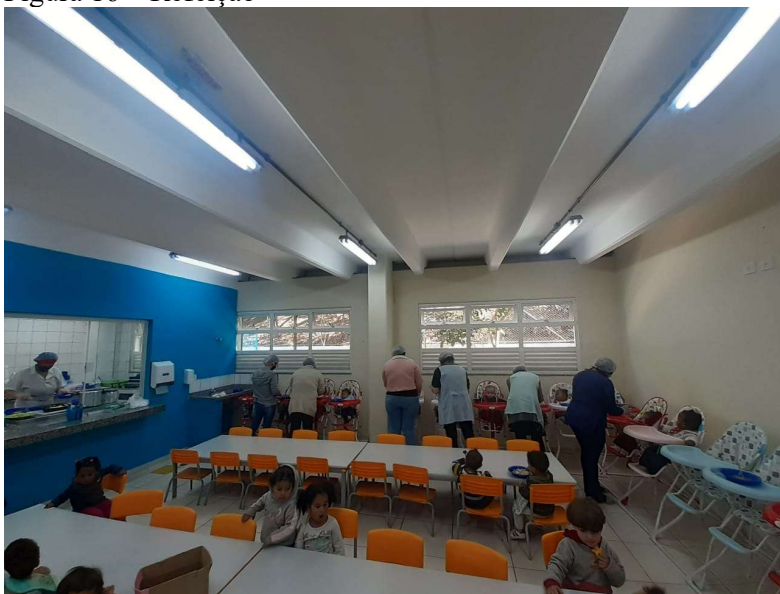
A falta de interação entre os bebês enquanto eles estão na cadeira de alimentação, especialmente se eles estiverem sendo alimentados de maneira rápida e sincronizada, com base em um cronograma, pode desencadear hábitos alimentares não saudáveis no futuro, como comer rápido e de forma isolada. Rodrigues (2019), em sua dissertação de mestrado, aponta que a organização das cadeiras de alimentação em semicírculo durante a alimentação é importante, para facilitar a interação entre as crianças e a professora. Isso permite que todos possam se ver e a educadora pode observar todas as crianças, o que ajuda na comunicação e na interação durante a alimentação, como a troca de olhares, sorrisos, brincadeiras e oferta de alimentos.

6ª Semana – 11 de novembro de 2021 – Proporção adulto-criança

Sentados no cadeirão, os bebês recebem a alimentação oferecida, conforme cardápio do dia. São poucos os diálogos entre as educadoras e os bebês. Nesse momento, as professoras precisam alimentar mais de um bebê por vez. Enquanto a educadora alimenta um bebê, outro coloca a mão na comida e leva à boca. Nesse vai e vem, alguns bebês choram, outros adormecessem.

Mas, a refeição ainda não está completa, falta a sobremesa, que é entregue aos bebês. Novamente, as professoras auxiliam aqueles que não conseguem comer sozinhos. O bebê que chora ou está adormecido nos cadeirões, também recebem a sobremesa e são estimulados a comer. Aos poucos, esse processo vai sendo encerrado: os bebês têm as suas mãos e a boca higienizados, para retornarem à sala referência.

Figura 16 – Refeição



Fonte: Acervo da pesquisadora

A cena descrita aponta para algumas questões importantes, que devem ser consideradas no processo de alimentação dos bebês. É importante lembrar que o processo de alimentação deve ser prazeroso e acolhedor, e que é fundamental respeitar as necessidades e características individuais de cada bebê. Alimentar mais de um bebê ao mesmo tempo pode ser desafiador, e pode ser necessário adaptar a forma de cuidar, para atender as necessidades de cada um, de forma mais efetiva.

É importante lembrar que a proporção adulto-criança é um fator importante para garantir o atendimento de qualidade aos bebês, e que deve ser considerada na organização do espaço e na distribuição das atividades. É fundamental garantir que haja tempo e atenção suficientes para que as crianças sejam atendidas de forma individualizada e personalizada.

Na figura 17, a seguir, veremos que os bebês aguardam para serem alimentados. A falta de profissionais pode comprometer a qualidade da alimentação deles. A atenção às necessidades individuais dos bebês é importante, para garantir um atendimento de qualidade. A alimentação é uma parte importante da vida social e deve ser compartilhada como uma prática diária nas refeições.

Ortiz e Carvalho (2012) destacam a importância de nos lembrarmos que quando falamos sobre um bebê, estamos falando também sobre a pessoa responsável por cuidar dele, pois um bebê não pode sobreviver sozinho. Portanto, é importante considerar que esse adulto é quem introduz o bebê ao mundo e suas possibilidades.

Figura 17 – Momento da espera



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Quadro 4 – Proporção adulto-criança

Agrupamento	Nascimento	Proporção Adulto/Criança
Berçário I	De 01/04/2021 a 31/12/2021 e 2022	7 bebês / 1 educador
Berçário II	De 01/04/2020 a 31/03/2021	9 bebês / 1 educador

Fonte: Instrução Normativa nº 43, de 08/11/2021/Quadro organizado pela pesquisadora.

Muitas vezes, as configurações para atender os bebês nos momentos de alimentação não são as mais adequadas. Segundo a Normativa de Alimentação (2020a, p. 52), os horários das refeições devem acontecer em horários socialmente estruturados. Nesse sentido, eles devem ser revistos, para melhor atender as necessidades individuais. Isso pode ocorrer, devido a uma falta de recursos, espaço limitado ou falta de planejamento adequado. A proporção de bebês por adultos é um fator importante a ser considerado, pois quanto maior for a proporção, menor será a capacidade dos adultos de fornecer interação e estímulos adequados para os bebês durante as refeições. Isso pode comprometer todo o processo de desenvolvimento e aprendizagem.

A configuração descrita pode dificultar o exercício de práticas pedagógicas em alimentação que visem à individualidade dos bebês e pode levar a uma rotina mecânica, que não leva em consideração as necessidades e características individuais dos bebês. As condições inadequadas podem contribuir, para que as professoras não sejam capazes de alimentar os bebês de maneira mais individualizada. Como mencionado anteriormente, a proporção de bebês para adultos é importante, e se houver muitos bebês e poucos adultos, pode ser difícil para as professoras prestar atenção a cada bebê, individualmente.

Existem várias situações que precisam ser abordadas no processo de alimentação de bebês, como a transição da sala de referência para o refeitório, o momento da mamadeira, a oferta de água, a limpeza da sala, todas essas ações impactam o exercício das práticas.

7ª Semana – 18 de novembro de 2021 – O almoço

Ao chegarem ao refeitório, os bebês são colocados no cadeirão pelas educadoras, sem muito diálogo. Logo, são acomodados, cada qual no seu devido lugar, pois as professoras traçam estratégias para assim, ajudar na alimentação, conforme maior necessidade. Quem prepara o prato é a auxiliar de cozinha, que fica dentro do lactário. A alimentação é porcionada nos pratos de plásticos dentro desse ambiente, depois são colocados na bancada que dá acesso ao lactário, juntamente com os talheres de alumínio. As educadoras colocam cada prato no cadeirão.

Não há muita interação entre as pessoas que ali circulam, as conversas mais frequentes fazem relação com a saúde do bebê ou são frases estereotipadas, como: “tem que comer para ficar forte e bonito”; “comer tudinho, para não ficar doente”, em meio a elas, uma professora canta... “vou comer, vou comer, para ficar fortinho e crescer (...)”. Em seguida, a refeição é servida e as freses de incentivo continuam. O bebê que já consegue manipular a colher, começa a se alimentar sozinho, aquele que ainda não consegue, é alimentado pela educadora, que faz isso com mais de um bebê, ao mesmo tempo.

A Orientação Normativa para Educação Alimentar e Nutricional (2020) enfatiza a responsabilidades dos/as professores/as durante as refeições e orienta que eles deem suporte para que os bebês e as crianças tenham uma experiência positiva e nutritiva. O diálogo verbal e corporal da(o) educadora(or) é muito importante, em todos os momentos (p, 12). O documento acrescenta:

Enfatizar o valor nutricional e o benefício à saúde não fará a criança comer. No incentivo ao consumo dos alimentos, é preciso valorizar os aspectos sensoriais e do prazer de comer, como: “Está uma delícia!”, “Que gostoso!”, “Precisam experimentar, nem que seja só um pouquinho!”, “Olhem que linda esta salada!”, “Que cheirinho bom!”, “Eu adoro comer este alimento desde que eu era do seu tamanho!” etc. (SÃO PAULO, 2020, p. 12-13).

Frases estereotipadas como a que foi mencionada, não são indicadas para o incentivo ao consumo dos alimentos durante a refeição. As atitudes e falas dos adultos que apoiam as crianças nos momentos de alimentação devem ser objeto de formação, para que sejam evitadas falas estereotipadas e pressões indesejadas. Os bebês e crianças são altamente sensíveis ao ambiente e às atitudes dos adultos ao seu redor, e é importante que eles promovam ambientes

de refeição tranquilos e positivos e que respeitem as preferências e necessidades alimentares das crianças, para promover uma alimentação saudável e positiva (SÃO PAULO, 2020).

Figura 18 – O almoço



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Para Lima, Neto e Farias (2015), a comida é um alimento transformado pelas representações sociais e culturais e o ato de comer é uma atividade que proporciona relação de intimidade com o ser humano, o que caracteriza a comida como uma forma de expressão cultural, que transmite informações sobre a identidade de uma pessoa, grupo ou sociedade. Assim, as relações que se estabelecem durante o almoço ou outro momento de alimentação são significativos, pois influenciam as representações sociais e culturais que os bebês irão construir ao longo da vida. Compartilhar uma refeição pode ser um momento de conexão social e de construção de relacionamentos, não apenas um momento para nutrir o corpo, como observado durante a rotina.

Figura 19 – Bebê sendo auxiliado pela professora



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Logo quando a comida é servida, as professoras a distribuem rapidamente e iniciam a ajuda coletiva nesse processo. Entendemos por ajuda coletiva, uma única educadora auxiliar mais de dois bebês por vez, nesse processo. Os momentos destinados à refeição são excelentes para construir relacionamentos e fortalecer laços sociais. É um momento que precisa ser tranquilo e bem-organizado, sem pressa e tumulto. Um ambiente que permita que a prática da comensalidade ocorra de forma agradável.

Cavallini e Tedeschi (2015) argumentam que as situações educativas relacionadas à alimentação devem ser interessantes e atraentes, incluindo detalhes como a apresentação do alimento, a organização da mesa e a escolha dos talheres. É importante que todos esses aspectos sejam cuidadosamente planejados, para criar uma experiência educativa significativa. Os gestos, olhares e o contato físico (como o colo) fazem parte das práticas pedagógicas que envolvem a alimentação. Os dados produzidos referentes às observações e ações desenvolvidas pelas professoras abrangem as três categorias levantadas nessa dissertação. Elas estão inter-relacionadas e evidenciam que as ações envolvidas na alimentação estão pautadas no cuidar.

Na *categoria alimentação e saúde*, os dados produzidos revelam que é comum as professoras se preocuparem com a saúde e o bem-estar dos bebês em seu cuidado, especialmente quando as crianças apresentam sinais de doença ou desconforto. De acordo com o relato das professoras no diário de bordo, “o processo de acolhimento ocorreu com muitas trocas e choros”. A fragilidade dos bebês indica especial atenção que as professoras dão à saúde, pois os bebês ainda estão desenvolvendo seu sistema imunológico.

Por isso, as professoras estão sempre atentas a sinais como diarreia, febre ou choro excessivo, e adotam medidas para garantir que os bebês recebam os cuidados de saúde necessários, comunicando à gestão, às famílias e anotando no diário de bordo. As professoras também se preocupam quando as crianças rejeitam a refeição, pois, segundo elas, isso pode indicar que algo está afetando a saúde do bebê. Entretanto, é importante encontrar um equilíbrio entre cuidado com a saúde e oportunidades de aprendizado. Isso significa que, medidas para garantir a saúde e bem-estar devem ser prioridade, mas também é importante estar aberta às oportunidades de aprendizado e crescimento que esses momentos podem proporcionar.

Montanari (2008) também expõe a importância da alimentação para se ter boa saúde, apontando que o uso do fogo na cozinha possui vários benefícios. Segundo o autor, o cozimento melhora o sabor dos alimentos, além disso, o fogo pode ajudar a matar bactérias e outros micro-organismos nocivos nos alimentos, tornando-os mais seguros para o consumo. O autor complementa que a junção entre cozinha e alimentação também faz parte da cultura alimentar humana. A cozinha e a dietética continuam a evoluir juntas, com a ciência da nutrição fornecendo informações sobre os nutrientes dos alimentos e como eles afetam a saúde, enquanto a cozinha cria maneiras de prepará-los de maneira deliciosa e saudável.

A aprendizagem sobre alimentos está fortemente ligada à cultura. Aprendemos sobre os diferentes tipos de alimentos, como eles são produzidos, preparados e consumidos através de nossas tradições culinárias, crenças e histórias. Além disso, a aprendizagem sobre alimentos também pode incluir práticas culinárias, normas sociais relacionadas à comida e suas implicações na saúde e bem-estar (MONTANARI, 2008).

Na categoria *Educação alimentar e prática pedagógica*, os dados produzidos nas observações apontam que as ações voltadas para EAN ocorrem de forma superficial.

Observamos que o tempo destinado à alimentação e a proporção adulto-criança afetam a promoção de práticas pedagógicas EAN. Os bebês são envolvidos em uma rotina institucional nos momentos de alimentação, que pode tornar-se uma fonte de estresse, em vez de prazer. De acordo com os estudos da pediatra Emmi Pikler, a relação entre adultos e crianças é crucial para o desenvolvimento saudável da criança. Além da alimentação e higiene, o vínculo afetivo, a confiança e o apoio emocional são fundamentais para a formação dos pequenos. A pediatra defende a importância da autonomia da criança e incentiva a construção de relações harmoniosas entre cuidador e criança, que permitam o desenvolvimento saudável e pleno dela. (SOARES, 2020).

Goldschmied e Jackson (2006) assinalam outro pondo que pode impactar a fluência das práticas pedagógicas: a falta de um colaborador ao trabalho. Isso pode afetar negativamente a dinâmica do ambiente e interferir nas práticas pedagógicas, incluindo os momentos de refeições, o que gera uma sobrecarga de trabalho para os colaboradores restantes e aumenta a espera dos bebês nos momentos das refeições, mais um desafio que precisa ser vencido no cotidiano. As autoras acrescentam que quando há muitos bebês para serem alimentados ao mesmo tempo, pode ser um desafio para as educadoras equilibrar os ritmos corporais e atender as necessidades de todos.

Observamos que, com frequência, as ações de cuidados são interrompidas, devido à proporção adulto-bebê. Falk (2021) expõe que a relações de vínculo estável e contínuo com um pequeno número de pessoas e uma relação próxima com um adulto são consideradas condições importantes para a saúde mental e o sucesso na socialização primária durante a primeira infância. Portanto, é importante que as professoras trabalhem de forma estratégica, para estabelecer estes vínculos e proporcionar um atendimento individualizado sem interrupções, sempre que possível.

Observamos também que a cadeira de alimentação, muitas vezes, torna-se barreira na construção de laços afetivos entre os bebês e adultos. Isso ocorre porque ela é vista como o local onde se come e raras vezes, como espaço para outras atividades (GUIMARÃES, 2011). Ressignificar os objetos e os espaços são vital, para a promoção de práticas pedagógicas em educação alimentar e nutricional potentes.

O refeitório é visto como um local apenas para alimentação, mas pode ser aproveitado como um ambiente de aprendizado e interação para os bebês e professores, onde múltiplas possibilidades e experiências de interação tornam o ambiente mais rico e estimulante, para o desenvolvimento delas. A interação entre professores e bebês durante a refeição constitui oportunidade para desenvolver habilidades sociais, emocionais e linguísticas.

A apresentação estética do prato e do espaço durante a refeição podem ter um impacto positivo no ambiente de aprendizado e interação dos bebês. Elas podem estimular os sentidos, aumentar a curiosidade e o interesse na refeição e, conseqüentemente, melhorar a experiência de alimentação. Além disso, a atenção à apresentação estética pode refletir o cuidado e o respeito pela comida e pelo ambiente, transmitindo valores importantes para os bebês. Nesse sentido, Cavallinni e Tedeschi (2005, p. 23) expõem:

O cuidado pelas degustações, pela boa e bonita composição do prato, pela estética da apresentação da mesa, o prazer de poder compartilhar o almoço com os amigos, a oportunidade de conhecer a cozinha como laboratório polissensorial são estratégias importantes para criar uma valorização do grupo e um acolhimento com relação a todos.

Entendemos que seja possível pensar em ações que aproximem os bebês de vivências significativas em relação à alimentação, valorizando o ato de comer junto, a comensalidade, e assim, dividir sabores, saberes e ideias, pois o ato de comer vai muito além da necessidade biológica e nutricional, é também viver emoções.

Já na *categoria desconhecimento das leis e diretrizes da alimentação escolar para educação infantil*, os dados produzidos por meio da observação apontam que os cuidados com os bebês precisam ser continuamente revisados e atualizados, para evitarmos equívocos em relação à forma como os cuidados são direcionados, adaptando-os às necessidades individuais dos bebês.

Observamos que os bebês são alimentados quando estão chorando ou sonolentos. Os riscos de alimentá-los nessas situações incluem a possibilidade de engasgo, dificuldade para digerir o alimento adequadamente e a interrupção do sono, além de não evidenciar a prática de cuidado, que atenda às necessidades individuais. É importante estabelecer uma rotina regular de alimentação, para garantir a saúde e o bem-estar do bebê. A alimentação é também uma prática social, não apenas como uma necessidade fisiológica, através dela, o bebê aprende a reconhecer quando está saciado e a associar a alimentação a momentos agradáveis e tranquilos, em companhia de seus pares.

Também observamos que durante a rotina, as atividades planejadas são esporádicas. Não observamos a continuidade de ações que envolvam a alimentação como prática social. A continuidade dessas ações pode ajudar a estabelecer hábitos alimentares saudáveis e a criar uma associação positiva com a alimentação. Além disso, uma rotina consistente pode ajudar a minimizar o estresse e a fadiga das professoras.

É importante que a formação inicial e continuada dos professores reforce informações sobre as leis e diretrizes da alimentação escolar para educação infantil, incluindo o enfoque cultural da alimentação. Isso permite que os professores tenham uma compreensão mais completa do assunto e sejam capazes de implementar práticas alimentares saudáveis e sociais, de forma mais eficaz. Além disso, é importante que haja uma comunicação eficiente entre os

professores, os pais e os profissionais de saúde, para garantir que as necessidades individuais das crianças sejam atendidas.

4.7 A alimentação dos bebês na perspectiva das professoras

Na *categoria alimentação e saúde*, discorremos sobre as principais inquietações das professoras, em relação a esse binômio. Durante as entrevistas com elas, o objetivo foi identificar o conhecimento que tinham sobre alimentação infantil. Observou-se que o tema nutrição ainda é visto como uma ação voltada principalmente para o cuidado e que tem forte vínculo com a saúde.

P1: Alimentação é da extrema importância, porque é nessa fase inicial da vida do bebê que a alimentação vai definir saúde dele. É importante também porque os bebês ficam período integral aqui no CEMEI, por isso é importante a alimentação para nutrir o corpo e para aprendizagem.

P2: A alimentação é importante para saúde e bem-estar, muitos só se alimentam bem na escola. Por isso nos preocupamos em cuidar dos bebês e alimentá-los nos horários certos.

P3: Eles chegam muito novinhos no CEMEI, por isso é importante para a saúde e desenvolvimento do bebê uma alimentação nutritiva, para que ele fique bem durante a rotina. O bebê bem alimentado vai se adaptar melhor ao longo período que fica na creche. (Entrevistas realizadas em abril/2022).

As três professoras concordam com o fato de que a alimentação é vital para saúde, e que o crescimento adequado dos bebês se dará por meio da alimentação saudável. A professora P2 ainda acrescenta que a saúde e o bem-estar estão atrelados a uma alimentação compatível com a necessidade nutricional nessa etapa da vida. A alimentação é um aspecto fundamental para o desenvolvimento saudável dos bebês e é importante garantir que eles tenham acesso a uma alimentação equilibrada e nutritiva. Alimentar os bebês durante o período integral na escola é uma responsabilidade, sendo fundamental garantir que tenham acesso a refeições que atendam às suas necessidades nutricionais e que sejam prazerosas e acolhedoras.

O Currículo da Cidade - Educação Infantil (2019) pontua que para o bebê ter boa saúde, não basta apenas alimentá-lo bem, é necessário, no entanto proporcionar atividades que estimulem o corpo, conforme citação:

Não é saudável que a criança fique sentada por longos períodos e nem apenas observando. O corpo ativo que anda, corre, pula, sobe e desce, escorrega, pega e solta, puxa e empurra, experimenta texturas, pesos, tamanhos, cores, formas e funções dos objetos e se conhece nesse processo de exploração do mundo é garantia de saúde para bebês e crianças. (p. 102).

Os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (2016) orientam as Unidades Educacionais a pensarem de forma ampla e profunda a dimensão da promoção da saúde e do bem-estar, deixando em evidência as experiências de ser cuidado, cuidar de si, do outro e do mundo, na perspectiva da responsabilidade, autonomia pessoal e coletiva. É evidente que a ação de cuidar não está restrita apenas à saúde, mas é complementada por ações que envolvam a saúde afetiva e intelectual.

O documento ressalta:

A saúde e o bem-estar dependem tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva, e dos cuidados fisiológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos envolvendo oportunidades de apropriação e recriações da cultura (p. 53).

Ortiz e Carvalho (2012) afirmam que, durante o século XX, a concepção higienista defendia que os cuidados com os bebês deveriam ser realizados exclusivamente por profissionais da área da saúde. Isso significa que tais cuidados eram vistos principalmente como uma questão de saúde, e não como um aspecto fundamental para o seu desenvolvimento em todas as dimensões. No entanto, atualmente, há uma compreensão mais ampla dos cuidados com os bebês, que leva em consideração não apenas aspectos relacionados à saúde, mas também ao seu desenvolvimento social, afetivo e intelectual. Isso implica que os cuidados devem ser realizados de forma mais abrangente e com o objetivo de promover o seu bem-estar, em todas as dimensões.

Ao contrário da visão assistencialista da educação, que enfatiza principalmente a necessidade de cuidados de saúde para os bebês e crianças pequenas que passam longos períodos em instituições de educação infantil, é importante considerar que o cuidado com essas crianças vai além de aspectos meramente assistenciais.

Segundo Leite (2020), a tradição assistencialista na educação infantil ainda é muito frequente. Para se mudar essa visão, é importante haver reflexão, discussão e ação política, para

melhorar a formação docente e garantir práticas de cuidado e educação integradas. Além disso, a rotina alimentar dos bebês, segundo a autora, inclui uma série de rituais complexos, que podem suscitar novas descobertas.

É fundamental que os/as professores/as tenham atenção, zelo, responsabilidade e envolvimento afetivo em suas ações, compreendendo que o cuidado está intrinsecamente presente em tudo o que fazem. Isso significa que os cuidados com os bebês e crianças pequenas em instituições de educação infantil devem abranger não apenas aspectos relacionados à saúde, mas também ao seu desenvolvimento social, afetivo e intelectual (BOFF, 2005).

Segundo Oliveira et al (2012), o desenvolvimento de uma criança deve ser acompanhado por professores/as e outros profissionais de educação, como gestores. Isso poderá ajudar a identificar distúrbios alimentares, alergias, sobrepeso ou problemas de comportamento, que possam afetar o desenvolvimento do bebê. Daí a importância da estreita comunicação com os pais e outros profissionais de saúde, para garantir que a criança receba o melhor suporte possível.

Para auxiliar as professoras, Oliveira et al (2012) assinalam a importância da ficha de saúde, a qual deve ser preenchida elencando o máximo possível de dados, incluindo informações sobre vacinações, alergias, condições médicas preexistentes, histórico de saúde familiar e qualquer outra informação relevante, que deve ser atualizada regularmente, para garantir que os professores estejam cientes das mudanças em relação à saúde da criança. Cuidar e educar, presentes em uma única ação. Por isso que os atos de cuidados isolados não são suficientes para o pleno desenvolvimento dos bebês. Nesse sentido, reforçamos que as práticas pedagógicas dos profissionais que cuidam e educam bebês e crianças pequenas devem estar interligadas e orientadas por uma visão ampla e holística do desenvolvimento dessas crianças.

Cuidar e educar são ações que se complementam e se reforçam mutuamente e por isso, é importante que os profissionais que atuam com essas crianças entendam a interdependência e busquem promover o desenvolvimento delas de forma integrada e equilibrada. Isso inclui não apenas atender as necessidades de cuidado físico e de saúde, mas também promover o desenvolvimento social, afetivo e intelectual delas, por meio de atividades lúdicas, de brincadeiras e de experiências que estimulem o seu aprendizado e a sua criatividade.

Alimentamo-nos também de cultura e, nesse sentido, ao pensar na alimentação, no ambiente escolar, precisamos considerar a cultura a qual o bebê e sua família pertencem. É importante levar em conta suas tradições, hábitos e preferências alimentares, tentando inclui-

los nas refeições escolares. Isso pode contribuir para uma melhor aceitação, compreensão e engajamento das crianças em relação ao alimento e na promoção de hábitos alimentares saudáveis, que poderão perpetuar por toda a vida.

Para aprofundar a discussão, perguntamos às professoras sobre qual o objetivo da nutrição como prática cultural. As participantes foram incentivadas a suscitar uma variedade de perspectivas sobre o papel que a comida desempenha na formação e expressão da identidade cultural, bem como a importância de preservar e transmitir as tradições alimentares culturais no ambiente escolar.

P1: A alimentação como prática social, eu entendo que seja uma alimentação voltada para os costumes da sociedade que vivemos. Tem a ver com nossas tradições, festas, comemorações, hábitos. É como aprendemos com nossos pais, avós e família.

P2: Os bebês ficam período integral, por isso é importante a alimentação para nutrir o corpo e para aprendizagem. Acredito que isso esteja atrelado a prática social da alimentação. Uma alimentação que seja agradável e boa.

P3: Eu entendo que a alimentação também é cultural por fazer parte das nossas raízes. Muitas coisas que comemos aprendemos com nossos pais, com nossa família. Se torta uma espécie de tradição. Por isso é importante e tem a ver com nossos costumes, Costumes que herdamos dos nossos pais.

(Entrevistas realizadas em abril/2022).

As três professoras afirmam que a alimentação é um ato social, pois está ligada às nossas raízes e é construída na família. É uma parte importante da cultura e das tradições de uma comunidade, e suas práticas são transmitidas de geração para geração. Além disso, as relações sociais são frequentemente estabelecidas e fortalecidas por meio da partilha de alimentos.

Barbosa (2010, p. 12) expõe em seu texto “Especificidades da ação pedagógica com os bebês”, que:

A alimentação é uma prática cultural repleta de simbolismo. A escolha dos alimentos, a forma como se organizam as cadeiras, o lugar onde se come — sala ou refeitório —, os instrumentos que se usam para comer, tudo isso diz respeito à formação cultural e social. Também o modo como se inicia e finaliza a alimentação faz parte de um ritual, um ritual que não é igual ao doméstico e que, na escola, pode ser construído com a participação das crianças e transmitido aos bebês.

Sendo assim, é satisfatório que as práticas alimentares estejam pautadas em princípios que garantam experiências educativas sólidas durante a permanência do bebê na unidade educacional, pois a escolha alimentar do que comer, como comer e com quem comer é

totalmente mediada pela cultura e pelas normas e convenções de cada sociedade. E é na escola que essa relação se fortalece. Nas escolas, bebês e adultos têm a oportunidade de compartilhar experiências. Quanto a isso, Montanari (2008, p. 12) pontua:

Comida é cultura quando preparada, porque, uma vez adquiridos os produtos-base da sua alimentação, o homem os transforma mediante o uso do fogo e de uma elaborada tecnologia que se exprime nas práticas de cozinha. Comida é cultura quando consumida, porque embora o homem podendo comer de tudo, ou talvez justamente por isso, na verdade não come qualquer coisa, mas escolhe a própria comida, com critérios ligados tanto às dimensões econômicas e nutricionais do gesto quanto aos valores simbólicos de que a própria comida se reveste. Por meio de tais percursos, a comida se apresenta como elemento decisivo da identidade humana e como um dos mais eficazes instrumentos para comunicá-la.

O alimento é visto como um aspecto central e carregado de significado simbólico da existência humana, e sua produção, preparação e consumo têm uma dimensão cultural e contribui para a definição de identidade. A cultura está dentro de nós, pois nunca estamos sozinhos, então sempre estamos comendo, interagindo e aprendendo com o outro.

Nesse sentido, o Marco de EAN, destaca:

O ato de comer, além de satisfazer às necessidades biológicas, é também fonte de prazer, de socialização e de expressão cultural. As características dos modos de vida contemporâneos influenciam, significativamente, o comportamento alimentar, com oferta ampla de opções de alimentos e preparações alimentares, além do apelo midiático, da influência do marketing e da tecnologia de alimentos. (BRASIL, 2012, p. 14).

Portanto, a alimentação é uma necessidade básica para a sobrevivência humana, que é influenciada por aspectos culturais e sociais. Isso inclui as escolhas alimentares, as tradições culinárias, as práticas de refeição e as relações sociais, que se desenvolvem em torno da comida (MACIEL, 2005).

Na *categoria educação alimentar, nutricional e prática pedagógica*, as questões norteadoras identificam que a alimentação fornecida no CEMEI atende as necessidades nutricionais para a promoção de hábitos alimentares saudáveis, porém a prática pedagógica para promoção de uma educação alimentar e nutricional não ocorre de forma planejada, ficando evidente que as ações em relação à alimentação estão pautadas somente no ato de cuidar.

Perguntamos as participantes da pesquisa como elas definiam a prática pedagógica em educação alimentar e nutricional com os bebês. As narrativas dos professores destacaram que a abordagem da nutrição ainda enfoca, principalmente, o cuidado e a manutenção da saúde, e não o aspecto cultural da alimentação e sua importância para o desenvolvimento social dos bebês. Evidenciou-se também a falta de estratégias pedagógicas ou de recursos para trabalhar com essa temática, de forma a equilibrar as ações de cuidado e educação.

P1: Para mim, prática pedagógica é cuidar do bebê, alimentando, higienizando, colocando para dormir e fazendo atividades com eles utilizando alimentos e outros materiais.

P2: Prática pedagógica em alimentação é alimentar o bebê com comida saudável nos horários certos.

P3: Na minha prática em cuido para que o bebê seja alimentado corretamente.
(Entrevistas realizadas em abril/2022).

A prática pedagógica não se limita somente a as atividades que apresentamos no item “observação da pesquisadora”, ela também inclui a observação dos bebês, acompanhamento de suas necessidades, desenvolvimento e planejamento de atividades que possam estimular o seu desenvolvimento. A comunicação e a construção de vínculos afetuosos também são fundamentais na prática pedagógica com bebês.

Boog (2013, p.32) define educação alimentar e educação nutricional como:

[...] conceituamos educação alimentar como a transmissão espontânea da cultura alimentar na sociedade, e educação nutricional como um conjunto de estratégias sistematizadas, a partir de várias campos do conhecimento científico, para impulsionar a cultura, a valorização, o direito à alimentação, reconhecendo a necessidade de respeitar, mas também de modificar conhecimentos, atitudes, valores, representações, práticas e relações sociais que se estabeleçam entorno da alimentação, visando o bem-estar e ao acesso econômico e social a uma alimentação quantitativa e qualitativamente adequada, que entenda aos propósitos de promoção e recuperação da saúde, prazer, sustentabilidade e convívio social pra todos os cidadãos.

A autora enfatiza a união entre educação alimentar e nutricional como fundamental, argumentando que a interação entre professores e estudantes pode levar a mudanças positivas na percepção e prática da alimentação.

Para Oliveira et al (2012) é importante que a rotina pedagógica compreenda ações de cuidado e educação de forma integrada. Isso significa que as ações de cuidado, tais como alimentação, higiene e sono, devem ser entendidas como parte integrante da educação dos bebês, e não como tarefas separadas ou secundárias, pois são ações fundamentais para o desenvolvimento físico e emocional dos bebês e, portanto, devem ser consideradas como parte da rotina pedagógica.

Nos processos de formação dos professores de educação infantil, o conhecimento sobre saúde precisa ser problematizado e ampliado para ultrapassar concepções restritas aos aspectos biológicos da nutrição e da higiene que, embora precisem ser considerados no cuidado infantil em ambiente coletivo, são insuficientes para dar conta da complexidade da promoção do crescimento e desenvolvimento humano saudável (OLIVEIRA et al, 2012, p. 356).

Isso significa que o ambiente educativo desempenha um papel importante na integração das experiências infantis e os professores/as são modelos e, por isso mesmo, é tão importante explicar às crianças a intenção que está por trás de cada atitude (OLIVEIRA et al, 2012, p. 51). O Currículo da Cidade Educação Infantil (2019) destaca que os momentos de cuidado, como higiene, alimentação e descanso, são essenciais para a educação e devem ser realizados com tempo suficiente, para garantir uma prática coerente. O documento complementa reforçando que *não é necessário que todos os bebês e crianças façam as mesmas atividades ao mesmo tempo* (p. 114), mas ressalta que os bebês devem se movimentar constantemente, em busca de novas descobertas.

Desse modo, as participantes expõem que as alternativas oferecidas para que as práticas alimentares atendam às necessidades dos bebês, considerando seus desejos, preferências e cultura alimentar, com o objetivo de oportunizar novas descobertas e curiosidades, nem sempre podem ser realizadas. Elas apontam que não possuem autonomia para realizar grandes mudanças na forma como os bebês são alimentados.

P1: A gente só mudou o tamanho da colher que antes era grande para todo mundo. Não podemos mudar a alimentação, somente se o bebê tiver restrição médica ou por motivos religiosos. O cardápio também não muda muito, por exemplo, toda segunda é ovo e toda sexta é peixe.

P2: Não é considerado o paladar, a refeição é a mesma para todos, exceto os que tem alguma restrição comprovada. O que fazemos é colocar um pouquinho mais de caldo *na comida*. Eu não misturo comida do bebê, eu vejo,

se ele não gosta só uma coisa, aí depois eu dou cada coisinha, separada. Depois eu tento misturar alguma coisa, porque às vezes ele não gosta de uma coisa e por causa daquele alimento ele não come toda comida.

P3: Não podemos mudar nada na refeição. Todos os alimentos são oferecidos, mas algumas crianças, as vezes rejeitam.

(Entrevistas realizadas em abril/2022).

A fala da P1 sugere a necessidade de se ter um cuidado maior em relação aos objetos utilizados com os bebês. Já as professoras P2 e P3 relatam que é difícil mudar o cardápio, mesmo que ele não esteja contribuindo para o desenvolvimento do paladar dos bebês, indicando que a mudança de valores e conhecimentos sobre alimentação não está sendo implementada na prática diária da unidade pesquisada e que as regras alimentares ainda são um desafio para serem reinterpretadas.

A questão acima abriu caminho para uma discussão mais aprofundada sobre o conceito de alimentação expresso no PPP e quais práticas alimentares se articulam no cotidiano. Tal discussão é vital para se entender qual o papel das professoras nas práticas EAN. Faz-se necessário ouvi-las, uma vez que elas são as responsáveis diretas em servir e acompanhar todo o processo alimentar do bebê. Novamente, retomamos aqui as contribuições da abordagem Pikler e das autoras Cavallini e Tedeschi (2015), as quais apresentam as delicadezas que os cuidados e educação proporcionam, quando são realizadas de forma humanizada e dentro de um contexto que privilegia a autonomia, as interações e a valorização da cultura das famílias.

Entendemos que existe um longo percurso para que as ações em EAN sejam de fato implementado na prática, por isso deve-se iniciar com pequenas ações que primeiramente são possíveis de serem realizadas no cotidiano, com propostas de alimentação mais amplas e inclusivas, como aquelas que são apresentadas pelas autoras Cavallini e Tedeschi (2015).

O Currículo de São Paulo Educação Infantil (2019) enfatiza que a prática pedagógica deve ser de qualidade, para garantir a igualdade na diversidade e respeitar o direito de aprendizagem na individualidade de cada bebê. Nesse sentido, uma prática pedagógica integradora parte da escuta, da observação, da conversa, numa atitude de respeito, dignidade e acolhimento.

Assim, quando as participantes da pesquisa expressam desconhecer quais ações estão previstas no PPP em relação à alimentação, evidenciam a urgente e necessária reformulação de ações formativas que preencham tais lacunas.

P1: Não sei o que o PPP fala sobre alimentação. Fala sobre os eixos, a parte indígena, sobre o brincar, mas não me recordo se fala especificamente sobre alimentação.

P2: O PPP está sendo estruturado agora, como é feito todo início de ano. Por enquanto não chegou neste item. Falaram dos eixos, projetos, inclusão, espaços, territórios, brincar, mas esse item da alimentação não sei.

P3: Ainda não tive acesso ao PPP, iniciei na unidade faz pouco tempo.

(Entrevistas realizadas em abril/2022).

Das três professoras participantes da pesquisa, apenas uma era professora no CEMEI, no ano anterior. Isso evidencia que rotatividade de profissionais dificulta a consolidações de práticas pedagógicas em educação alimentar e nutricional que considere os aspectos sociais da alimentação, revelando a falta de integração entre o PPP e as práticas diárias na escola. Sendo necessário que haja mais recursos e formação permanente, para implementar a educação alimentar de forma sensível, o que fica explícito na fala da P3, que diz não ter tido contato com o documento ainda.

Em relação ao desconhecimento das professoras pesquisadas sobre as ações contidas no PPP, o Currículo da Cidade Educação Infantil (2019) deixa evidente a necessidade de se realizar a leitura e a análise dos documentos nacionais e municipais no início do trabalho pedagógico da instituição, pois essa ação oferece condições para uma proposição curricular efetivamente local e contextual. O documento ainda sinaliza que essa leitura e análise não deve ocorrer de forma isolada, mas sim participativa, a partir de uma metodologia que envolve a comunidade escolar — profissionais, famílias/responsáveis, bebês e crianças, com o objetivo de tomar decisões relativas ao seu próprio currículo, respeitando as singularidades dos territórios e dos bebês e crianças (p. 195-196).

As professoras entrevistadas expõem que a organização do tempo da alimentação corresponde a um cronograma que é elaborado no início do ano, a fim de organizar toda a rotina da escola.

P1: Os horários das refeições são fixos. Tem uma rotina que devemos seguir. As frutas e o leite são servidos na sala. Eles chegam de manhã e tomam o leitinho (fórmula 1 ou 2), a colação pode ser servida na sala ou em outro espaço que os bebês estejam, como solário, por exemplo. Aqui na sala separamos esse espacinho só para alimentação. Aí quando chega a o alimenta todos os bebês são colocados ali. Com o passar do tempo quando chega o leitinho todo mundo tem que saber que ali é o espaço para tomar. Colocamos um apoio para os bebês memores, aí damos mamadeira para eles. Só que a maioria não toma, muitos já chegam cheinhos de casa. Outros ainda mamam

no peito. A fruta a gente amassa ou dá raspadinha estão na fase comer a maçã e cuspir. A banana eles comem muito bem, mas a gente ainda pega pedacinho de banana para dar uma boquinha deles, sem amassar. Eles estão querendo experimentar e querem amassar toda a banana, a gente não tem um espaço para deixá-los fazerem isso. Se começarem a amassar a banana aqui a gente não consegue limpar depois. A limpeza da sala só ocorre após todo período da alimentação. Se a gente deixar cada um bebê amassar sua banana vai acabar com todas as roupas deles e a nossa também.

P2: Os horários das refeições seguem o cronograma que a coordenação entrega no início do ano. Na sala é servido o café da manhã, colação e lanche. O almoço e o jantar levamos os bebês para o refeitório. Durante o dia a água fica disponível na sala mesmo. Separamos um espaço, pois se a sala toda ficar suja depois da refeição não tem onde deixar os bebês.

P3: O almoço e o jantar os bebês realizam no refeitório, o café da manhã, a colação e o leitinho da tarde são feitos na sala, neste espaço que reservamos para isso. As vezes a colação acontece no solário, pois coincide com o horário do solzinho deles.

(Entrevistas realizadas em abril/2022).

Os espaços onde as refeições acontecem também são predeterminados. As professoras ressaltam que organizaram um espaço na sala de aula como referência, para que a alimentação seja feita sem comprometer todo o espaço, pois segundo P1, a limpeza só ocorre após todo o período de alimentação. Isso mostra a importância de ter áreas designadas para alimentação e a necessidade de limpeza e organização adequadas, a fim de manter um ambiente higiênico para os bebês.

Observamos no PPP que o CEMEI conta com apenas três funcionárias para realizar a limpeza de todos os espaços. Tratamos nessa dissertação de que a proporção bebê-adulto é um dificultador na promoção de práticas humanizadas no atendimento dos bebês. Outro fator que devemos levar em consideração é a proporção de funcionários, tanto da cozinha como da limpeza, na garantia de espaços acolhedores e higienizados.

Quanto a isso, a Orientação Normativa (2020, p. 48) pontua:

O ambiente precisa ser seguro, agregador e convidativo para que bebês e crianças possam desfrutar da alimentação de forma prazerosa, tranquila e agradável, com a devida atenção à ambiência (luminosidade, temperatura, ventilação, acústica e estética), ao fluxo de crianças e adultos e condições adequadas de limpeza

Horn (2004, p. 37), compactuando com as ideias de Madalena Freire, exprime que o espaço é o retrato da relação pedagógica. Nele, as relações vão se construindo. Da mesma

forma que o espaço não é neutro, as materialidades também não é. (HORN, 2004). A professora P2 apresenta, em sua narrativa, que são disponibilizadas aos bebês materiais plásticos, evidenciando que existe grande necessidade de se rever os modelos padronizados de atividades, em busca de uma prática pedagógica realmente potente.

P2: Nas atividades utilizamos imagens de alimentos, músicas e objeto. Eles são muito pequenos, levam tudo na boca. Depois fica tudo com marquinha de dente deles.

(Entrevistas realizadas em abril/2022).

Figura 20 – Materialidades



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Para Soares (2020), os objetos disponibilizados às crianças devem possuir *características interessantes e qualidade táteis variadas para exploração* (p. 40) no cotidiano. O Currículo da Cidade Educação Infantil (2019, p. 34), complementa:

O termo “materialidade” procura expandir o significado de materiais, que podem ser compreendidos por alguns como aqueles de uso escolar. No campo das materialidades, podemos ter um balão e também um filme, galhos ou areias e um varal de poesia, fitas e tambores. Elementos naturais, culturais, tecnológicos: todos são materialidades.

Igualmente, entendemos que a presença de objetos, imagens e materiais diversos no ambiente pode enriquecer as interações das crianças, permitindo respostas múltiplas e

imprevisíveis. A ação do adulto é fundamental para promover a descentralização e o enriquecimento de materialidades, assim como aponta Soares (2020).

Prosseguimos, perguntado para as professoras sobre as aprendizagens que os bebês vivenciam quando estão se alimentando e as três apontaram que os bebês aprendem principalmente a esperar.

P1: Eu acho que, principalmente no comecinho do ano é o tempo de espera. Porque nem sempre eles irão comer no momento que ele sente fome. Ele tem que esperar a vez dele, pois nem sempre temos ajuda para alimentar todos ao mesmo tempo. Se estiver só nós três com os vinte e um, que é o certo, o tempo de espera é longo. Depois eu acho, que eles aprendem a ter autonomia, porque no começo a gente vai amassando, depois passamos a servir tudo por inteiro e assim eles começam a pegarem na colher e no copo.

P2: Quando estão com fome, eles gritam, choram, então o tempo de espera é uma coisa que eles aprendem. Eles aprendem também a sentir o alimento eles também aprendem. Não temos acesso ao cardápio, normalmente não muda muito, tipo toda segunda é ovo, toda sexta-feira é peixe. Alimentação segue a rotina do prato aberto.

P3: Eles aprendem a esperar, eu acho.

(Entrevistas realizadas em abril/2022).

As falas das professoras P1 e P2 assinalam que o tempo de espera é algo que os bebês aprendem ao ingressarem no centro de educação infantil. Os motivos pelo qual as crianças muitas vezes se veem obrigadas a esperar estão relacionados a incompatibilidade adulto-criança, por ausência de profissionais no trabalho, organização do tempo, a partir do tempo do adulto. Em muitas escolas, o tempo destinado à alimentação dos bebês também é destinado à alimentação dos profissionais ou outra atividade.

É necessário *diminuir o tempo de espera, respeitando as individualidades* (SÃO PAULO, 2020, p. 59) de cada bebê. Repensar o tempo de espera enquanto aguardam a alimentação ou para iniciarem outra atividade, também deve estar presente no planejamento pedagógico.

As autoras Appell e David (2021) reforçam que o tempo de espera é visto como um tempo que merece atenção, mesmo o horário da alimentação sendo fixo, cada bebê deve ser alimentado, considerando sua individualidade e segurança. Porém, os outros bebês também devem receber atenção, numa tentativa e restaurar o bem-estar por meio de ações ou de falas.

É importante levar em consideração a individualidade de cada criança e garantir que ela receba alimentação de acordo com suas necessidades, sem ter de esperar por muito tempo. Além disso, é importante garantir que os profissionais de educação estejam presentes e disponíveis para oferecer atenção e apoio durante as refeições, a fim de promover o bem-estar das crianças. Se o tempo destinado à alimentação dos bebês também é usado para atender outras necessidades, como alimentação dos profissionais ou a realização de outras atividades, podem ser necessárias reavaliar a organização do tempo e garantir que haja tempo suficiente para que as crianças sejam alimentadas de maneira adequada e recebam a atenção e apoio de que precisam.

Soares (2020) esclarece que a atenção individualizada que o bebê precisa receber nos momentos de alimentação, para construção de vínculos afetivos, muitas vezes é comprometido pelo fato de o adulto alimentar várias crianças ao mesmo tempo, pois com facilidade, perde-se o foco. A autora ainda acrescenta que o momento de alimentação costuma ser, em nossa cultura, momento de encontro, de socialização, além de alimentar o corpo, também alimenta a alma.

É importante entendermos que para efetivar ações consistentes em relação à educação alimentar, é necessário ampliar as estratégias educacionais, não sendo restrita apenas a uma dimensão do trabalho na unidade educacional, ou seja, não pode ficar restrito apenas à forma como os bebês são cuidados, quando articulamos o conhecimento de forma a garantir que todas as formas de cuidar se traduzem em ações educacionais mais potentes (BOOG, 2013).

A Orientação Normativa de Educação Alimentar e Nutricional para Educação Infantil (2020) assinala que o currículo da educação infantil deve conversar com os momentos de alimentação, para a garantia dos direitos, do protagonismo infantil, da escuta de bebês e crianças, sendo necessário articular as aprendizagens em diferentes momentos da rotina.

É importante considerarmos que o espaço social que a alimentação ocupa se materializa nas ações cotidianos em diferentes tempos, espaços/ambientes e materialidade, que auxilia a os fazeres dos docentes, conforme expõe a Orientação Normativa de Educação Alimentar e Nutricional:

Enquanto prática social e pedagógica, a alimentação é um momento rico e oportuno que permite interações entre crianças/crianças, crianças/adultos. Bebês, crianças e adultos aprendem uns com os outros, espelham-se, incentivam-se, experimentam e criam novas práticas. Comer nas unidades de Educação Infantil não deve ser diferente do comer em outros espaços/lugares, em que se faz presente o

convívio social, como por exemplo, escolher o lugar onde se sentará e interagir com as pessoas ao seu redor como conversar e rir. (SÃO PAULO, 2020, p. 24)

Cavallini e Tedeschi (2015) apresentam práticas pedagógicas e sociais inspiradoras que promovem aprendizagem significativa, como a utilização da cozinha como um laboratório, a criação de uma horta perfumada, a participação da família e atividades que envolvem aromas, sabores, cores e texturas. Essas práticas podem ser muito eficazes na promoção da aprendizagem sobre alimentação saudável e nutrição, pois permitem que as crianças e jovens experimentem de forma concreta os alimentos e aprendam sobre suas características sensoriais e nutricionais.

Além disso, a participação da família e a utilização de elementos da natureza, como a horta, podem ajudar a promover o senso de comunidade e de conexão com o ambiente, além de oferecer oportunidades adicionais de aprendizado. O Currículo da Cidade – Educação Infantil sugere que uma variedade de materiais diferentes, incluindo elementos naturais, culturais e tecnológicos, podem ser utilizados como materialidades em atividades educativas. Isso pode incluir itens como balões, filmes, galhos, areia, varais de poesia, fitas e tambores.

Quando se trata de sachês aromáticos, alguns materiais que podem ser utilizados incluem ervas e flores secas, cascas de frutas, especiarias e óleos essenciais. Esses materiais podem ser misturados, para criar sachês com diferentes aromas e ser usados para promover a sensorialidade e o senso de olfato nas crianças e jovens. Além disso, os sachês podem ser uma ótima maneira de promover o relaxamento e o bem-estar.

A estética da alimentação é um aspecto importante a ser considerado no planejamento e na execução das atividades relacionadas à alimentação em instituições de ensino, como creches e escolas. Isso inclui não apenas a apresentação dos alimentos, mas também a forma como eles são preparados e servidos, bem como o ambiente em que as refeições são realizadas. É importante levar em consideração as preferências e necessidades nutricionais das crianças, assim como os aspectos culturais e sociais relacionados à alimentação. Além disso, é importante garantir que os profissionais de educação estejam cientes dessas questões e saibam como abordá-las de maneira adequada em seu planejamento e execução das atividades relacionadas à alimentação.

Na categoria *desconhecimento das leis e diretrizes da alimentação escolar para educação infantil*, prosseguimos perguntando às professoras sobre o processo de

implementação da Orientação Normativa de Educação Alimentar e Nutricional para Educação Infantil. As narrativas das professoras participantes da pesquisa relataram desconhecimento total ou parcial em relação à orientação normativa de educação alimentar e nutricional para a educação infantil (2020), o que representa um retrocesso nas ações formativas em serviço. São apontados como obstáculos para justificar tal desconhecimento, a falta de investimento na educação pública, a desvalorização do trabalho do professor, a carga horária de trabalho excessiva, somados a um vencimento-base de valor baixo, entre outros obstáculos que atrapalham a sua formação, como intelectuais e pesquisadores da área da educação.

P1: Nem foi passando essa normativa para a gente. Não conheço, não.

P2: Essa normativa não sei se conheço, o que sei é que a alimentação é baseada no trabalho da nutricionista, comida balanceada. Não conheço a normativa de alimentação na integra.

P3: Não conheço, quando prestei concurso em 2015, não havia sido publicada ainda. Eu fui chamada a pouco tempo para trabalhar.

(Entrevistas realizadas em abril/2022).

As questões apresentadas evidenciam que a formação inicial e permanente é essencial e possui corresponsabilidade do professor/a e da gestão à qual ele/a pertence. Freire (2004) destaca a importância da formação permanente, como o espaço no qual o educador possa se perceber e se assumir como pesquisador da própria prática. Nesse sentido, acolher a professora que está iniciando seu percurso na educação de bebês e crianças em uma unidade escolar precisa da apresentação das questões que estão permeando os fazeres daquele espaço. Isso significa que a educadora só poderá iniciar um trabalho coerente, se conhecer as propostas existentes.

A formação inicial e permanente é fundamental, para garantir que os professores estejam preparados para atuar de maneira eficaz na educação de bebês e crianças. Ela é importante, porque fornece aos professores os conhecimentos e as habilidades básicas que precisam, para desempenhar suas funções de maneira adequada. É necessário que a gestão da escola apoie os professores na sua formação inicial e permanente, proporcionando-lhes o acesso a recursos e a oportunidades de aprendizagem contínuas.

Além disso, é importante que a gestão da escola forneça apoio e orientação para as professoras que estão iniciando seu percurso na educação de bebês e crianças, de modo a garantir que elas possam desempenhar suas funções de maneira eficaz e coerente com as

propostas da escola. Imbernón (2011) também expõe que a formação permanente tem como uma de suas funções, questionar ou legitimar o conhecimento profissional posto em prática.

As autoras Cavallini e Todeschini (2015) apontam que os momentos de formação sobre *as temáticas nutricionais, os novos estilos alimentares, [...], as tradições e as influências culturais contribuem para tornar mais conscientes todos os sujeitos da estreita relação entre bem-estar físico e psicológico e da forte conotação educativa das muitas linguagens da comida* (p. 23).

O Currículo da Cidade Educação Infantil reforça o exposto na LDB 9.394/96 sobre a formação profissional que o professor/a deve ter, para garantir uma educação de qualidade. Ser professor/a de bebês e crianças é uma profissão que exige muito, pois demanda formação inicial qualificada e formação permanente em cursos, eventos e, especialmente, na própria escola, com seus pares (SÃO PAULO, 2019, p. 133).

Diante do exposto, entendemos que o impacto causado pelo desconhecimento das leis e diretrizes que fundamentam a educação alimentar e nutricional como ato para nutrir o corpo e como fator social, tem provocado inúmeros insucessos nas vivências no espaço escolar, pois a intencionalidade educativa em ações que visam ao cuidar e ao educar de forma indissociável, ficam fragmentadas e sem continuidades. Nesse ponto, evidencia que as ações formativas ocorridas no interior da unidade de trabalho e vinculadas ao processo de reflexão na e sobre a prática são fatores relevantes, que expressam, de forma clara, a intencionalidade do processo educativo.

Outra questão levantada por uma das professoras, refere-se à questão socioeconômica. Nesse sentido, mesmo com as políticas públicas de alimentação, muitos bebês ainda vêm para a escola para serem alimentados. Os princípios de igualdade e equidade presentes no Currículo da Cidade - Educação Infantil (2019) reforçam a responsabilidade dos governos, com políticas públicas de atenção primária. Segundo a Portaria MS n. 648/2006, atenção primária é caracterizada por um conjunto de ações que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde, no âmbito individual e coletivo.

Destacaremos outro ponto importante que as três professoras sinalizaram, quando perguntamos como o tema alimentação é introduzido nos planejamentos, com base na Orientação Normativa de Alimentação (2020).

P1: Não temos tempo para a discussão em relação as práticas alimentares, normalmente vai ocorrendo no dia a dia. Uma olhando para outra, aí vamos conversando ali mesmo. Hoje ele comeu desse jeito, vamos trocando ali mesmo.

P2: No dia a dia vamos conversando para adequar a melhor forma de trabalhar com os bebês.

P3: Observo o que as outras professoras estão fazendo, como é realizado o trabalho com os bebês.

(Entrevistas realizadas em abril/2022).

As falas das professoras P1, P2 e P3 indicam que, na prática, as decisões relacionadas à alimentação dos bebês são tomadas de maneira informal, com base na observação do dia a dia e nas conversas entre os profissionais de educação. Isso aponta um problema, pois pode levar a falta de práticas pedagógicas intencionais e organizadas, o que pode afetar a qualidade do processo de alimentação oferecida aos bebês.

As DCNEI (2019), em seu artigo 3º, expressam que o currículo da Educação Infantil precisa possuir práticas educacionais que visam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral das crianças, levando em consideração suas necessidades, interesses e ritmos de aprendizagem, proporcionando-lhes oportunidades para o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais, cognitivas e físicas.

A fala da P3 indica que existe a necessidade de preparar o/a professor/a novata para exercer suas atividades, apenas por ter sido aprovada no concurso público, não garante que o profissional tenha conhecimento suficiente para desempenhar ações de cuidado e educação de forma qualificada. É importante que as instituições de ensino coloquem em prática as diretrizes e normas relacionadas à alimentação e que promovam treinamentos para os profissionais de educação, a fim de garantir que eles estejam cientes dessas diretrizes e saibam como implementá-las de maneira eficaz. Além disso, é importante que haja uma supervisão adequada, para garantir que as práticas relacionadas à alimentação estejam de acordo com as diretrizes estabelecidas.

4.8 O olhar da coordenação pedagógica sobre a educação alimentar e nutricional dos bebês

A coordenadora pedagógica foi uma parceira na construção do diálogo com as professoras, em relação aos momentos de alimentação. Meu contato com ela se deu em quase todas as visitas à escola, o que contribuiu muito para a ampliação do olhar sobre diversos focos observados. Durante esses encontros e na entrevista, evidenciamos na fala da coordenadora pedagógica, a preocupação com questões ligadas à saúde, práticas promotoras de cuidado e educação, com foco na alimentação e formação permanente, o que dialoga com o que foi observado na análise do PPP e nas entrevistas com as professoras. Ressaltamos aqui a grande importância do coordenador/a pedagógico na articulação de práticas pedagógicas reflexivas no espaço escolar.

Quando perguntamos “Como são acolhidas as famílias que optam continuar com o aleitamento materno na escola”, o relato da coordenadora evidencia que na prática, ainda há muitas barreiras precisam ser vencidas, a começar pela constituição do espaço adequado para tal ação.

É quando a família opta por continuar aleitamento materno ela pode vir na escola, organizamos um horário juntamente com a mãe [...]. Nós temos uma bebê de 4 meses que mãe vem amamentar aqui na escola, na sala dos professores, pois é o lugar mais confortável que tínhamos. A escola não tem outro espaço que possibilite essa mãe amamentar, o local que encontramos com maior conforto foi a sala dos professores [...] não é ideal, mas fazendo com base nessa concepção que nos sustenta, na importância do aleitamento materno tanto do ponto de vista nutricional quanto na criação de vínculos.

(Coordenadora Pedagógica / Entrevistas realizadas em abril/2022).

A fala da coordenadora destaca a importância do aleitamento materno, tanto do ponto de vista nutricional quanto para o desenvolvimento dos vínculos entre a mãe e o bebê ou do adulto que fará o seu cuidado. No entanto, também é mencionado que a escola não possui um espaço adequado para o aleitamento, o que pode ser um obstáculo para as famílias que desejam continuar a amamentar seus filhos na escola.

É previsto em legislação que a escola disponha de espaços seguros e confortáveis para o aleitamento materno, a fim de garantir que as famílias tenham essa opção disponível e apoiada. A garantia desse espaço também constitui prática em EAN. O aleitamento é algo cultural e que beneficia o desenvolvimento e a saúde do bebê. Na escola, é importante que

sejam criadas condições para que as mães possam amamentar, seja por meio de salas de amamentação ou outras medidas de apoio.

O Guia Alimentar para crianças menores de dois anos (2019) estabelece que a prática da amamentação aumentou muito no Brasil, mais ainda a sua duração é menor do que a recomendada. *Duas em cada três crianças menores de seis meses já recebem outro tipo de leite, sobretudo leite de vaca, frequentemente acrescido de alguma farinha e açúcar, e somente uma em cada três crianças continua recebendo leite materno até os dois anos de idade* (p. 7). Os dados acima revelam a grande importância de a escola em divulgar e incentivar a prática de aleitamento materno.

Nesse sentido, após o desmame, é hora de se pensar em refeições que sejam nutritivas e que contemplem as diversidades culturais dos bebês. Porém, como citamos anteriormente, os cardápios são disponibilizados no site do “Prato Aberto” e seguem orientações nutricionais de CODAE. Observamos que existe uma burocratização que precisa ser vencida em relação aos cardápios. Não discutiremos aqui a qualidade nutricional dos alimentos que são oferecidos. O que queremos, é incentivar a reflexão, pois muitas vezes, os gestores se veem impedidos de promover mudanças que contemplem a alimentação, em seu aspecto cultural, devidos à rigidez das normas que são estabelecidas.

O cardápio oferecido é orientado por CODAE, não temos como repetir aqui o que a família faz em casa, porém, tem algumas questões que a gente precisa considerar. Até porque a gente tem um olhar sensível a questão da diversidade, então, por exemplo, algumas famílias por questões religiosas não consomem carne de porco, outras famílias insistem que a criança não come, por exemplo, feijão, mas não é porque tem alguma restrição, é porque a criança não gosta. O que colocamos para essas famílias é que não fazemos diferença, a criança tem direito de experimentar. Se é uma questão de preferência a gente apresenta, não força. Se uma questão de religião a gente chama a família para conversar e a família uma carta explicando os motivos pela qual a criança não pode comer determinando alimento.

(Coordenadora Pedagógica / Entrevistas realizadas em abril/2022).

Segundo o Guia Alimentar para crianças menores de dois anos (2019), as famílias têm o direito de conhecer, acompanhar e opinar sobre o cardápio oferecido na creche. Além disso, as unidades escolares públicas e privadas devem seguir a legislação brasileira, que exige o fornecimento de uma alimentação saudável para as crianças durante o período escolar, incluindo as que apresentam alguma restrição alimentar ou por motivos culturais (BRASIL, 2019, p. 193).

A coordenadora esclarece que as escolhas alimentares das famílias dos bebês nem sempre são possíveis de serem acolhidas na escola, pois a alimentação deve ser equilibrada, respeitando o princípio da equidade e da igualdade. No entanto, a escola deve refletir sobre esses processos e promover diálogos para encontrar soluções.

É um processo que deve ser feito com muito cuidado, atenção e diálogo muito bem ensejado com essa família, para entender de onde vem essa demanda (se referendo a mudança da alimentação). É uma demanda pautada, por exemplo, na ideia de que o que é da prefeitura não é bom, na ideia de querer demarcar uma posição diferente para o meu filho em relação aos demais, principalmente os bebezinhos, a mãe o diz” só toma leite piracanjuba ou Nestlé. Então essa questão de respeitar as peculiaridades de cada família, as escolhas ela precisa passar por esse olhar. Porque se não, a gente acaba reforçando algumas atitudes e aí, pensando na alimentação, como cultura também, acolher essa família, entender de onde vem essa preferência pode ser extremamente bom ou se você não faz isso com cuidado, você reforça algumas coisas, como o consumismo.

(Coordenadora Pedagógica / Entrevista realizada em abril/2022).

A coordenadora também pontua que devemos tomar cuidado, para não reforçar atitudes negativas, como o consumismo. Ela acredita que, ao entender de onde vem a preferência alimentar de cada família, a escola pode desenvolver uma cultura alimentar mais saudável e inclusiva. Em relação aos horários destinados à alimentação, segundo a coordenadora pedagógica, o critério principal estabelecido para a escolha dos horários das refeições dos bebês, é baseado no horário de trabalho das professoras e demais funcionários de apoio. Isso significa que os horários das refeições dos bebês são planejados de acordo com a disponibilidade dos funcionários responsáveis pela alimentação.

A dinâmica da alimentação é complexa e requer planejamento para garantir que as bebês tenham um ambiente seguro e agradável para a alimentação. É importante revisar os horários de refeição, para que eles sejam flexíveis e adaptados às necessidades das crianças, levando em conta os horários de chegar, dormir, acordar e saída das crianças. Dessa forma, os horários de refeição podem ser adaptados, para garantir que as crianças tenham tempo suficiente para comer e não se sintam pressionadas a terminar a refeição rapidamente (SÃO PAULO, 2020a).

O primeiro critério é a organização da escola, é a primeira coisa que a gente olha no início do ano sem conhecer as crianças, a gente faz uma linha do tempo considerando o intervalo aconselhável entre as refeições.

Fazemos adequações sempre que necessário, exemplo, as meninas da cozinha observaram, que estava havendo muito desperdício e trouxeram essa questão

para a gente. E aí a gente refez a linha do tempo com base na observação que as meninas que foi a seguinte: observaram que as crianças que tomavam café por último eram as primeiras a almoçar, aí reorganizamos de modo que a última fosse a última, para que o intervalo fosse o mesmo entre uma refeição. Depois dessa observação, as crianças passaram a se alimentar melhor. É nesse sentido que eu falo para você que os horários não são inflexíveis, mudamos sempre que uma observação pertinente é apontada.

Coordenadora Pedagógica / Entrevistas realizadas em abril/2022.

Percebemos, nesse trecho da entrevista, o quanto a alimentação regula os horários da instituição. É preciso considerar o horário em que as refeições ficam prontas, o horário de intervalos necessários entre as refeições, considerando os aspectos nutricionais, o tempo para a limpeza do espaço do refeitório e cozinha, o horário de final de turno dos funcionários de limpeza e cozinha etc. A alimentação pode ter um impacto significativo nos horários da instituição.

A normativa de alimentação destaca:

O almoço pode ser oferecido em um intervalo de 1h a 1h30, dependendo do número de crianças e tamanho do refeitório. As crianças podem escolher o momento de irem comer sem precisar interromper sua atividade. A alimentação é mais um momento entre as atividades que acontecem simultaneamente em diferentes ambientes (SÃO PAULO, 2020a, p.54).

É importante considerar o tempo necessário para preparar e servir as refeições, bem como o tempo de intervalo entre as refeições, levando em consideração os aspectos nutricionais. Além disso, é preciso levar em consideração o tempo necessário para limpar o espaço do refeitório e cozinha, bem como o horário de final de turno dos funcionários de limpeza e cozinha. É importante planejar cuidadosamente os horários das refeições, para garantir que tudo funcione de maneira eficiente e que os estudantes tenham acesso a uma alimentação saudável e equilibrada.

Para que haja práticas pedagógicas em educação alimentar e nutricional que atenda às necessidades dos bebês e crianças, é necessária toda a organização dos horários da escola, de forma a privilegiar os momentos de cuidado e de educação.

A declaração da coordenadora corrobora o que está expresso no Currículo da Cidade Educação Infantil (2019) em relação aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), que assinala no ODS 2 que a fome zero e a agricultura sustentável são importantes aspectos a serem considerados na educação infantil, pois afetam diretamente a qualidade de vida e o

desenvolvimento das crianças e o ODS 3, que exprime a importância da saúde e do bem-estar. A SME prioriza a compra de alimentos orgânicos e de produção da agricultura familiar para a merenda escolar, o que ajuda a garantir uma alimentação saudável e sustentável para as crianças. Quanto a isso, a coordenada destaca:

Acredito que na educação infantil é o momento propício para se começar a trabalhar com os ODS, porque, se a gente quer realmente constituir uma sociedade diferente, que respeite esses objetivos e que tenha neles um fundamento para o mundo mais sustentável, a gente precisa trabalhar de pequenininho. (Coordenadora Pedagógica / Entrevistas realizadas em abril/2022).

Na infância, as crianças estão construindo seus hábitos de ação, linguagem e estrutura de pensamento. Nesse sentido, o Currículo da Cidade (2019) pontua que os ODS na EI devem ganhar espaço, sobretudo nos momentos de formação continuada da Rede, a fim de ampliar a compreensão dos processos e subsidiar escolhas pedagógicas. (p. 59). O documento complementa que a implementação de práticas em EAN, incentivo ao aleitamento materno, utilização de áreas externas para fins pedagógicos, separação correta de resíduos, hortas e compostagem, bem como a utilização de ferramentas participativas para a tomadas de decisões, são exemplos de como a escola pode promover uma educação mais sustentável e responsável.

Nessa perspectiva, é importante revisar algumas atitudes e práticas nas unidades educacionais, que vão contra a sustentabilidade em suas várias dimensões. Dessa forma, os profissionais da unidade educacional, que estão diariamente com bebês e crianças, precisam ser conscientes de que suas ações, mesmo as mais simples e despretensiosas, têm uma intenção pedagógica e devem ser conduzidas de forma consciente e responsável (SÃO PAULO, 2020).

A Orientação Normativa de Educação Alimentar e Nutricional enfatiza logo na apresentação, que a alimentação nos espaços escolares vai além de uma ação para nutrir o corpo, ela está embasada em princípios que carregam a indissociabilidade do cuidar e do educar.

A alimentação nos espaços educacionais enquanto prática social pressupõe o reconhecimento de hábitos alimentares e princípios intrínsecos à educação alimentar e nutricional, como: autonomia, prazer, saúde, cultura, diversidade, sustentabilidade. Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2009, reiterando os direitos das crianças, explicita que o cuidar e o educar é um binômio indissociável. A sua “indissociabilidade” é o que inspira e justifica a escrita deste documento, que reforça a importância dos momentos que envolvem a alimentação dos bebês e das crianças no

cotidiano das unidades de educação infantil. Defende-se, assim, que os momentos de alimentação são também pedagógicos quando as crianças aprendem, interagem e expressam-se (SÃO PAULO, 2020, p. 01).

Mesmo sabendo da grande importância que a alimentação possui na vida dos bebês e das crianças, a coordenadora expressa as dificuldades na implementação de práticas pedagógicas EAN. A articulação entre teoria e prática é uma das principais dificuldades apontada por ela, pois é preciso encontrar maneiras de aplicar conceitos teóricos de forma prática e significativa para as crianças.

Mas na escola a dificuldade de colocar em prática e sair do discurso aparece em várias coisas, aparecem no jeito de como o professor utiliza o de papel, aparece no jeito como ele organiza o ambiente e aparece também na relação com os momentos de alimentação, sejam eles café, lanche, almoço, jantar dos maiores ou a questão dos bebês bem pequenininho, na forma de como essa mamadeira é oferecida, como que isso é feito, as quantidades oferecidas. (Coordenadora Pedagógica / Entrevistas realizadas em abril/2022).

Outra dificuldade apontada pela coordenadora é em relação aos professores/as que podem encontrar dificuldades em desenvolver atividades que sejam interessantes e desafiadoras para o grupo de crianças e em estabelecer relações significativas com os recursos materiais e naturais. Além disso, a falta de capacitação e de recursos, de infraestrutura e de continuidade de políticas públicas específicas para a educação ambiental também constituem barreiras. É importante que essas dificuldades sejam identificadas e trabalhadas de forma colaborativa, para que se possa superá-las e implementar práticas pedagógicas eficazes na EAN.

As dificuldades mencionadas pela coordenadora podem ser superadas, a partir da introdução de propostas de formação inicial e permanente, que atenda essa temática com múltiplas olhares. A docência com bebês requer uma abordagem específica e sensível às suas necessidades e ritmos de desenvolvimento. De acordo com Falk (2021), o/a professor/a deve reagir positivamente às necessidades dos bebês, oferecendo um ambiente acolhedor e estimulante. Durante a infância, as crianças são altamente influenciadas pelo ambiente em que estão inseridas e tendem a imitar o que veem ao seu redor. Portanto, é importante que a professora seja referência no consumo de alimentos saudáveis e em práticas de comensalidade, oferecendo, incentivando e valorizando a alimentação como prática cultural, pois a fase da infância é crucial para o desenvolvimento e a formação de hábitos saudáveis, por isso a atitude da professora é fundamental nesse processo.

No entanto, é comum que a rotina institucional seja marcada pelo tempo da jornada de trabalho dos funcionários, o que muitas vezes, não permite uma resposta adequada às necessidades dos bebês. É importante que a escola considere a importância de se adaptar às necessidades deles, promovendo uma rotina flexível e atenta a isso. Além disso, é fundamental que o professor tenha formação e capacitação específica para atuar com bebês, fomentando o seu desenvolvimento saudável e integral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nutrição é um desafio humano. Não é desafio apenas dos bebês e crianças pequenas. Como todas as necessidades humanas não poderia ser simples. Ainda assim, a depender de como se inicia, pode ser uma possibilidade que elevaria todos os humanos para um nível mais pacífico consigo mesmo e com os outros, em relação a algumas dimensões que considero fundamentais: à saúde entendida como um estado de bem-estar geral do indivíduo, a aprendizagem do cuidado de si, o desenvolvimento da atenção, o poder de escolha e a confiança. (OLIVEIRA, 2019, p. 31)

A presente dissertação teve como objetivo entender como as professoras de Berçário I conduzem suas práticas pedagógicas relacionadas à alimentação. Foi considerado que a alimentação é algo que vai além do ato de nutrir o corpo, sendo também uma questão cultural e social. É um momento importante de aprendizado, além de ser um tempo de cuidado, especialmente quando ocorre em um ambiente coletivo de educação.

O problema que motivou o estudo é a necessidade de compreender como ocorrem as práticas pedagógicas de professoras de berçário em relação à alimentação dos bebês. O objetivo geral é analisar essas práticas e entender se elas contemplam tanto o cuidado quanto a educação deles. Os objetivos específicos incluem identificar se o momento da alimentação dos bebês contempla o cuidar e o educar e verificar se os horários da alimentação dos bebês ocorrem conforme as suas necessidades. Esse estudo tem como objetivo avaliar como as professoras estão lidando com a alimentação dos bebês e identificar possíveis melhorias, para garantir o cuidado e o desenvolvimento adequado dos bebês.

A hipótese é de que as professoras, devido ao desconhecimento teórico sobre a importância da alimentação, não se dão conta de que se trata de um momento rico de experiências significativas de cuidado e educação para os bebês. Isso sugere que elas podem estar tratando a alimentação como uma simples necessidade fisiológica a ser atendida, sem se dar conta de que também pode ser um momento valioso para o desenvolvimento emocional, social e cognitivo dos bebês.

Nossa hipótese se confirma com base na descrição do cotidiano das professoras em relação à alimentação dos bebês. É comum que a visão higienista prevaleça, focando apenas na prevenção de doenças e na limpeza dos alimentos, e deixando de lado aspectos importantes como o desenvolvimento sensorial, emocional e social dos bebês durante o momento.

Na introdução desse estudo, apresentamos os principais autores e legislações que foram utilizados como base para subsidiar as discussões e análise da dissertação. Isso permite que os leitores tenham uma noção do contexto teórico e legal que está sendo utilizado para conduzir o estudo.

Na seção dois, apresentamos a origem da cultura alimentar brasileira, incluindo a comensalidade e como ela se relaciona com as práticas alimentares cotidianas. Ainda na mesma seção, apresentamos os marcos históricos que deram origem às políticas públicas de alimentação no Brasil e como essas políticas contribuíram para o combate à fome e a problemas relacionados à saúde. Além disso, essa seção apresenta conceitos importantes ligados à alimentação como prática social e cultural e como ela está relacionada com as ações de cuidado e educação.

É importante que as professoras tenham consciência da complexidade do cuidado e do seu papel fundamental na educação infantil, bem como da importância de valorizar outras aprendizagens que não estejam relacionadas apenas com a espera entre as ações de cuidado e educação. Isso requer reflexão, formação e mudanças estruturais na instituição, como já mencionado anteriormente.

Por isso entendemos que os cuidados básicos como alimentação, higiene e saúde são essenciais para o desenvolvimento saudável do bebê nos primeiros anos de vida. Pois o cuidado se configura uma dimensão fundamental da vida humana (BOFF, 2005). Assim, é essencial que os cuidados oferecidos sejam realizados com amor, atenção e reponsabilidade. Um ponto fundamental é a comunicação verbal e não verbal durante as refeições compartilhadas. A forma como os adultos se comunica com as crianças durante as refeições pode influenciar a sua relação com a comida, bem como a forma como elas se comportam à mesa.

É importante entender que cada bebê é único e tem suas próprias necessidades de alimentação e tempo para se alimentar. Algumas crianças podem comer rapidamente, enquanto outras precisam de mais tempo para se alimentar. Outro ponto importante é estar atento aos sinais de fome e saciedade do bebê, que podem variar de acordo com cada criança. Alguns bebês podem precisar ser alimentados com mais frequência e em menor quantidade, enquanto outros podem precisar de menos alimentações, mas com maior quantidade de alimentos.

Para lidar com as diferentes demandas de tempo na alimentação dos bebês durante a rotina escolar, é importante criar um ambiente tranquilo e sem distrações, estar atento aos sinais de fome e saciedade do bebê e respeitar o ritmo individual de cada um.

Na terceira seção, refletimos sobre o processo de EAN na prefeitura municipal de São Paulo, que ao longo dos tempos, construiu um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo. Isso inclui uma revisão da história do programa, suas metas e objetivos e as principais ações implementadas para alcançar esses objetivos. Também é importante ressaltar que o programa tem contribuído para o combate à fome e melhoria da saúde alimentar dos escolares da rede. Além disso, essa seção pode incluir os desafios enfrentados pelo programa na consolidação de práticas alimentares.

Na quarta seção, intitulada "Práticas pedagógicas de professoras de berçário I de um Centro Municipal de Educação Infantil: a alimentação dos bebês em pauta," apresentamos os resultados da pesquisa conduzida. Ela apontou que as professoras atribuem à alimentação, a boa saúde, mostrando que elas entendem a importância desse ato para o desenvolvimento e saúde dos bebês, o que de fato é verdade, pois nessa fase da vida, o bebê é altamente vulnerável e suscetíveis a doenças, devido a seus sistemas imunológicos ainda não estarem totalmente desenvolvidos

É importante destacar que não podemos minimizar as questões de saúde dentro do espaço escolar, pois a escola também exerce papel de rede de proteção, zelando pelos direitos dos bebês de estarem em ambientes seguros e propícios para suas aprendizagens e desenvolvimento. A escola tem a responsabilidade de garantir que os bebês tenham acesso a uma alimentação saudável e nutritiva, e as professoras desempenham um papel fundamental nessa tarefa. A pesquisa tem mostrado que é necessário continuar trabalhando para formar as professoras, a fim de que possam entender a importância da alimentação e incorporá-la de maneira eficaz em suas práticas pedagógicas.

As análises indicam também que as professoras entrevistadas possuem desconhecimento das leis e diretrizes relacionadas à Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e que no cotidiano, o tempo destinado para reflexão sobre essas práticas é escasso. Isso sugere que a formação inicial e continuada é essencial para minimizar essas lacunas. Entendemos que os professores/as em serviço precisam de condições para planejar atividades de forma a atender as necessidades educacionais de bebês e crianças.

Ressaltamos a importância de estender o processo formativo a todos os colaboradores de uma escola, gestores, funcionários de apoio, nutricionista, pessoal da cozinha, limpeza, segurança e outros. Ao fornecer oportunidades de aprendizado e desenvolvimento para todos, a escola pode criar uma cultura de aprendizado contínuo e crescimento profissional. De fato, todos os agentes envolvidos no ambiente escolar têm uma responsabilidade importante no cuidar e educar dos bebês.

A pesquisa apontou que o PPP da unidade educacional não explicita com clareza o tema alimentação, sendo necessário ser estruturado de maneira mais abrangente, contemplando a concepção de alimentação e o percurso que ela terá no cotidiano dos bebês. Durante o período de observação, notamos que o refeitório é visto como um lugar de passagem, no qual os bebês vão apenas para se alimentar. Há uma grande preocupação em verificar se a criança comeu tudo e com a higiene, mas pouca atenção é dada ao desenvolvimento educacional.

Durante o estudo, não encontramos práticas rotineiras de comensalidade, portanto inferimos que a comensalidade seja desconsiderada na instituição pesquisada. Mesmo as refeições sendo realizadas em espaços coletivos, verifica-se que o ato ocorre de forma isolada. No entanto, ela é uma oportunidade para fomentar o convívio e a interação social, além de ser uma oportunidade para a aprendizagem sobre as diferentes culturas alimentares.

A comensalidade pode ser valorizada na escola por meio de ações como refeições compartilhadas, celebrações culinárias, projetos de educação alimentar que envolvam a participação dos bebês, crianças, famílias, professores e demais colaboradores. Isso propicia a criação de um ambiente acolhedor e inclusivo para todas as culturas e escolhas alimentares. É importante que a escola valorize a importância da comensalidade e a inclua em seus projetos pedagógicos. Quando as práticas alimentares são conduzidas de forma orientada e adequada, proporciona aos comensais experiência positiva no prazer de degustar e significar o mundo através do alimento.

As interações entre os bebês e os adultos são reduzidas e há longo período de espera e falta de estímulos, o que não favorece a aprendizagem. Isso sugere que é necessário repensar a forma como o refeitório é utilizado e planejar atividades pedagógicas que possam ser realizadas nesse espaço, além de incentivar a interação e a estimulação dos bebês.

A alimentação é oferecida de forma consistente e respeita as recomendações nutricionais, o que é positivo. No entanto, a pesquisa mostrou que não foram encontradas ações ligadas à organização do espaço, atenção individualizada ao bebê, estética dos alimentos oferecidos e

experiências gustativas. Isso pode limitar a oportunidade de os bebês experimentarem novos sabores e texturas e aprenderem sobre a alimentação. Esses aspectos são importantes para o desenvolvimento das crianças e devem ser considerados para melhorar as práticas pedagógicas de professoras de berçário.

O horário destinado à alimentação está pautado nos horários de trabalho dos professores/as, e a rotina alimentar segue um padrão específico, o que pode limitar a flexibilidade e a capacidade de adaptar a alimentação às necessidades individuais dos bebês. No entanto, é importante lembrar que, de acordo com a normativa, os horários das refeições precisam ser construídos, considerando a cultura e as necessidades dos bebês, e não somente os horários de trabalho dos professores/as de demais funcionários da unidade escolar. Isso significa que é importante dar atenção individualizada a cada bebê e adaptar a alimentação às suas necessidades, ao invés de seguir um padrão rígido.

As professoras entendem que a alimentação é uma prática social e cultural, que tem sua raiz na família, o que é positivo. No entanto, a pesquisa também mostra que as professoras enfrentam dificuldades em acolher as escolhas alimentares das famílias na unidade escolar, devido à amplitude da alimentação no cotidiano. Isso pode dificultar a inclusão e o respeito às diferenças culturais e alimentares.

A comida é uma expressão da cultura, desde a sua produção até o seu consumo. Ela reflete as tradições, as crenças, os hábitos e a história de uma sociedade. Além disso, a forma como é preparada e consumida também pode transmitir valores e normas sociais, *uma linguagem alimentar representa identidades*, diferentes identidades que dão vida ao espaço coletivo onde diferentes bebês e adultos se encontram.

É importante que as escolas forneçam recursos e formação para as professoras, para que elas possam compreender e respeitar as escolhas alimentares das famílias e incorporá-las de maneira mais efetiva em suas práticas pedagógicas. Além disso, é importante fomentar a comunicação e o diálogo entre as professoras e as famílias, para que possam entender as escolhas alimentares e encontrar formas de incorporá-las de maneira adequada na unidade escolar.

Portanto, as práticas pedagógicas das professoras de Berçário I com foco na alimentação dos bebês são cruciais na educação infantil. Elas são as responsáveis por alimentar o bebê de forma direta e por desenvolver práticas educativas com essa temática. Assim, faz-se

necessário que os professores/as estejam bem orientados, para promover ações que não visem apenas cuidado, mas estejam interligadas a aprendizagens significativas.

Ressaltamos que a prática pedagógica da alimentação que se refere essa dissertação está pautada em uma abordagem educativa e conjunta de cuidado e educação que atendam as necessidades e particularidades de cada bebê, considerando fatores como sua idade, estado de saúde, desenvolvimento motor e cognitivo, e cultura alimentar oriunda das famílias e de todos os colaboradores da escola, a partir de práticas humanizadoras, ou seja, que considerem o bebê como um ser humano integral, dotado de emoções, necessidades afetivas e capacidade de interação. Isso implica em valorizar o contato físico, a comunicação verbal e não verbal durante as refeições, a amamentação e a oferta de alimentos saudáveis e de forma respeitosa e empática.

Outra dimensão importante da prática pedagógica da alimentação é compreender que a alimentação é uma prática cultural, ou seja, o que e como as pessoas comem é influenciado por fatores como tradições, valores, crenças e costumes. Dessa forma, a educação alimentar deve considerar a diversidade cultural e regional dos alimentos, respeitando as particularidades de cada grupo e região.

Também vale destacar que a prática pedagógica da alimentação não se restringe apenas a ensinar sobre os nutrientes e suas funções no organismo, mas também a incentivar hábitos alimentares saudáveis e conscientes, valorizando a relação entre alimentação e saúde, bem-estar e meio ambiente.

Como proposta de intervenção produzimos quatro vídeos educativos, com o objetivo de sensibilizar e conscientizar os professores/as e demais funcionários da escola sobre a importância da alimentação dos bebês no espaço escolar, tanto em seu aspecto nutricional quanto cultural. Os vídeos abordam temas como aleitamento materno, cultura, comensalidade, escolha alimentar e sugestão de livros. Inicialmente, os vídeos foram apresentados à coordenadora pedagógica, que irá socializá-los na reunião de formação. A ideia é que eles deem suporte para pensar a organização de ações EAN. Nesse sentido, a coordenadora pedagógica pode ajustar os vídeos, se necessário, para garantir que eles sejam mais eficazes na transmissão de informações.

O vídeo I – Comensalidade, cultura e fotografia: apresenta como os aspectos da comensalidade, cultura e fotografia estão presentes no cotidiano, ajudando-nos a ampliar o olhar para o registro e observação das práticas em alimentação. Destacamos aqui a

importância da comensalidade, pois os momentos destinados à alimentação no CEMEI ocorrem sempre em grupos. A comensalidade refere-se às práticas e normas sociais relacionadas às refeições, enquanto a cultura refere-se aos valores, crenças e tradições relacionadas à alimentação e a fotografia. É uma ferramenta poderosa para documentar e destacar esses aspectos, permitindo que as pessoas vejam as o conteúdo sob uma nova perspectiva e ampliem sua compreensão da alimentação.

O vídeo II – Alimentação do bebê: destaca a importância do aleitamento materno e a introdução alimentar. Pode ser utilizado como recurso para orientar docentes, equipe de apoio e até as famílias, sobre como fornecer uma alimentação saudável e adequada para os bebês. O aleitamento materno é considerado a melhor alimentação para o bebê, pois fornece todos os nutrientes necessários e ajuda a protegê-los contra doenças. A introdução alimentar é o processo de adicionar alimentos sólidos à dieta do bebê e é importante que seja feita de maneira adequada e segura, para evitar problemas de saúde. O vídeo incluir informações sobre quando e como iniciar a introdução alimentar, quais alimentos são recomendados e como respeitar a individualidade do bebê.

O vídeo III – Cultura alimentar: destaca as principais influências que a nossa cultura alimentar sofreu e a importância da alimentação nas relações sociais estabelecidas no cotidiano. A cultura alimentar pode ser influenciada por fatores como história, religião, economia e meio ambiente. O vídeo discute como essas influências afetam nossas escolhas alimentares e nossas práticas alimentares cotidianas, além de mostrar a importância da alimentação nas relações sociais e nas celebrações culturais.

O vídeo IV – Uma biblioteca bem gostosa: apresenta as contribuições para que professores, gestores e equipe de apoio possam aprofundar seus conhecimentos sobre o tema da alimentação. Uma biblioteca bem gostosa inclui livros, mas pode ser ampliada com artigos, vídeos, websites e outros materiais sobre alimentação saudável, nutrição, comensalidade, cultura alimentar e outros temas relacionados. Esses recursos podem ajudar os professores e outros profissionais a se manterem atualizados.

REFERÊNCIAS

- APPELL, G.; DAVID, M. **Maternagem insólita**. São Paulo. Omnisciência. 2021.
- BARBOSA, M. C. **As especificidades da ação pedagógica com os bebês**. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6670-AsespecificidadesdaacaopedagogicaItemid=30192. Acesso em: 20 de maio de 2020.
- BARDANCA, A. A.; BARDANCA, I.A. **Os fios da infância**; Tradução Tais Romero. São Paulo: Phorte, 2018.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa. Edição 70, 2002.
- BOFF, Leonardo. **O cuidado essencial: princípio de um novo ethos**. Rev. Inclusão Social n. 1, p. 28-35, out./mar., 2005.
- BOOG, M. C. F. **Contribuições da Educação Nutricional à Construção da Segurança Alimentar**. SAÚDE REV., Piracicaba, 6(13): 17-23, 2004.
- BOOG, M. C. F. **Educação em nutrição: integrando experiências**. Campinas: Komedi, 2013.
- BOOG, M. C. F., 1997. **Educação nutricional: Passado, presente, futuro**. Revista de Nutrição da PUCCAMP, 10:5-19.
- BRASIL, MEC, SEB. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças** – 2. ed. Brasília: MEC/SEB/DCOCEB/COEDI, 2009.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer n. 20/2009. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. 2009b Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3748parecer-dcnei-nov-2009&category_slug=fevereiro-2010-pdf&Itemid=30192 Acesso em: Setembro de 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, DF, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, fixa as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília, DF: MEC, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2006a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Volume 2. Brasília: MEC, SEB, 2006b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Presidente Lula reinstala o Consea e prioriza o combate à fome**. [Brasília]: Ministério da Educação, 28 fev. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias/presidente-lula-reinstala-o-consea-e-prioriza-o-combate-a-fome>. Acesso em: 27 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2ª ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia Alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019.

CARVALHO, M. C. V. S.; LUZ, M. T. **Simbolismo sobre "natural" na alimentação**. Ciênc. saúde coletiva. 2011.

CASCUDO, L. C. **A história da alimentação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1967.

CAVALLINI, I.; TEDESCHI, M. **As linguagens da comida: receitas, experiências, pensamentos**. São Paulo: Ed. Phorte, 2015.

CORSI, E. **Beleza se põe na mesa**. Avisa lá, São Paulo, no 12, p. 4-9, out. 2001.

COSTA, L. O. **Como alimentar o bebê? Para qualquer nutrição, não nos esqueçamos do amor**. Revista Estimuladamente, p. 30 - 35, 01 nov. 2019.

DE GARINE, I. **Alimentação, culturas e sociedades**. Correio da Unesco, v. 15, n. 7, jul. 1987.

FALK, J. (org). **Abordagem Pikler: educação infantil**. 3. ed. São Paulo. Omnisciência. 2022.

FALK, J. (org). **Educar os três primeiros anos: a experiência de Lóczy**. Araraquara: JM Editora, 2021.

FAO. **Estado da Alimentação e Agricultura 2021: tornando os sistemas agroalimentares mais resistentes a choques e estresses**. Roma, FAO. 2021.

FOGAGNOLI, M. M. **O SAPS e a boa alimentação: O Serviço de Alimentação da Previdência Social e os trabalhadores (1940-1950)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

FRASSON, F. **Alimentação saudável para escolares e adolescentes: Conceitos gerais e guias alimentares**. In: ZOMPERO, Andréia de Freitas. (Org.). Educação Alimentar e Nutricional: Reflexões e práticas para implementação na escola. 1 ed. Curitiba: CRV, 2018. p. 13-46.

FRASSON, F.; LABURÚ, C. E. **Educação alimentar e nutricional: uma proposta de intervenção para os anos finais do ensino fundamental.** In: ZOMPERO, A. D. F. (Org.). Educação Alimentar e Nutricional: reflexões e práticas para implementação na escola. 1 ed. Curitiba: CRV, 2018. p. 47-81.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GOLDSCHMIED. E; JACKSON. S. **Educação de 0 a 3: o atendimento em creche;** Tradução: Marlon Xavier. 2ª Ed. Porto Alegre: Grupo A, 2006.

GUIMARÃES, D. **Relações entre bebês e adultos na creche. O cuidado como ética.** São Paulo: Cortez, 2011.

HORN. M.G.S. **Sabores, cores, aromas: organização dos espaços na educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

IDEC. **A alimentação dos brasileiros.** Disponível em: <https://idec.org.br/alimentacaoempauta/a-alimentacao-dos-brasileiros>>. Acesso em: 18 dez. 2022.

IMBERNÓN. F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e incerteza.** São Paulo. Cortez, 2011.

LEITE. D. B. M. **Cuidado e educação de bebês: as práticas alimentares na creche.** Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte. 2020.

LIMA et al. **Alimentação, comida e cultura: o exercício da comensalidade.** Demetra; 2015; 10(3); 507-522.

LIMA. J. C. **Significados atribuídos à alimentação saudável por professores da educação infantil: entre o dito e o vivido.** Dissertação de mestrado. Fortaleza, 2018.

LÜDCKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: E.P.U., 2022.

MACIEL. M.E. **Olhares antropológicos sobre a alimentação Identidade cultural e alimentação.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MARTINS FILHO. J. **O nascimento e a família.** São Paulo: Papirus Edição do Kindle, 2014.

MONTANARI. M. **Comida como cultura.** São Paulo. Editora Senac, 2008.

MOREIRA. S. A. **Alimentação e comensalidade: aspectos históricos e antropológicos.** Cienc. Cult. v..62 no.4 São Paulo Oct. 2010.

OLIVEIRA, Z.R. (org). **O trabalho do professor de educação infantil.** São Paulo. Biruta, 2012.

ORTIZ, C.; CARVALHO, M. T. V. **Interações: ser professor de bebês - cuidar, educar e brincar, uma única ação.** São Paulo, Blucher, 2012

PEREIRA, R. C. et al. **Educação alimentar e nutricional: das bases teóricas às experiências práticas**. Lavras: Ed. UFLA, 2019.

PILLA, M. C. B. A. **Gosto e deleite: construção e sentido de um menu elegante**. História: questões & debates, v. 1, n.42, p. 53-69, 2005.

POULAIN, J.P; PROENÇA, R. P. C. **O espaço Social Alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares**. Rev. Nutr. Campinas. Jul/set, 2003.

PRATO ABERTO. **Comida boa não tem segredo**. Disponível em: <https://pratoaberto.sme.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 18 dez. 2022.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. **Etnografia de Rua: estudo de Antropologia Urbana**. Iluminuras, v. 4, n. 7, p. 1-22, 2003. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9160/5258>. Acesso em: 25 nov. 2017.

RODRIGUES, J. **Por uma história da alimentação na cidade de São Paulo (décadas de 1920 a 1950)**. Revista de Estudios Sociales nº.33. 2009.

RODRIGUES. T.S.A. **Bebês e professora em ações interativas de cuidado/educação infantil: o banho e a alimentação em foco**. Dissertação mestrado. Universidade Federal de Sergipe, 2019. 168 f.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da cidade: educação infantil**. São Paulo: SME/COPED, 2019.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Coordenadoria de Alimentação escolar. **Orientação normativa de educação alimentar e nutricional para educação infantil**. São Paulo: SME/COPED/CODAE, 2020.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Currículo Integrador da Infância Paulistana**. São Paulo: SME/DOT, 2015a.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana**. São Paulo: SME/ DOT, 2016.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Orientação Normativa nº 01/2015: **Padrões Básicos de Qualidade na Educação Infantil Paulistana**. São Paulo: SME/DOT, 2015b.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. **Manual de alimentação para os Centros de Educação Infantil conveniados** / Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME, 2011.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. **Orientação normativa nº 01/13: Avaliação na Educação Infantil: aprimorando os olhares**. São Paulo: SME/DOT, 2014.

SILVA, A. C. **De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição**. Estudos Avançados, São Paulo, n. 23, jan./abr., 1995.

SILVA, P. P. **Farinha, feijão e carne seca: um tripé culinário do Brasil colonial**. São Paulo: Senac; 2005.149 p.

SILVA, S. P. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, discontinuidades e consolidação.** Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

SILVA. V.P; CÁRDENAS. C. J, **A comida e a sociabilidade na velhice.** Revista Kairós, São Paulo, 10(1), jun. 2007, p. 51-69.

SOARES. S. M. **Vínculo, movimento e autonomia: educação até os 3 anos.** 2. ed. Omnisciência. São Paulo, 2020.

STEFANINI, M. L. R. **Merenda Escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança.** Tese doutorado. São Paulo, 1997.

VASCONCELOS, F.A.G. **Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula.** Rev. Nutr. [online]. 2015, vol. 18, no. 4, pp. 439-457.

VINHA. T. P. **Saberes e sabores do alimento: um breve resgate pela história.** Interfaces da Educ., Paranaíba, v.6, n.17, p.289-311, 2015.

WINNICOTT, Donald Woods. **A criança e o seu mundo.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista professoras

PROFESSORAS	
Dados pessoais Nome: Idade: Cargo: Escolaridade: Tempo de magistério: Tempo de magistério na educação infantil: Tempo de magistério na rede municipal de São Paulo:	
Alimentação e cultura	1. Qual o objetivo da alimentação como prática cultural? 2. Quais alternativas são oferecidas, para que as práticas alimentares atendam as necessidades dos bebês, considerando seus desejos, preferências e cultura alimentar, com o objeto de oportunizar novas descobertas e curiosidades?
Prática pedagógica	3. Qual a importância da alimentação dos bebês no CEMEI? 4. Qual a concepção de alimentação expressa no PPP e quais práticas alimentares são articuladas de no cotidiano? 5. Como <i>é organizado o tempo, o ambiente e as materialidades nos momentos da alimentação?</i> 6. Quais práticas pedagógicas são vivenciadas pelos bebês, quando estão se alimentando?
Leis e diretrizes da educação alimentar e nutricional	7. O que você tem a dizer sobre o processo de implementação da Orientação Normativa de Educação Alimentar e Nutricional para Educação Infantil? 8. A equipe docente e coordenação pedagógica da EU, ao reverem e discutirem suas práticas cotidianas em relação à alimentação, introduzem nos planejamentos, práticas sociais/culturais de alimentação que ilustrem os princípios presentes nessa Orientação?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista coordenadora pedagógica

COORDENADORA PEDAGÓGICA	
Dados pessoais Nome: Idade: Cargo: Escolaridade: Tempo de magistério: Tempo de magistério na educação infantil: Tempo de magistério na rede municipal de São Paulo: Tempo de trabalho como gestor:	
PPP, prática pedagógica e alimentação	1. O Currículo da Cidade – Educação Infantil reafirma e destaca a importância da educação para o desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, é fundamental rever algumas condutas e práticas nas unidades escolares, que são contrárias à sustentabilidade em suas múltiplas dimensões. Dessa forma, as professoras, quando planejam brincadeiras com alimentos, revelam uma intencionalidade pedagógica? 2. Sabemos que o cardápio é elaborado por nutricionistas da SME/CODAE, prezando por uma alimentação saudável, equilibrada e variada. Quais articulações os gestores da unidade, nutricionistas e cozinheiras realizam, para garantir o cumprimento do cardápio e aprimorá-lo, observando sempre a aceitação dos bebês e das crianças? 3. As famílias que decidem continuar com o aleitamento materno são acolhidas? De que forma? 4. Qual o critério para a escolha dos horários das refeições dos bebês?
Alimentação e cultura	5. Como o CEMEI acolhe as diversas escolhas alimentares oriundas das famílias dos bebês?

APÊNDICE C - Roteiro de observação pesquisadora

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO
1. Caracterização geral dos espaços destinados à alimentação (tamanho, limpeza, claridade, diversidade, na sala/refeitório/etc?) 2. Mobiliário, cadeira de alimentação e materialidades 3. Participação dos bebês nas práticas de alimentação 4. Organização do tempo da rotina diária da alimentação 5. Estética da alimentação 6. O ambiente é preparado para o momento de alimentação 7. Rotina nos momentos de alimentação 8. Interação entre bebês, crianças e adultos nas práticas alimentares 9. Oferta de alimentos in natura, para ampliar a cultura alimentar do bebê 10. Participação dos bebês em atividades na cozinha 11. Como os bebês se locomovem entre os espaços da alimentação 12. Os bebês em contato com a horta 13. Oferta de água filtrada 14. O ambiente para as refeições é tranquilo e agradável 15. Esquema alimentar 16. O momento da mamadeira é valorizado 17. Vínculo e afeto durante a alimentação 18. Planejamento docente

APÊNDICE D – Proposta de Intervenção/ Vídeo Comensalidade, cultura e fotografia



powered by
Renderforest

Comensalidade, cultura e fotografia

**O ATO DE COMER VAI MUITO ALÉM DA
NECESSIDADE BIOLÓGICA E
NUTRICIONAL,**




É VIVER EMOÇÕES

**A ESCOLHA ALIMENTAR DO QUE
COMER, COMO COMER E COM QUEM
COMER É TOTALMENTE MEDIADA PELA
CULTURA E PELAS NORMAS E
CONVENÇÕES DE CADA SOCIEDADE. É
NA ESCOLA QUE ESSA RELAÇÃO SE
FORTALECE ***





A CULTURA ESTÁ DENTRO
DE NOS. NOS NUNCA
ESTAMOS SOZINHOS. ENTÃO
NOS SEMPRE ESTAMOS
COMENDO COM O OUTRO.

COMENSALIDADE, ATO DE COMER JUNTO.



É DIVIDIR
SABORES,
SABERES E
IDEIAS.

A FOTOGRAFIA É UM PONTO DE
ENCONTRO QUE NOS PERMITE
PENSAR AS DIFERENTES
DIMENSÕES DA
COMENSALIDADE E DA
CULTURA NA VIDA SOCIAL DA
CRIANÇA, E A COMIDA É O FIO
CONDUTOR



Saiba mais em...



CINEMA E COMENSALIDADE 2
SÉRIE SABOR METRÓPOLE

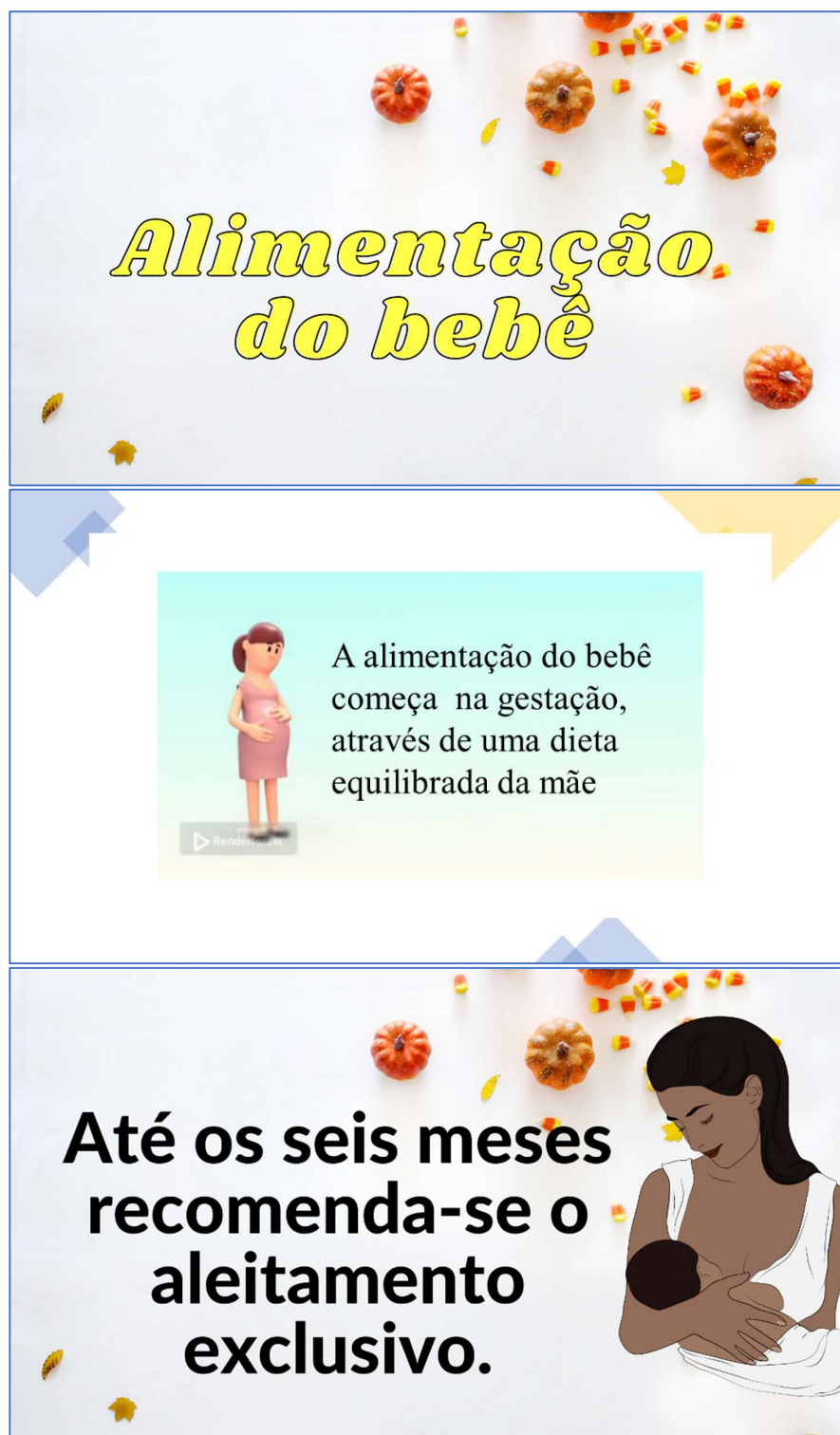


BEBÉS
PRODUÇÃO
FRANÇA / 2010
DIREÇÃO
THOMAS BALMÈS

Até o próximo vídeo!



Vídeo produzido por Luciana Liberato, destinado a formação permanente de professores/as.

APÊNDICE E – Proposta de Intervenção/Vídeo Alimentação do Bebê

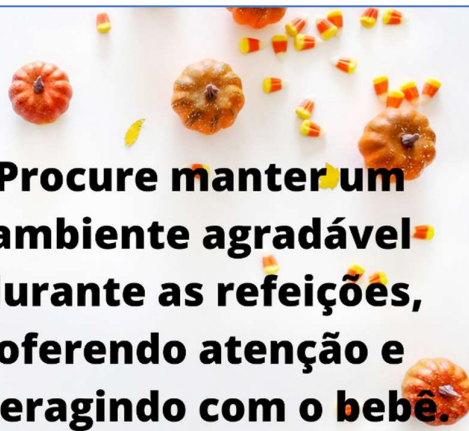
O bebê tem inúmeras formas de dizer que não está pronto para receber outra colherada. Respeite os sinais de saciedade



Ofereça os alimentos separados para que a criança teste e conheça cada sabor e textura



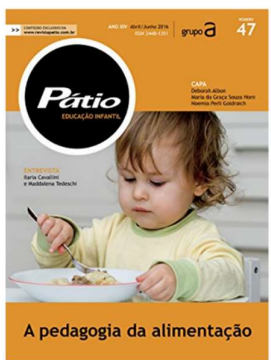
Procure manter um ambiente agradável durante as refeições, oferecendo atenção e interagindo com o bebê.





O Nascimento e a família: Alegrias, surpresas e preocupações
Autor José Martins Filho
Editora Papyrus

Saiba
mais...



Até mais!



Vídeo produzido por Luciana Liberato, destinado a formação permanente de professores/as.

APÊNDICE F – Proposta de Intervenção/Vídeo Cultura alimentar



**Por isso
precisamos
considerar**



**que as preferências alimentares dos
bebês nascem primeiro na família.**

**Pois, nossa cultura, nossas crenças,
tabus, religião, entre outros fatores
- influenciam diretamente a escolha
de nossos alimentos diários.**

**Desse modo a alimentação
humana pode estar, em
certos momentos, mais
vinculada a fatores
culturais do que às
próprias necessidades
fisiológicas.**



Cada sociedade estabelece um conjunto de códigos alimentares, que tem nas suas práticas a consolidação de suas tradições e inovações.



E é no espaço escolar que essa diversidade de culturas se encontram

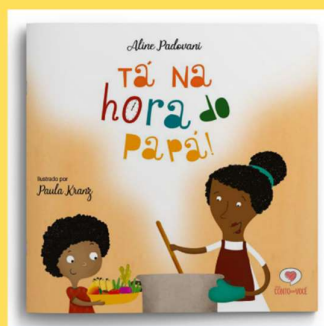
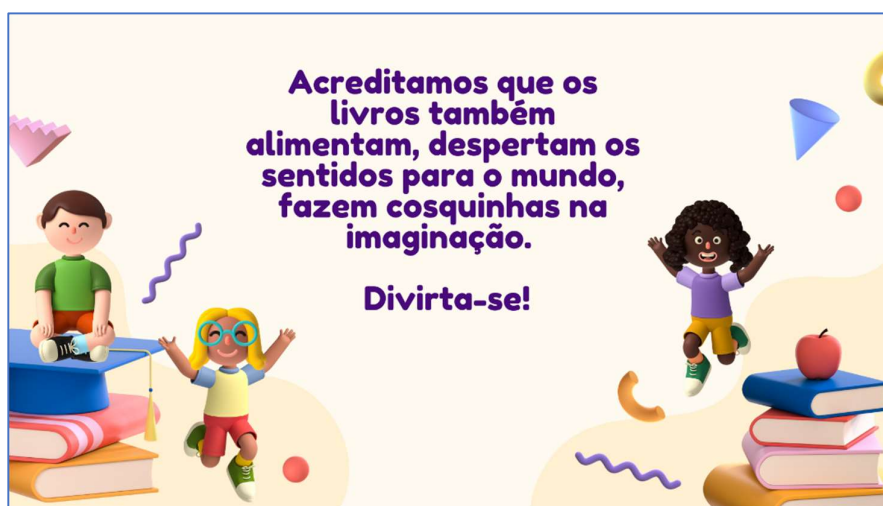


ATÉ O PRÓXIMO VÍDEO

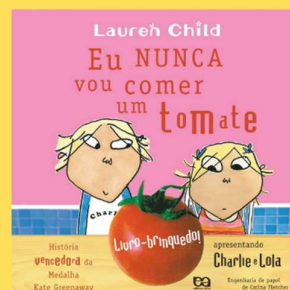


Vídeo produzido por Luciana Liberato, destinado a formação permanente de professores/as.

APÊNDICE G – Proposta de Intervenção/Vídeo Uma Biblioteca Bem Gostosa



Tá na hora do papá
 Autora: Aline Padovani
 Editora: Conto com você



Eu nunca vou comer um tomate
 Autor: Lauren Child
 Editora: Ática



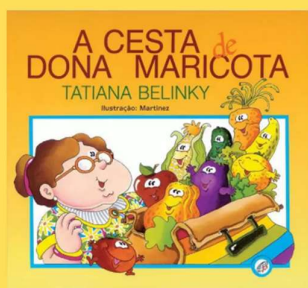
Enquanto o almoço não fica pronto...
 Autora: Sonia Rosa
 Editora: GRUPO EDITORIAL ZIT



Uma lagarta muito comilona
 Autor: Eric Carle
 Editora: Callis



A cesta da dona Maricota
 Autor: Tatiana Belinky
 Editora: Paulinas



O caso do bolinho
 Autor: Tatiana Belinky
 Editora: Moderna



As linguagens da Comida: Receitas, experiências, pensamentos
 Autoras: Ilaria Cavallini e Maddalena Tedeschi
 Editora: Phorte



Cozinhando no quintal
 Autoras: Renata Meirelles
 Editora: Terceiro Nome



Sabores da Horta: do Plantio ao Prato.
Coordenadoria de Desenvolvimento do
Agronegócio (CODEAGRO), 2015.



Orientação Normativa de
Educação Alimentar e
Nutricional para Educação
Infantil

Guia Alimentar para
crianças brasileiras
menores de 2 anos

Boa Leitura!



Vídeo produzido por Luciana Liberato, destinado a formação permanente de professores/as.

ANEXO A – Termo de consentimento livre e esclarecido, entregue às professoras e coordenadora pedagógica



UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO (UNINOVE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado para participar como voluntário da pesquisa “Práticas pedagógicas professoras/es de berçário: A alimentação em pauta”, portanto sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir e retirar seu consentimento. O objetivo principal deste estudo é analisar as práticas pedagógicas das professoras/es de berçário em relação a alimentação, não só como forma de nutrir o corpo mais também como prática social. Estou ciente que esta pesquisa será conduzida por meio de entrevistas semiestruturadas e gravação de áudio ou vídeo. Os resultados obtidos poderão ser divulgados em periódicos acadêmicos, congressos ou qualquer outro tipo de evento, porém o seu nome e o da instituição serão mantidos em sigilo. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço institucional da pesquisadora e da orientadora, podendo tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sobre sua participação, agora ou a qualquer momento.

São Paulo, de de 2022.

Nome: _____

RG: _____

Pesquisadora responsável: Luciana da Conceição Liberto
Email: liberatolu@gmail.com / Telefone: (11) 96759-9530
Orientadora: Lígia de Carvalho Abões Vercelli
Endereço: Rua Vergueiro, 235/249 – Liberdade – São Paulo
Telefone: 2633-9000

ANEXO B – Autorização para pesquisa, concedida pela DRE CL**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO CAMPO LIMPO**

Interessado: LUCIANA DA CONCEIÇÃO LIBERATO

Assunto: Solicitação de Autorização para Pesquisa Acadêmica

DRE Campo Limpo – Gabinete

Prezada Diretora Regional de Educação,

O presente expediente trata do pedido de autorização para realização de pesquisa acadêmica “PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORAS DE BERÇÁRIO: A ALIMENTAÇÃO DOS BEBÊS EM PAUTA” a ser desenvolvida por LUCIANA DA CONCEIÇÃO LIBERATO.

O objetivo do estudo é analisar as práticas cotidianas de alimentação dos bebês com a intenção de proporcionar formação aos educadores de forma a pensar a alimentação não somente como algo para nutrir o corpo, mas como meio de aprendizagem. A pesquisa será desenvolvida no CEMEI [REDACTED].

A interessada apresentou: pedido de autorização para pesquisa; síntese do projeto de pesquisa com cronograma; comprovante de matrícula; modelo de autorização que será endereçado aos pesquisados; termo de compromisso para pesquisa institucional.

A SME publicou em 2020 a Orientação Normativa de Educação Alimentar e Nutricional para a educação Infantil, por isso, a referida pesquisa tem potencial para abordar aspectos que documentem as possibilidades de práticas referentes à alimentação com bebês, assunto pertinente aos estudos e debates realizados com os profissionais de nossa diretoria.

Diante do exposto, s.m.j., somos de parecer favorável ao desenvolvimento da pesquisa.

São Paulo, 10 de junho de 2022.

Atenciosamente,

Roseli Helena de Souza Salgado
RF 620.461.9/ v. 2
Diretora da Divisão Pedagógica
DRE Campo Limpo



Luciana Liberato <liberatolu@gmail.com>

Autorização para pesquisa

REGINA PAULA COLLAZO <rpcollazo@sme.prefeitura.sp.gov.br>
 Para: "liberatolu@gmail.com" <liberatolu@gmail.com>

7 de julho de 2022 17:03

Prezada Professora,

Diante do parecer favorável da divisão pedagógica desta DRE CL, a qual acolho, autorizo a realização da pesquisa acadêmica "PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORAS DE BERÇÁRIO: A ALIMENTAÇÃO DOS BEBÊS EM PAUTA".

Atenciosamente,



Regina Paula Collazo
 Diretor Regional de Educação
 Gabinete
 Diretoria Regional de Educação Campo Limpo
 3396-1547 rpcollazo@sme.prefeitura.sp.gov.br

De: Roseli Helena De Souza Salgado <rhsalgado@sme.prefeitura.sp.gov.br>

Enviado: sexta-feira, 10 de junho de 2022 15:57

Para: Regina Paula Collazo Bertuccioli <rbertuccioli@sme.prefeitura.sp.gov.br>

Assunto: Autorização para pesquisa

Prezada Diretora Regional,

Segue, para apreciação, parecer acerca de pedido de autorização para realização de pesquisa, pela Sra. Luciana Liberato, no CEMEi

Atenciosamente,



Roseli Helena de Souza Salgado
 Diretor de Divisão Técnica
 Divisão Pedagógica - DIPED
 Diretoria Regional de Educação Campo Limpo
 3396-1543 rhsalgado@sme.prefeitura.sp.gov.br

De: Luciana Liberato <liberatolu@gmail.com>

Enviado: sexta-feira, 20 de maio de 2022 14:41

Para: SME - DRE Campo Limpo - PED <smedrecampolimpoped@sme.prefeitura.sp.gov.br>

Assunto: Autorização para pesquisa